

Universidade Federal Fluminenses

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós – Graduação em Ciência Política

Política e idealização em Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1995 - 2002

O “PRÍNCIPE” EM QUESTÃO?

Dissertação de Mestrado

Glauco Soares Costa

Orientador: Prof. Doutor Carlos Henrique Aguiar Serra.

Niterói

Dezembro de 2009

Política e idealização em Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1995 - 2002

O “PRÍNCIPE” EM QUESTÃO?

por

GLAUCO SOARES COSTA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra – Orientador (UFF)

Prof. Dr. Cláudio Farias Augusto (UFF)

Prof. Dr. Luís Otávio Ferreira (Fiocruz)

Niterói, 2009.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela conquista desta etapa fundamental de minha vida.

À minha amada Tatiana, pelo seu amor, companheirismo e incentivo nestes anos juntos.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e dedicação demonstrados ao longo de minha existência.

À minha avó e, em memória, ao meu avô, exemplo de inteligência e caráter.

Agradeço de forma especial ao meu orientador Prof. Doutor Carlos Henrique pela amizade, profissionalismo e presença marcante, objetiva e segura.

Ao Prof. Doutor Eurico Figueiredo pela dedicação e, sobretudo, amizade demonstrada ao longo dos anos de minha caminhada na UFF.

À funcionária Graça pelo seu profissionalismo, simpatia e solicitude de sempre.

Aos colegas de turma e demais professores pela troca de idéias, aprendizado e amizade conquistada nestes dois anos.

E, por fim, aos meus irmãos da Comunidade Católica Pequeno Rebanho, em especial ao Alexandre, pelas orações e incentivos fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A arte da política não é a arte do possível; é a de tornar possível o que é necessário.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*POLÍTICA E IDEALIZAÇÃO EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NOS ANOS DE 1995–
2002: O PRÍNCIPE EM QUESTÃO?*

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – INTELLECTUAIS E POLÍTICA NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO	11
CAPÍTULO 2 – FHC E SUAS REPRESENTAÇÕES: IDEALIZAÇÕES SOBRE O PRÍNCIPE	44
CAPÍTULO 3 – IMPASSES E PERSPECTIVAS SOBRE AS “DUAS FASES” DA VIDA DE FHC....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
ANEXOS	178

Resumo

O principal objetivo deste estudo foi analisar de forma interdisciplinar Fernando Henrique Cardoso, o FHC, enquanto intelectual inscrito na política. O uso da categoria representação à maneira formulada por Edward Said, com a intenção de descobrir a existência de idealizações presentes nas autorrepresentações de FHC e nas representações de alguns de seus críticos, foi de fundamental importância para tal. O foco principal desta análise foi os dois mandatos presidenciais de FHC que analisou, também, a relação entre os intelectuais e o contexto histórico-político brasileiro, a proximidade das autorrepresentações do intelectual FHC com a modernização conservadora e o quanto a categoria “príncipe” atrelada a FHC pode ser um instrumental importante na reflexão sobre as suas idéias e trajetórias.

Abstract

The main objective of this study was to analyze in an interdisciplinary view-point Fernando Henrique Cardoso, the FHC, while intellectual inserted in politics. The use of category representation of the way formulated by Edward Said, with the intention of discovering the existence of idealizations present in self-representations of FHC and in representations presented by some of his critics, have fundamental importance to this. The main focus of this analysis was the two presidential terms of office who analysed also evaluated the relationship between the intellectual and historic-political context of Brazilian, the closeness of the self-representations of intellectual FHC with the “conservative modernization” and how much the category "prince" linked to FHC may has an instrumental role in reflecting on his ideas and trajectories.

Introdução

A dissertação tem como tema central a análise de Fernando Henrique Cardoso enquanto intelectual inscrito na política. Acredita-se que o tema acima não é muito explorado pelos cientistas políticos que tendem em várias obras publicadas estudá-lo a partir de linhas mais tradicionais da Ciência Política como governabilidade, representação política, política econômica e social, democracia, efeitos das ações políticas implementadas no contexto local e suas correlações no plano internacional, etc. Num âmbito, então, mais interdisciplinar procura-se esmiuçar a problemática intelectual inscrito na política, assinalando propositalmente uma grande proximidade entre a intelectualidade e a política brasileira. Não há na história moderna movimentos políticos revolucionários ou contra-revolucionários que ocorram sem a participação dos intelectuais. Esta idéia constata o quanto é intrínseco a proximidade do intelectual com a política.

No contexto brasileiro, a política é um dos fatores fundamentais para dar inteligibilidade aos estudos sobre o intelectual. Pensa-se que o uso da categoria “representação”, da maneira formulada por Edward Said, permite um melhor encontro com tal problemática por focar o intelectual conforme a um ser que se fundamenta no íntimo da relação construída com o seu público, no qual tem efeitos políticos claros ao vincular o seu ponto de vista como meio conscientizador e transformador social.

No caso particular do intelectual Fernando Henrique Cardoso, o FHC, a política se mostrou próxima e diretamente presente na sua vida como político após 1978 e principalmente durante os seus dois mandatos presidenciais durante o período de 1995-2002. Estudá-lo nesta linha é interessante por abarcar a problemática o intelectual no poder e suas conseqüências políticas num novo ângulo não muito convencional. O conceito representação por ser interdisciplinar permite o resgate da análise mais subjetiva, um tanto negligenciada pelas análises “macros” da Ciência Política e geralmente restritas no campo de análise tradicionalmente desta ciência, a fim de demonstrar o quanto as implicações da interseção conceitual entre intelectual e política são influenciadas pela sua inscrição de classe e podem ser percebidas

ao longo de sua história de vida. As suas obras são ferramentas imprescindíveis para que conjuntamente com a sua história de vida apontem implicações e indícios de uma idealização na relação entre FHC, o intelectual inscrito na política, e o seu público social, sendo o período presidencial o mais fértil para este tipo de análise.

Neste aspecto foi de grande revelia estudar as suas representações e autorrepresentações que permitiram um olhar sobre a relação entre os intelectuais e seu público que é social. Analisar a relação entre FHC e seu público é interessantíssimo pela influência simbólica e política que o cargo de presidente possui sobre o seu público (a sociedade brasileira) devido as suas mensagens terem grande impacto na sociedade por disporem também de todas as estruturas políticas e meios legais para implementá-las. Logo, elas têm efeitos sobre a sociedade bem mais claros e evidentes do que situações mais rotineiras entre as representações de um intelectual e o seu público, podendo influenciar mais intensamente a sociedade de modo a criar novas relações sociais ou conservar as existentes.

A metodologia do trabalho basicamente se constrói num diálogo entre biografias do próprio Fernando Henrique Cardoso e demais trabalhos de sua autoria com biografias de outros intelectuais julgados mais importantes. Recorre ao método indiciário do historiador Carlo Ginzburg complementarmente para auxiliar no mapeamento das idealizações não apenas no campo da ação e do pensamento, mas da emoção (desejo). Confia-se que este método ajude a enxergar de outra maneira o quanto pequenas relações negligenciadas comumente nos trabalhos acadêmicos podem indicar como pistas para desvendar a problemática construída na linha daquilo que não tinha interesse em dizer e que nas entrelinhas se disse (talvez inconscientemente).

A metáfora “príncipe” usada pejorativamente pelos críticos de FHC e em tom de rasgos elogios por seus defensores ao longo de sua carreira, não significa apenas um mero jogo de palavras ou simples elogio e crítica, mas, para o trabalho, corresponde o campo central apontador das idealizações e suas conseqüências políticas sobre a realidade histórica brasileira.

As duas hipóteses do trabalho partem da metáfora príncipe de maneira a encontrar, a priori, as implicações teóricas com dois grandes pensadores

políticos, Maquiavel e Gramsci, que ajudam, a posteriori, compreender melhor as idealizações existentes nas representações (elaboradas por aqueles intelectuais considerados seus principais estudiosos) e autorrepresentações (construídas pelo próprio FHC) enquanto um intelectual inscrito na política (seu papel e o efeito de suas práticas políticas).

Se os críticos e defensores utilizam a alcunha de príncipe de Maquiavel sobre FHC, identifica-se nele, como um intelectual inscrito na política, uma atuação política à maneira do príncipe maquiaveliano e também de acordo com a concepção de “Política como Arte” como apresentada por Guilhon de Albuquerque.

A segunda hipótese em conformidade com a anterior procura constatar que a vinculação desejada de FHC ao príncipe gramsciano é uma idealização, o entendimento desta possível constatação reside no fato das autorrepresentações e representações relacionadas ao mesmo serem, talvez de maneira inconsciente, como um espelho da sociedade em muitos aspectos de acordo com os pressupostos da velha literatura “espelho dos príncipes”. As suas “elevadas virtudes” de “príncipe perfeito” são estendidas a sociedade de maneira a conduzi-la, como consequência de uma imagem refletida, a reproduzir as “virtudes perfeitas” do “príncipe” FHC.

A dissertação se divide em três capítulos. O primeiro capítulo cujo tema é *“Intelectuais e política no Brasil: um panorama histórico”* tem duas partes que se complementam. A primeira problematiza o conceito “intelectual” e o de “representação” da maneira formulada por Said. A seguinte demonstra historicamente a forte afinidade entre os intelectuais e a política brasileira e as suas implicações propriamente políticas. Aproxima, portanto, a categoria intelectual com a realidade histórica e política brasileira. Contempla, pois, um momento histórico que começa com a participação da camada dos intelectuais na montagem do Estado brasileiro após a independência, passa pela sua inserção no corporativismo estatal na década de trinta e quarenta do século XX e a seguir apresenta o seu papel na construção de uma política nacionalista e popular, chegando até a sua luta pela redemocratização que configura as bases atuais da política institucional e partidária brasileira. Propõe também algumas questões sobre a relação entre os intelectuais e a sociedade contemporânea. No final do capítulo demonstra-se que essa complementação

tem como base o conceito de representação que torna os intelectuais atores sociais importantes para o rumo da trajetória política.

Em “*FHC e suas representações: idealizações sobre o príncipe*”, segunda parte do trabalho, faz nas primeiras páginas uma breve descrição da sua história de vida para demonstrar fatos julgados importantes e as principais idéias contidas nas suas obras apresentadas como centrais, de forma a construir algumas discussões conceituais importantes feitas entre Fernando Henrique Cardoso e seus críticos, traçando superficialmente possíveis idealizações contidas em certas representações de alguns intelectuais a seu respeito enquanto intelectual inscrito na política. Ao mesmo tempo tenta-se mapear a origem da alcunha “príncipe” a Fernando Henrique Cardoso e questiona a veracidade de algumas constatações que determinadas representações faziam sobre ele, como, por exemplo, a sua identificação automática com a linha teórica mais de esquerda. E na segunda parte trata do desenvolvimento teórico da problemática “príncipe” e “idealização”, enfatizando a sua interdisciplinaridade ao abarcar a questão da perfeição como assinalada na literatura espelho dos príncipes da maneira como foi formulada no campo da História, para expor algumas conclusões que de forma alguma pretendem ser conclusivas, mas que apenas ajudem com outro olhar a compreensão do que representou (e quis representar) o presidente Fernando Henrique Cardoso de fato (concretamente) para a realidade política e social brasileira. Sabendo que há um abismo muito grande com aquilo que se pensava e desejava ser e o que realmente se foi na prática.

O terceiro e último capítulo “Impasses e perspectivas sobre as ‘duas fases’ da vida de FHC” estuda alguns artigos e antologias publicados por FHC, além de seus discursos como Presidente da República. A sua peculiaridade de intelectual inscrito na política tornou possível separar a sua vida em duas fases: a “mais intelectual” que concentra a maior parte de sua carreira de cientista social pesquisador e a “política” no qual se caracteriza por um envolvimento cada vez mais intenso com a carreira política. A aplicação na política daquilo que ele pensou e problematizou na teoria levaria a constatação da coerência entre as duas fases da vida de FHC. Essa coerência apontaria para uma representação próxima as das elites e, portanto, reprodutoras do status quo ou então se aproximaria de uma representação progressista favorável a mudança

social, no qual as categorias de intelectual *insider* e *outsider* de Said são usadas como instrumentais que ajudam a problematização estabelecida. Um intelectual *insider* ajudaria a reproduzir em suas representações aquela “configuração social tradicional” através da influência de seu ponto de vista sobre o seu público enquanto o *outsider* construiria formas representativas que corroborariam com a mudança social.

O trabalho procurou ao estudar FHC compreender melhor o significado sócio-político de sua atuação como um intelectual inscrito na política. O caso particular de FHC como um intelectual que se tornou presidente tem o estudo de suas representações grande relevância pela influência política e simbólica do cargo na sociedade brasileira. Assim, os desdobramentos dessa relação têm efeitos políticos bem mais relevantes sobre o seu público social e são possíveis de descompassos entre os reais efeitos de tal “interação”, pois nestas circunstâncias pode-se construir idealizações dessas representações. O estudo das representações e autorrepresentações de FHC revelou o quanto houve não apenas por parte dele mais em outros intelectuais descompassos que idealizaram o seu papel político na política e os efeitos sociais dessa relação.

Concluiu-se que no caso de FHC por mais que o mesmo se auto-representou como um transformador da realidade social e política brasileira, na verdade, em consequência de uma idealização de sua atuação e dos efeitos políticos das mesmas, não se percebeu que foi uma relação reprodutora de uma tradição política elitista e excludente conhecida na sociedade brasileira como modernização conservadora.

Capítulo I: Intelectuais e política no Brasil: um panorama histórico.

No mundo complexo de hoje é mais do que indispensável a presença de pessoas capazes de interpretar a realidade. Para alguns, a figura dos intelectuais¹ se identifica com essa missão pela notável inteligência e linguagem rica de palavras quase que inteligíveis, além de interesse voltado para coisas no qual o cidadão comum não demonstra nenhum interesse. Além dessa imagem que corresponde ao senso comum, o sociólogo francês Daniel Pécaut apresenta outras, construídas a partir da análise histórica dos intelectuais no contexto sócio – político brasileiro, como profeta populista, pequeno – burguês fugindo de si mesmo, militante político ou simplesmente um revoltado em busca do povo e atrás de suas fantasias².

São representações que apresentam o intelectual como um ser a procura de si mesmo, de uma identidade que o leve ao encontro do social e, sobretudo, de um status de liderança em relação à determinada classe ou de um projeto que contemple toda a nação. Mas, a despeito dessas representações, como conceituar o intelectual?

Alguns críticos da figura do intelectual chegam ao ponto de propor a idéia de que mais vale pegar a opinião de meia dúzia de pessoas escolhidas aleatoriamente do que a de um dito especialista, conforme afirma Paul Johnson³. Há então no mundo uma ausência da vocação intelectual que deve ser comemorada, talvez em nome de uma “democracia da inteligência”. No entanto, existe uma definição muito interessante sobre o que significa ser intelectual:

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e

¹ Uma significativa referência para o trabalho consiste no texto “Naissance des ‘intellectuels’”, de Christophe Charle (Paris: Les Éditions de Minuit, 1990), onde este autor, durante o período de 1880-1900, faz uma importante reflexão a respeito do surgimento dos intelectuais, no caso específico, segundo o próprio, a partir do caso *Dreyfus*, e como esta categoria, em alguns momentos históricos, se coloca no papel de uma *vanguarda cultural e política*. Importa ainda destacar, conforme sustenta Christophe Charle, o aspecto singular que perpassa os intelectuais na França.

² PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Ática: São Paulo, 1990, p. 251.

³ JOHNSON, Paul. apud Said, Edward. Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993. Companhia das Letras: São Paulo, 2005, p. 14.

articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público⁴.

A obra de Said, “Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993”, que procura estudar as representações construídas sobre o intelectual a partir do enfoque sobre o indivíduo, apresenta uma definição que se diferencia de algumas representações ainda persistentes na sociedade sobre os intelectuais. Eles não são figuras raras dotadas de uma inteligência fora do comum e de uma personalidade forte, além de uma eloquência discursiva na defesa de padrões sobrenaturais de justiça e verdade. Embora, na visão de Julien Brenda os intelectuais se colocam permanentemente contra as autoridades opressoras e a corrupção e em defesa dos fracos.⁵ Esta visão coloca os intelectuais como seres aparte da sociedade, acima e independente dela e por isso capazes de se levantarem contra o status quo. Para Said, os intelectuais tratam de assuntos que são pertinentes a esse mundo, articulando-os junto a um público. Assim, a figura do intelectual acontece na relação com o seu público, radicalmente comprometida com a disseminação da verdade⁶.

Entre outros aspectos, Gramsci trata a figura do intelectual distinguindo-a em dois tipos conceituais: tradicional e orgânico. O intelectual tradicional é um ser com espírito de grupo devido à continuidade histórica e qualificação, atribuindo a si mesmo autonomia e independência em relação à sociedade, principalmente em relação às classes dominantes. Figura esta que, no tempo de Gramsci, está ainda presente, mas confinada em locais não completamente envolvidos nas relações capitalistas, onde a sua prática traz uma forte mediação político-social criadora de laços de grande dependência entre a vida social de certos grupos e a prática desse tipo de intelectual. Já o intelectual orgânico penetra ativamente na vida prática como construtor, organizador e

⁴ SAID, Edward. Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

⁵ BRENDA, Julien apud SAID, Edward. Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993. Companhia das Letras: São Paulo, 2005, p. 21-23

⁶ SAID, op.cit.

elemento persuasivo permanente, devido as suas aspirações de domínio hegemônico⁷.

No artigo de Giulio Ferroni, crítico da visão gramsciana sobre os intelectuais, dentre tantas outras problemáticas, sublinha a questão do desejo efetivo dos intelectuais orgânicos de conquistar a hegemonia social, embora a realização desse fato aconteça apenas com a sedução e participação dos ditos intelectuais tradicionais. Assim, esse desejo revolucionário se opõe contraditoriamente a visão atribuída aos intelectuais orgânicos de controle social, devido a sua inscrição de classe. Essa visão dada pela elite se efetua através da manutenção do consenso em relação ao domínio hegemônico da classe dominante sobre a sociedade⁸.

A modernização, vinda com a complexidade do desenvolvimento capitalista industrial durante o século XX, traz o advento de novos grupos sociais e de seus respectivos intelectuais orgânicos, sendo estes últimos surgidos principalmente através do desenvolvimento do ensino técnico especializado. Desta maneira, para Gramsci, o intelectual orgânico não se diferencia da sociedade e nem forma um novo grupo social, ao contrário ele pertence a um determinado grupo social circunscrito em certa realidade societária, marcada pela conexão desses grupos com a elite dominante⁹. Se para o intelectual orgânico o mundo do capital reserva um futuro promissor, o intelectual tradicional conta com a incerteza advinda do desenvolvimento das forças produtivas que traz consigo o perigo da sua extinção.

A realidade social, no começo do século XXI, sofre os efeitos da própria dinâmica do capitalismo onde impera a flexibilização das relações sócio-econômicas e o encurtamento do tempo e distância que trazem fortes conseqüências sobre as comunicações. Sobre a problemática acima, onde há bastante bibliografia publicada, o cientista social norte-americano Richard Sennett aponta para as conseqüências impostas sobre os indivíduos como o fomento de relações de curto prazo, personalidade disposta a se desvincular rapidamente das experiências vividas e passadas, e a capacidade de se

⁷ GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸ FERRONI, Giulio. *Gramsci e os modelos intelectuais no século XX*. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=700>

⁹ GRAMSCI, 1979, op. cit., p. 9.

adaptar a novas tarefas e capacitações das mais variadas possíveis em curtíssimo tempo¹⁰.

Nessas condições, são estabelecidas relações entre o pensamento e a rapidez no qual a mídia, principalmente a TV, tem o papel de reiterá-las a todo instante conforme afirma Pierre Bourdieu¹¹. Ele usa na obra “Sobre a Televisão” uma expressão criada por Loic Wacquant, sociólogo francês de grande renome, chamada de *fast thinker*¹² que demonstra que tipo de “intelectual” é imposto a uma sociedade do predomínio monolítico do *fast food*. Esta última metáfora designa o saber rápido e fácil de ser digerido pelo público devido à ausência de uma reflexão mais aprimorada e exigente de tempo. O *fast thinker* é uma pessoa pertencente, usando as palavras “afiadas” de Said sobre os tecnocratas, “a um grupinho superior de homens que sabem tudo e estão no poder¹³” e que usa um discurso descompromissado com a verdade, carregado de definições rápidas e superficiais para reproduzir valores vulgarmente divulgados. De modo que o intelectual, oposto ao *fast thinker*, utiliza-se obrigatoriamente de uma práxis crítica permanente contra o status quo e que só acontece em condições de usufruto da liberdade de pensamento, onde o único guia é as suas concepções individuais que forçosamente o levam a contestar as definições estereotipadas simples, prontas e acabadas a serviço de uma classe dominante.¹⁴

É digno de nota o trabalho feito pelo intelectual norte – americano Russell Jacoby que denuncia em termos gerais que na sociedade contemporânea houve uma mudança na atuação dos intelectuais que deixaram

¹⁰ SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

¹² O conceito designa para Bourdieu aqueles pensadores que “pensam mais rápido que a sua sombra”; condições estas em que ninguém mais pensa. Segundo Bourdieu, isso acontece por utilizarem “ideias feitas” (conceito de Flaubert) que são discursos banais, comuns e aceitos por todos e vinculados basicamente na televisão, remetendo ao termo *fast thinking* cujo significado é a exigência de pensamentos rápidos, de fácil assimilação e prontos. Os *fast thinkers* contribuem, então, para o *fast-food* cultural que é o alimento pré-dirigido e pré-pensado necessariamente rápido e circunscrito ao tempo televisivo, implicando em sérias consequências na formulação do pensamento que é subversivo e precisa de tempo para demonstrar argumentos que destruam um a um os alicerces das “ideias-feitas”. Idem, p. 40-41.

¹³ SAID, op.cit., p. 13.

¹⁴ Idem.

de ser “intelectuais puros” e se reduziram a meros “intelectuais acadêmicos”, ou seja, se tornaram meros produtores de obras voltadas para um público seletivo como seus alunos do que interferirem na cultura política do contexto histórico – social em que vivem. Eles se tornaram especialistas em suas disciplinas e seus salários e empregos dependeriam da avaliação de outros, influenciando, portanto, a linguagem utilizada e o objeto a ser abordado em seus trabalhos. Isso seria reflexo de mudanças também sentidas no seu público diante do sucesso da televisão, inchaço das universidades e deterioração das cidades¹⁵

A conceitualização do intelectual deve considerar o duplo aspecto do “ser intelectual” que implica ao mesmo tempo um aspecto privado, devido à influência das escolhas e sensibilidade individuais vindas da sua trajetória de vida, e outro público, pois as palavras escritas e publicadas ultrapassam a esfera privada ao estabelecerem relações sociais.¹⁶

A partir da prática dos intelectuais, pode-se indagar de que maneira esse grupo se relaciona e intervêm historicamente com a política no Brasil? E também quais são as conseqüências dessa intervenção?

Todavia, o trabalho pretende apenas construir uma visão geral da historicidade do intelectual brasileiro e das suas ligações com a política e o Estado, por não objetivar um aprofundamento teórico dos temas ou discussões que abranjam os meandros dessa relação.

A intelectualidade brasileira foi, em sua grande maioria, instrumento de cooptação pelas elites dirigentes e principalmente pelo Estado, servindo a partir de seu trabalho especializado e pretensiosamente científico na construção da legitimidade de suas representações sobre o povo e também em relação aos caminhos adotados pelo país. Essa relação seria intrínseca e envolveria interesses pessoais e de classe, sentimentos de prepotência e demanda por status, além da crença no papel histórico preponderante que lhes cabia como detentores de conhecimentos científicos e civilizados.

À luz de Said, o conceito de representação se refere a valores simbólicos construídos pelos intelectuais e articulados como mensagem, ponto

¹⁵ RUSSEL, Jacob. Últimos Intelectuais. São Paulo: Edusp, 1990.

¹⁶ SAID, op. cit.

de vista, filosofia, atitude ou opinião junto à sociedade mais especificamente ao seu público. Esta representação vinculada pelos intelectuais é capaz ainda de produzir novas relações sociais que podem ser contrárias ao status quo e transformarem a realidade social ou então serem reprodutoras de estereótipos e conseqüentemente conservadoras da ordem societária vigente.

Porém, o conceito de representação é influenciado, a maneira de Gramsci, pela inscrição de classe de cada intelectual dada pela sua localização social e das suas escolhas definidas ao longo de sua trajetória de vida.

A idealização nas suas representações e autorrepresentações seria basicamente conseqüência da relação “siamesa” que os mantém atrelados à elite dominante e aos setores que compartilham da visão de que apenas através de políticas que giram em torno da modernização conservadora o país poderia dar um salto de qualidade em direção ao desenvolvimento e superação do atraso iminente da sociedade brasileira.

Ao comentar o livro *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes, José Carlos Reis demonstra como ele conceitua a modernização conservadora. Para ele, o espírito modernizador da burguesia brasileira se circunscreve a esfera econômica. A exclusão dos movimentos populares no campo político ou sua cooptação aos interesses do Estado coexiste com a ênfase dada pela realidade brasileira sobre a continuidade em detrimento da mudança que pode ser constatada pelo não desenvolvimento da nação como um todo, realçando a histórica desigualdade social interna. Mesmo a mudança, Florestan chama de transição revolucionária, realizada pela burguesia é sempre feita de forma particularista e egoísta. Todo o discurso revolucionário, fora do âmbito econômico, proferido pela burguesia brasileira, a maneira da burguesia clássica, não passa de ostentação verbal ou farsa.¹⁷

Em outras palavras pode-se dizer que estes discursos são na verdade representações idealizadas sobre o Brasil e principalmente da burguesia sobre si mesma, enquanto aos intelectuais a pretensa cientificidade os colocariam numa utópica e desejosa neutralidade em relação aos conflitos sociais ou

¹⁷ REIS, José Carlos. “As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC”. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 229-231.

então como portadores de um discurso inclusivo e unificador capaz de se ausentar da particularidade e falar em nome de toda a totalidade social.

Por outro lado, é possível entender a modernização conservadora presente no capitalismo brasileiro a partir da aproximação com o modelo prussiano de desenvolvimento capitalista, na medida em que o processo de modernização ocorre ao longo prazo de maneira dessemelhante daqueles modelos chamados de jacobinos e radicais de ruptura no decurso do tempo. Segundo a perspectiva acima, como conceitua Barboza Filho, este processo não é conseqüente do desdobramento de uma força hegemônica, mas de um “jogo de sombras” em que o novo e velho se encontram em formas básicas de cooperação e conflito controlado. A intermediação de uma política nos conformes estabelecidos pela constituição de um Estado centralizador e autoritário torna-se uma garantia da manutenção dessas estruturas e do sentido tomado pelas mesmas que é a modernização e ocidentalização do país.¹⁸

Pode-se deduzir também que há indícios de que mesmo os intelectuais que usaram do discurso mais progressista não romperam ou pelo menos em parte com as mesmas idealizações presentes nos setores defensores da modernização conservadora.

A relação entre intelectuais e classe dominante no Brasil merece algumas considerações. Durante o Império, a primeira geração de intelectuais genuinamente brasileiros, formados nas recém fundadas instituições nacionais de ensino superior, realizaram um papel importantíssimo sobre a questão da formação da política imperial e sua legitimidade.

O estudo de caso realizado por Sérgio Adorno sobre o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis de Direito da escola situada no Largo de São Francisco em São Paulo revela que os mesmos não contribuíram com a sua literatura para os assuntos mais específicos a ótica jurídica, devido às particularidades da vida acadêmica, que durante o século XIX assentava-se mais na atividade política e na defesa da disciplina como meio de reprodução das relações sociais da maneira como o liberalismo via na época, evidenciando

¹⁸ BARBOZA FILHO, R. FHC: os paulistas no poder. In: Amaral, Roberto (coordenador). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995, p. 99.

que o objetivo do curso não era formar juristas capazes de construir uma ideologia jurídico-política para o Estado nacional emergente; mas formar uma elite política coesa e disciplinada dentro do Estado e que se pusesse a frente dos negócios públicos. A ausência de uma literatura propriamente jurídica revela o aceite, sem contestação, por parte dos bacharéis, da visão repressora tradicional do Direito em nome da manutenção das estruturas de apropriação econômica e de dominação política. O fato de que a totalidade desses bacharéis virem das camadas dirigentes – as vagas e os cursos de Direito eram poucas e reservadas, numa sociedade analfabeta, para os filhos da elite, somado ao lema “prudência e moderação”, presente na literatura publicista acadêmica e principalmente na militância política desses intelectuais, confere uma proximidade intrínseca com a reprodução e legitimação da visão das elites dominantes patriarcais e escravistas¹⁹.

A ausência de criticidade desses intelectuais sobre o contexto social e político brasileiro denota a sua formação acadêmica disciplinada em aceitar a ordem dominante escravista e patriarcal e legitimá-la sem reservas, procurando adequá-la à ideologia liberal presente nas instituições de ensino superior. Se no imaginário intelectual dezenovecentista o domínio da razão era um passo importante para iluminar os povos das trevas da ignorância e, portanto, da contenção do político em relação à participação das massas analfabetas, o uso da ideologia liberal e sua divulgação pelas instituições de ensino superior, através da estetização no discurso político presente nos artigos dos jornais acadêmicos, foi instrumento para a defesa da manutenção da ordem social e institucional. Essa constatação feita por Adorno o leva a observar que a aproximação feita entre o liberalismo e o escravismo pode ser exemplificada pela preponderância do princípio da liberdade individual sobre a igualdade que configura no reconhecimento da graduação entre os indivíduos²⁰, “desde aqueles completamente livres da vontade alheia àqueles completamente dependentes da vontade alheia”.²¹

¹⁹ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: O bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁰ Idem, op. cit.

²¹ Idem, p. 244.

O profissionalismo desses intelectuais se configura plenamente com a obtenção de um cargo público proeminente na máquina estatal, revelando que a sua função era de exercer os seus conhecimentos teóricos e principalmente práticos, através do periodismo acadêmico como apresenta Adorno, adquiridos no curso de Direito para garantir a defesa pelo Estado dos interesses das classes dominantes. Não há, pois, distinção nem acerca do pensamento, apesar do requinte estilístico dado pelos intelectuais, e das condições materiais entre a intelectualidade e a elite econômica, porque nesta época elite cultural e elite econômica são basicamente sinônimos de uma mesma camada dirigente e dominante. Assim, os intelectuais dezenovecentistas legitimam as representações da elite sobre si mesma e em relação à sociedade, representações que não lhes são distantes, mas bem familiares que denotam a sua inscrição de classe nos setores sociais dominantes.

Ao longo do período republicano, especificamente durante a República Velha e a Era Vargas, a relação entre intelectuais, classe dominante e Estado tomaram rumos que merecem um olhar mais atento, principalmente no que tange a diversificação e diferenciação da própria intelectualidade e das mudanças ocorridas no contato entre Estado, classes dominantes e massas populares.

No livro “Intelectuais à brasileira”, o cientista social Sérgio Micelli reúne parte de seus diversos estudos sociológicos sobre a intelectualidade brasileira em que também procura problematizar a relação entre os intelectuais da geração de 1870, os anatolianos da República Velha e a nova geração de 30, especialmente estes últimos, com a classe dirigente e o Estado surgido após a revolução de 30.

Segundo Micelli, os intelectuais anatolianos da República Velha, apesar da sua inscrição de classe de origem oligárquica, não contavam com um capital de relações sociais que garantisse status e uma carreira pública de prestígio. Esse fenômeno, que se aprofundou a partir de 20, se caracterizou como um afrouxamento das relações sociais entre as oligarquias dominantes localizadas nas grandes cidades, próximas aos grandes centros de decisão política e cultural, e as interioranas. Alijadas geograficamente e não contando com mesmo peso de capital de relação social das elites dos grandes centros, os “primos pobres”, como se refere Micelli, passam a depender do

apadrinhamento dos “primos ricos” que lhe dão acesso ao mercado cultural em expansão e a cargos públicos de relativa expressão. Os anatolianos, diferente de alguns poucos intelectuais da geração de 1870, tornaram-se a primeira camada de intelectuais a viver basicamente de seu trabalho intelectual, publicando literaturas sobre qualquer assunto solicitado pela demanda da grande imprensa em expansão e dos mandatários da oligarquia.²²

A revolução de 30 retirou o controle político da oligarquia rural e reforçou o papel centralizador do Estado sobre a sociedade. O Estado se emancipa da elite oligárquica e de seu ideário liberal e regionalista para impor um projeto nacional sobre toda a sociedade brasileira. Segundo Miceli, este novo contexto histórico – político favorece a burocracia estatal, surgida com novo governo revolucionário de Vargas, que alija do poder a elite econômica. Nesta situação, os intelectuais ficam sem rumo pela perda das perspectivas de fazer proeminente carreira pública em decorrência da situação ocorrida com os seus padrinhos. Muitos “primos pobres”, alguns anatolianos e a maioria jovens bacharéis “livres”²³ ansiosos de manter as suas perspectivas de crescimento profissional, se filiam a organizações partidárias radicais em sua maioria de direita, como o integralismo, para dar uma resposta as conseqüências pessoais negativas que o fracasso das forças políticas ligadas à oligarquia em retomar o poder trariam.²⁴

O processo de centralização autoritária efetuado pelo Estado durante o período varguista (1930 – 1945) necessitou de um aumento sem precedentes do aparelho burocrático e dos cargos públicos. Esse quadro favoreceu muitos intelectuais que viram uma nova possibilidade de ascensão de sua carreira agora dentro da organização burocrática sob tutela estatal. Alguns poucos intelectuais receberam do governo cargos no alto escalão do executivo, outros receberam cargos de confiança ou ainda postos importantes na administração

²² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²³ Miceli usa o termo para designar os novos intelectuais surgidos com a expansão do ensino superior ocorrido durante a República Velha, onde a criação de instituições livres e particulares, que destroem o monopólio dos cursos superiores das antigas faculdades tradicionais, favorecem uma “democratização” do ensino superior a partir da entrada dos filhos de primos pobres que a duras penas conseguem concluir os seus estudos sem depender tanto do pequeno capital de relações sociais como antes para se conseguir uma vaga. No entanto, essa democratização não acompanha na mesma medida uma expansão da oferta de cargos públicos, pelo menos até a Revolução de 30, trazendo como conseqüência o fato de que a simples obtenção do diploma de ensino superior não mais é garantia de bom emprego.

²⁴ MICELI, op.cit.

regional e cultural. Em contrapartida, a ingerência do Estado sobre a camada dos intelectuais e por extensão sobre toda a sociedade se fez notar nas associações das profissões de ensino superior, a semelhança do que ocorrera com as associações da classe operária, e na constituição de barreiras legais que impediam o preenchimento dos cargos públicos e privados por profissionais de áreas afins, além do fomento dos requisitos legais para exercício de tal profissão. De modo que estas medidas amplamente favoreceram a especialização do trabalho técnico, político e cultural e regalias “oficiais” concedidas àquela parcela intelectual recrutada dos futuros ocupantes de cargos públicos de nível superior. Para tanto, estes intelectuais mandatários do regime de Vargas se empenhavam em gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central, de acordo com o modelo corporativista.²⁵

Em suma, para Miceli, os intelectuais durante o período varguista “contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes estaduais”²⁶, em outras palavras, dos antigos setores dominantes da oligarquia.

Apesar da manutenção dos laços intrínsecos entre a intelectualidade e a classe dirigente, percebe-se o início de uma diferenciação no seio das camadas dos intelectuais. Se durante o império a elite cultural e a elite econômica eram sinônimos de classe dirigente, a partir da Republica Velha a expansão do ensino superior e o surgimento de outras cursos, como aponta Micelli, e o advento de um setor da elite econômica empobrecido, favorece o início de um rompimento entre a elite cultural e a elite econômica. A primeira camada de intelectuais profissionais vive exclusivamente do talento de seu trabalho que depende das demandas do mercado cultural, sem desvencilhar dos favores de seus padrinhos “primos ricos” para conseguir manter o status e “um lugar ao sol” dentro dos círculos políticos e culturais²⁷.

O tipo de relação criada entre a intelectualidade e as classes dominantes durante a Republica Velha pode ser revelada não apenas pela origem familiar,

²⁵ MICELI, op.cit.

²⁶ Idem, p. 198.

²⁷ Idem.

mas pela força das circunstâncias que reforçaram as relações de dependência como, por exemplo, os favores decorrentes do apadrinhamento. No entanto, quando as classes dominantes não mais podiam assegurar pelo apadrinhamento os altos cargos políticos pela situação política criada pós-revolução de 30, os intelectuais procuraram novos meios de garantir tal ensejo; primeiramente em movimentos ideológicos de direita e suas promessas de construção de um futuro melhor e em seguida pelo próprio Estado varguista na medida em que ocorria a cooptação por intermédio do oferecimento de cargos públicos de média e alta importância política, onde em troca os intelectuais garantiam através da sua liderança sobre a parcela da burocracia debaixo de seu comando o apoio incondicional ao governo. Assim, a intelectualidade vê-se envolvida na própria construção do Estado que através das estruturas corporativas centraliza o seu domínio sobre toda a sociedade. Mas, se os intelectuais vêm recuperado o seu status com a valorização de seu trabalho, decorrente também da especialização, por outro também são vítimas do processo de cooptação corporativa realizado pelo estado centralizador, por intermédio do controle político das suas associações e intromissão nas leis que regulamentam o exercício de suas profissões.

Na obra “Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação”, o sociólogo francês Daniel Pécaut faz uma profunda análise sobre a intelectualidade brasileira privilegiando duas gerações: os intelectuais dos anos 25-40 e a geração de 54-64, para demonstrar o quanto...

...opções políticas tão divergentes [por parte dos intelectuais pertencentes a cada uma dessas gerações] puderam ser solidárias na construção de uma cultura política, pela qual se responsabilizaram e de onde derivaram a sua própria legitimidade.²⁸

Além disso, ele procura a partir do conceito cultura política entender a posição social dos intelectuais, as representações do fenômeno político pelos mesmos e por fim às articulações entre o campo intelectual e a esfera política²⁹. O objetivo central dessa problematização “é compreender as

²⁸ PÉCAUT, op. cit., p. 17.

²⁹ Idem, p. 18.

estratégias que os intelectuais irão acionar depois de 1964”.³⁰ O que se tem a priori é que a definição de intelectual está no papel social que os mesmos assumem em dadas circunstâncias históricas.

Problema da conceituação do intelectual no Brasil é constatado por Pécaut que admite o fato dos agentes sociais serem definidos, sobretudo, no plano político, onde estabelecem para si a responsabilidade pela ideologia e também a mediação do político com a sociedade³¹. Portanto, as convicções políticas dos intelectuais não se limitam a questões pessoais por cargos públicos como admite Miceli, mas se dirigiam, sobretudo, a ação política.

Em uma resenha crítica sobre “Intelectuais à brasileira”, André Botelho afirma que a principal crítica de Pécaut a Miceli sobre o estudo dos intelectuais está na ambigüidade na conceituação de “interesse como explicativa das estratégias dos intelectuais dos anos de 1920-1940 em suas recorrentes relações com o Estado.”³² E ainda, citando Pécaut, ele “vê nessas relações não a promoção dos interesses próprios dos intelectuais, mas a expressão da sua conversão à ação política”³³. Miceli responde a esta crítica ao constatar que a grande preocupação de Pécaut é libertar o intelectual de quaisquer vínculos sociais não conversíveis de pronto ao político, deixando de perceber as limitações desse postulado³⁴ que faz...

...os intelectuais brasileiros se enquadrarem, como que por encanto, nos requisitos da definição de Mannheim de uma "camada social sem vínculos": livres da canga oligárquica do passado, de seu enraizamento clientelístico e dependente na estrutura social e, por esses motivos, aptos a formular e a assumir um "projeto" de comando do Estado³⁵.

No entanto, Miceli de fato reconhece a limitação de seu trabalho como resultado do "extremado tratamento sociologizante, que deixa pouco lugar tanto às idéias e obras dos intelectuais quanto a suas tomadas de posição e aos

³⁰ PÉCAUT, op. cit.

³¹ Idem, p. 7.

³² BOTELHO, André. *Anatomia do medalhão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2002, vol.17, n. 50.

³³ PÉCAUT, apud BOTELHO, op. cit.

³⁴ BOTELHO, op. cit.

³⁵ MICELI, apud Idem.

seus feitos políticos³⁶. Mas já nos seus textos publicados recentemente, como apresenta Nicolau Sevcenko, professor de História da Cultura na USP, ele já admite utilizar outras disciplinas e enfoques que apontam para referências diversas, embora justifique o uso dessa metodologia como forma de confrontar teorias acríicas que reiteram as posições dos escritores, sem checar a extensão de seus compromissos pessoais, familiares e sociais.

A transformação do campo político leva a pensar que com os intelectuais brasileiros aja uma tendência de sofrer uma crise de identidade, no qual necessita de uma nova reformulação identitária construída sobre as relações a serem restabelecidas com a política e a sociedade, através da ideologia e mediação social. Por outro lado, corre-se o risco do intelectual, problema esse apresentado por Pécaut, não possuir na sua essência uma posição social e função definida, sempre dependendo das reformulações infligidas pelo campo político que darão o novo foco possível de sua ação política³⁷. Para Pécaut, o desejo da intelectualidade de ser uma camada própria e autônoma sobre a sociedade (quase que a parte da mesma) de modo a definir valores próprios sobre o político e suas instituições, a maneira de uma intelligentsia, se manteve latente no imaginário de alguns intelectuais³⁸ e foi o desejo de grande parcela da geração de 25-40³⁹.

Em suma, a identidade do intelectual se faz através da ação política que a legitima dentro do campo político. Este faz a articulação da ação política do intelectual com o tecido social, no qual em circunstâncias de mudança do campo político pode ocorrer a necessidade de se restabelecerem as funções (vistas como missão) que a intelectualidade terá na construção de uma nova cultura política.

A análise das gerações de 25-40 e 54-64, feita por Pécaut, mostra o quanto os intelectuais se vêem como detentores de um papel social

³⁶ MICELI, apud SEVCENKO, Nicolau. A República dos Mandarins. Folha de São Paulo, São Paulo: 24 de jun. 2001.

³⁷ MICELI, op. cit., p. 29.

³⁸ Marco Aurélio Garcia foi um dos intelectuais que demonstraram nostalgia por uma intelligentsia que, para ele, foi adquirida pelos intelectuais na década de 70 e atualmente perdida. Garcia, M. A. apud. PÉCAUT, op. cit.: 300.

³⁹ PÉCAUT, op. cit.

“missionário” intrínseco a sua capacidade exclusiva de reter os saberes e a cientificidade para tal tarefa. Se por um lado a primeira geração, como membro da elite, se julgava ao lado dos setores favorecidos, porém atuando politicamente de forma mais “científica” e “objetiva”, como organizadora da nação brasileira de maneira autoritária ao manter excluídas as incultas camadas populares, organização nacional esta já latente culturalmente e ausente politicamente; a geração de 54-64 se via como intérprete do povo e menos adepta de um papel dirigente elitista e autoritário (de cima para baixo), por defender uma participação política ativa conjunta com as camadas populares, tendo como exemplo os setores progressistas de vanguarda⁴⁰.

Os setores intelectuais de vanguarda, como os intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) ou ligados ao CCP (Centro de Cultura Popular), e ainda os estudantes ligados a UNE (União Nacional dos Estudantes), apesar de suas posições políticas mais progressistas e democráticas, não abriram mão, assim como a geração anterior, de seu papel de destaque e liderança sobre as circunstâncias políticas e sociais no qual pretendiam mudar. As transformações sociais tão necessárias para o desenvolvimento da nação e superação do seu atraso frente ao capitalismo avançado se dariam pela constituição de uma vanguarda revolucionária popular, construída a partir da conscientização das massas proletárias em que os intelectuais teriam um papel de liderança inquestionável por estabelecerem aquilo que seria de fato uma cultura genuinamente popular. Um olhar sobre o CCP, instituição que mais tentou aproximar esse desejo intelectual com a realidade das massas, vê-se claramente o quanto havia de desprezo sobre as manifestações culturais genuinamente populares (vistas como ideológicas) em prol de uma cultura de vanguarda mais adequada a conscientização das massas sobre a real condição de exploração e atraso no qual os mesmos e principalmente o país se encontram. A construção de um pacto entre os setores sociais que defendem a nação – dentre os quais a burguesia nacional supostamente apoiadora do desenvolvimento autônomo brasileiro – é fundamental para o enfrentamento dos setores “entreguistas”, contrários ao nacionalismo e adeptos do capital estrangeiro imperialista, única condição que

⁴⁰ PÉCAUT, op. cit.

oferece barreiras a entrada do país no “hall” dos países capitalistas desenvolvidos, missão esta atribuída pelos intelectuais progressistas mais ainda não desvinculada de pretensões arrogantes e elitistas. Essas teses são a base da ideologia nacional-desenvolvimentista.⁴¹

A exclusão do povo é mantida apesar da retórica política inclusiva, pois o que se tem é uma “inclusão” disfarçada de uma pretensa liderança arrogante daqueles que detém o conhecimento e a verdadeira visão (não ideológica) sobre qual realidade política e cultural é melhor para o povo.

Em um artigo publicado em 1995, Rubem Barboza Filho, analisa as causas e os efeitos possíveis das principais propostas do até então recém empossado governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele destaca a famosa proposta central de Fernando Henrique Cardoso, o FHC, de “enterrar a era Vargas”, constatando, de forma provocadora e também crítica, que os paulistas têm a sua razão por estarem desde 1930 alijados do poder central que até então controlavam. Apesar do seu crescente dinamismo econômico que aumenta gradativamente a importância da sua economia em relação ao resto do país, São Paulo vê-se quase setenta anos alijados da política, onde a influência da sua burguesia, classe que mais articulou o processo ocorrido em sua economia, se verificava com os benefícios concedidos pelas elites políticas de origem principalmente carioca, mineira e gaúcha. Assim, o seu dinamismo econômico estava no centro do país, mas politicamente na periferia dependia da mediação de um Estado controlado por políticos não paulistas⁴².

O Estado surgido após a revolução de 30, chamado de varguista ou era Vargas, tinha o seu próprio modelo de desenvolvimento para o país, que combinava centralismo estatal, dirigismo econômico e controle corporativo sobre as instâncias sociais.

A chamada era Vargas é visceralmente “maquiaveliana”, atribuindo ao Estado o papel de regenerador e condutor da sociedade ao pressupor a incapacidade desta última para gerar soluções adequadas aos seus desafios básicos⁴³

⁴¹ PÉCAUT, op. cit.

⁴² BARBOZA FILHO, op. cit.

⁴³ Idem, p. 97.

Na obra “o Príncipe”, Maquiavel procura descrever a situação concreta em que se encontravam os pequenos estados (principados) italianos, procurando dar respostas, como um “manual” de política, para o caos social em que se encontravam devido à instabilidade política, dedicando o seu trabalho ao príncipe Lorenzo de Médici governante de Florença. Ele analisa a situação política italiana através de preposições essencialmente políticas, livrando as mesmas da intromissão de argumentos metafísicos como a moral cristã ineficazes para Maquiavel nas situações políticas concretas. Uma dessas preposições utilizada é a metáfora “Príncipe” para designar o princípio lógico de algo que governa, sendo o único capaz de assegurar ordem e por direção a um mundo que tende ao caos. Se todas as sociedades tendem ao caos apenas o Príncipe possui a capacidade, se este tiver as virtudes necessárias para tanto, e o poder de organizá-las⁴⁴.

Algumas posições polêmicas para a época levaram alguns autores principalmente cristãos a chamá-lo negativamente de maquiavélico. Essa palavra remete a uma célebre idéia atribuída a Maquiavel de que na política “os fins justificam os meios”, que pode ser retirada de algumas partes consideradas escandalosas do livro “O Príncipe”, como...

Contudo, [o príncipe] não deverá se importar com a prática escandalosa daqueles vícios sem os quais seria difícil salvar o Estado, isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.⁴⁵

Barboza Filho retoma a problemática maquiaveliana de forma a aplicá-la no Estado construído durante a era Vargas, que atribuía o predomínio do político como forma de contrabalançar a imaturidade da sociedade brasileira em construir o moderno⁴⁶, questão também apresentada por Pécaut.

Se o desenvolvimento do capitalismo brasileiro acontece de maneira politicamente orientada pelo Estado, é por objetivar a criação de vontades

⁴⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. “*O Príncipe*”. São Paulo: Martin Claret, 2007.

⁴⁵ Idem, p. 97.

⁴⁶ BARBOZA FILHO, op. cit., p. 98.

coletivas para intervirem nos diversos setores da sociedade como na economia, onde prevalece o arbítrio das vontades individuais egoístas e conflituosas, a fim de construir ações mais universais capazes de atuar esteticamente na criação do moderno⁴⁷. Tem-se aqui, a maneira hegeliana, o Estado “como grande instrumento de ordenamento e hierarquização dos interesses privados, vinculando-os organicamente produzindo a idéia da sociedade como um todo passível de harmonização.”⁴⁸

O Estado desejoso de incorporar por completo a sociedade para controlá-la em um “todo nação harmonioso”, a partir de instrumentos corporativistas, a fim de dirigi-la na direção do desenvolvimento de bases nacionais autonomistas, como apresenta Pécaut⁴⁹, supondo as especificidades societárias brasileiras tradicionalmente incapazes de levar o país a um rumo certo dadas as condições egoístas e particularistas de seus grupos envolvidos e os conflitos decorrentes de tal situação.

A tradição ibérica marca presença ao lado do maquiavelismo na visão que se constrói sobre a política e as instituições brasileiras. Mencionando Richard Morse, Barboza Filho afirma que a política brasileira...

...não se organiza como representação de interesses díspares e legítimos, mas como disputa pelo sentido final da sociedade como um todo, cuja reverberação cobriria de significado a pluralidade de interesses existentes.⁵⁰

O afastamento da competição e da disputa, num contexto de diferentes setores sociais com interesses e idéias divergentes, para os pressupostos de dissidência e, sobretudo, traição que se fazem presentes nas atividades políticas, traz como conseqüência a redução da política numa espécie de luta maniqueísta entre o bem e o mal, sendo o mal representado por aqueles setores que se colocam contra a política totalizante e organicista⁵¹.

⁴⁷ BARBOZA FILHO, op. cit.

⁴⁸ Idem, p. 99-100.

⁴⁹ PÉCAUT, op. cit.

⁵⁰ BARBOZA FILHO, op.cit., p. 100.

⁵¹ Idem.

A representação que os intelectuais brasileiros têm sobre a política e a própria representação que os mesmos estabelecem sobre si a partir dessa relação, à maneira de Pécaut, carregam em seu corpo a tradição política ibérica e o maquiavelismo hegeliano; pressupostos que se materializaram no Estado corporativo dos anos trinta no qual os intelectuais ajudaram sem dúvida na sua implementação em terras brasílicas.

Segundo Pécaut, durante os primeiros anos da ditadura militar parte da intelectualidade apoiou o golpe de 64 e a outra formada pelos progressistas procuraram entender a situação inesperada usando os mesmos argumentos da intelectualidade isebiana. Os intelectuais do ISEB, a principal instituição intelectual em fins de 50 e início de 60 de articulação social do nacional-desenvolvimentismo varguista, que antes do golpe julgavam contar com o apoio e a mobilização de amplos setores sociais frente aos setores conservadores ditos entreguistas, se surpreendem quando nos dias subseqüentes ao golpe constatam que são, dada a facilidade dos últimos em promover e garantir o golpe militar, uma pequena minoria e os seus diagnósticos não passam de fantasia e idealização. Muitos intelectuais progressistas tentam em vão entender nos anos imediatamente posteriores ao golpe o porquê da fácil derrocada dos setores progressistas nacionalistas, utilizando os mesmos conceitos usados nas análises que davam suporte ao arcabouço ideológico nacional-desenvolvimentista⁵². No entanto, tão logo perceberam o esgotamento teórico desse esquema os intelectuais buscaram construir novos pressupostos para compreenderem a situação sócio-política daquele período e seus desdobramentos posteriores.

Para Bernardo Sorj o ISEB e a USP (Universidade de São Paulo) disputaram durante algum tempo a hegemonia entre os intelectuais em torno menos de projetos societários diferentes e mais por estilos diversos. De um lado o isebiano notadamente ensaístico, voltado para o grande público, provedor de um discurso em nome do povo e possuidor de critérios éticos de avaliação. Do outro, o uspiano marcado por Sorj pelo rigor científico, direção enfocada no público acadêmico, provedor de um discurso de competência científica e possuidor de critérios de avaliação universal. Mas, o fim do ISEB

⁵² PÉCAUT, op. cit.

em 64 e o exílio de seus intelectuais – muitos abandonaram as suas posições teóricas daquele tempo – os intelectuais uspianos, na visão de Sorj, cada vez mais assumiram posições mais engajadas.⁵³

O populismo surge como conceito para tentar explicar a situação sócio-política anterior ao golpe e foi defendido por alguns intelectuais principalmente paulistas, apresentando uma representação bem peculiar do Brasil. Daí se indaga: até que ponto a atuação política desses intelectuais se aproxima do conceito de populismo? Não se trata aqui de aprofundar o tema e discutir os pormenores dos efeitos da visão populista sobre a política e sociedade brasileira em tempos mais contemporâneos. Mas traçar um quadro geral da sua origem e os seus desdobramentos políticos, procurando sempre relacioná-los a intelectualidade.

Esse conceito de acordo com as interpretações mais significativas⁵⁴ aparece basicamente em locais onde há a intensificação da urbanização, sendo um fenômeno político que relaciona as massas populares diretamente com o poder político, de maneira específica caracterizada pela tutela de um líder carismático. A incorporação das massas ao jogo político ocorre de maneira passiva pela circunstância política criada de dependência das massas ao político populista, pois as mesmas só se constituem como classe na medida em que sua participação política manifesta-se a bel prazer dos discursos demagógicos e ideológicos do líder carismático que os representam.⁵⁵

Neste quadro, o “apelo” de muitos intelectuais para a plena implantação da democracia no Brasil, após a derrubada de Vargas e do Estado Novo em 1945, se esvoaça rapidamente, pois...

⁵³ SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 25. Disponível em www.bvce.org

⁵⁴ Uma possibilidade interpretativa acerca do populismo para o trabalho proposto fornecida por Ernesto Laclau em “Política, Ideologia e Teoria Marxista” sustenta que o populismo, enquanto forma discursiva com ‘interpretação popular’, deve ser concebido de forma dialética. Laclau rechaça, portanto, a visão dominante do populismo somente como algo retrógrado.

⁵⁵ WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 26-28.

... o ardor democrático dos intelectuais de 1945 tinha poucas chances de durar. Tendo admitido, por cálculo ou impotência, o aspecto corporativista do regime, pouco inclinados aos prazeres da política partidária e, além disso, pouco instrumentados para tomar parte nela, não tinham motivos para celebrar as virtudes da "democracia formal" que de qualquer forma nunca exaltaram assim.⁵⁶

No que tange à análise política, Jorge Ferreira acredita que o populismo reduz drasticamente qualquer outra argumentação contrária sobre a relação das atividades políticas principalmente, não de forma exclusiva, relativas ao período compreendido entre os anos 30 e 64 em favor da.⁵⁷..

...manipulação política, propaganda estatal, doutrinação de mentes, consciência desviadas, camponeses que vestiam macacão, demagogia populista, cegueira nacionalista dos comunistas, tradições messiânicas, resquícios sebastianistas e até mesmo, totalitarismo.⁵⁸

Diz ainda Ferreira que o populismo reduz substancialmente o histórico da classe operária de lutas, mobilizações e perseguições características da República Velha e também de luta autonomista durante a Ditadura Militar, como ocorreu nas Greves do ABC, a um hiato de quase trinta e quatro anos de mero peleguismo ou passividade⁵⁹.

O conceito de populismo foi uma tentativa ambiciosa dos intelectuais paulistas de explicar o Brasil, "entendido como um fruto político de um país emparedado a meio caminho entre o atraso e o moderno". Os intelectuais paulistas não conseguiram expressar de maneira problematizadora e sofisticada a própria articulação que envolvia o caminho da modernização brasileira, devido às circunstâncias específicas de São Paulo distintas do restante do país como colocou Barboza Filho.⁶⁰

⁵⁶ PÉCAUT, op.cit., p. 99.

⁵⁷ FERREIRA, Jorge (Org). O Populismo e sua História: debate e crítica. Resenha de: Chaves Flores, Elio. Politeia: Hist e Soc, Vitória da Conquista, v.2, n.1, p.207-219, 2002. Disponível em http://www.uesb.br/politeia/v2/resenha_02.pdf

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ BARBOZA FILHO, op. cit., p.123.

Nesta perspectiva, a atuação dos intelectuais mais progressistas, apesar das suas fantasias em relação a um papel de liderança ou certa preponderância dada pelos seus conhecimentos científicos, naquilo que pode ter de positivo como a disposição de ir até as massas e reconhecer a sua participação ativa no processo político – naquela época movimentos sociais exemplificados nas ligas camponesas sinalizam para esse ativismo – é reduzida a um simples “profeta do peleguismo” em favor da pura e perversa cooptação das massas populares para um modelo político demagógico que as aprisiona em benefício próprio, retirando das mesmas qualquer possibilidade de mobilização ou conquista de qualquer benefício a partir das relações estabelecidas com as instituições políticas do período.

É digno de nota o papel desempenhado pelo Estado a partir do golpe do Estado novo promovido por Getúlio Vargas. Segundo o trabalho desenvolvido por Alcir Lenharo, “Sacralização da Política”, o Estado procurou por meio dos meios de comunicação desenvolver uma política de valorização do nacionalismo e da idéia de uma nação forte, moderna, justa e patriótica. Para isso contou com o apoio de diversas instituições como a família, a escola e a Igreja para vincularem socialmente essas idéias. A imagem de família conformista e feliz, somada pela noção de que o trabalhador deveria imitar Jesus Cristo que aceitou a sua missão de maneira submissa e por uma pedagogia de caserna que ao exemplo das aulas de Educação Física deveria formar alunos fortes e disciplinados foram os principais instrumentais para a construção de um operariado robusto, disciplinado e conformista com a situação político-social e próprio para exercer o trabalho. O objetivo dessa política criada pelo Estado Novo era acabar com a luta de classes e vender em seu lugar concepções que descreviam uma sociedade sem privilégios e com uma conciliação de classes que trabalhavam conjuntamente em prol de um futuro melhor para a nação.⁶¹

Outra maneira utilizada pelos intelectuais para compreender a situação política anterior a 64 e seus desdobramentos posteriores é a teoria da dependência. Ela emprega conceitos e esquemas bem diferentes das tentativas teóricas anteriores que se utilizavam dos mesmos pressupostos

⁶¹ LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. São Paulo: Papyrus, 1986.

nacional-desenvolvimentistas para criticar o fracasso político do mesmo. A teoria da dependência e em certa medida o populismo possibilitaram aos intelectuais estabelecerem uma nova representação sobre o Brasil e a si mesmos, a partir da crítica ferrenha a tudo aquilo que vinha da geração nacional-desenvolvimentista.⁶² As implicações teóricas gerais que envolvem a teoria da dependência serão analisadas posteriormente e envolverão alguns de seus principais intelectuais articuladores.

Mas, o contexto político e intelectual da década de setenta em que a teoria da dependência se desenvolvia foi bastante influenciado pelo impacto da revolução cubana, de acordo com Sorj. Para ele, o impacto da revolução trouxe a reformulação da ação política e do pensamento da intelectualidade principalmente entre os comunistas, arejando as concepções marxistas – leninistas, e as classes médias universitárias que começaram a deslumbrar um caminho revolucionário latino – americano. Diante desse quadro, a geração setecentista dos intelectuais estabelecerem um debate teórico em torno de dois esquemas: o comunista e o cepalino (da Cepal). O conceito e as controvérsias sobre a teoria da dependência surgiram em consequência desse debate.⁶³

A geração nacional-desenvolvimentista tinha para Pécaut supervalorizado o seu ativismo político em detrimento da análise teórica. Naquele contexto, os intelectuais entenderam que o momento era de ação política e a negligência teórica foi uma consequência fatal que os levaram a reprodução de uma arrogante utopia completamente desconjuntada com a realidade em favor da exaltação de si mesmos como “guias políticos sociais”, ou seja, a aproximação dos intelectuais com as forças sociais populares que se insurgiam num ativismo político seria fundamental para conduzi-las no caminho reto da mudança social e política.

Durante a ditadura, o isolamento do político em relação à sociedade provoca efeitos também no seio intelectual. O Estado autoritário se cristaliza numa camada decisória formada pelos militares de alta patente e tecnocratas vinculados diretamente na implantação do binômio segurança e desenvolvimento. Isolados enquanto a situação anterior de influência ou

⁶² PÉCAUT, op.cit.

⁶³ SORJ, op. cit., p. 22-23.

participação direta sobre o poder, os intelectuais de pronto não souberam se colocar de forma objetiva perante a nova situação criada ao repetir os mesmos esquemas explicativos teóricos anteriores. Mas com o passar do tempo, buscam opções que os situassem enquanto categoria perante a conjuntura sócio-política e a concorrência dos tecnocratas que ascenderam em muitos lugares justapostos a manutenção das formas tradicionais de controle social, sendo a teoria da dependência e a defesa da profissionalização algumas dessas tentativas realizadas pelos intelectuais. Esta realidade de ruptura não desejada da política favorece a autonomia dos intelectuais e a possibilidade de uma postura mais crítica perante a atuação do Estado e voltada mais para a análise teórica⁶⁴.

Diante de tal conjuntura e dada a situação de intervenção e vigilância das universidades pelo regime ditatorial, muitos intelectuais se agrupam nas recém criadas instituições privadas de pesquisa e análise social, como o Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do estado do Rio de Janeiro), Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), Idesp, etc. Embora para Pécaut a parcela da intelectualidade que melhor expressou essa nova situação foi os intelectuais de São Paulo agrupados em instituições como o Cedec e principalmente o Cebrap.⁶⁵

O elemento novo para Pécaut é a tentativa de autogestão das organizações e associações intelectuais que passam a defender os seus interesses e direitos usurpados pelo regime autoritário. O exemplo da fundação da Anpocs (Associação Nacional de Pós – graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em fins da década de 70 demonstra a preocupação dos intelectuais de formarem uma associação de cunho profissional não mais corporativista que recupere direitos e adquira legitimidade política de modo a buscar de maneira autogestiva junto aos órgãos de tutela do Estado um maior financiamento para as suas atividades, no qual denota certa influência dessa associação sobre os mesmos.⁶⁶

⁶⁴ PÉCAUT, op. cit., p. 269-272.

⁶⁵ Idem, p. 266-267.

⁶⁶ Idem, p. 270.

No entanto, Pécaut defende que diante do autoritarismo do Estado e do profissionalismo dos técnicos ligados a burocracia estatal não houve nas novas instituições de pesquisa um distanciamento dos intelectuais da política, mesmo diante da profissionalização que fará as ciências sociais nas décadas de 70 e 80 do século passado assumir uma postura de valorização das publicações teóricas dos especialistas universitários. O fato que fez Pécaut acreditar que os melhores centros de pesquisa eram os paulistas Cedec e, sobretudo, o Cebrap foi porque estas instituições souberam usar o profissionalismo como meio de escorar a sua intervenção política em prol de uma coesão interna a favor da liberalização política contra o autoritarismo do regime.⁶⁷

A análise de Pécaut considera indispensável para a constituição dos intelectuais como atores políticos na história política brasileira durante a ditadura militar e o processo de abertura três condições: teórica, organização interna coesa e estratégias de articulação com o meio exterior⁶⁸.

A primeira considera como fundamento básico a autonomia teórica do campo político frente à realidade econômica. A chamada tese hiperfuncionalista marxista foi usada como fundamento teórico pela geração nacional – desenvolvimentista de antes de 64 para explicar os elementos da realidade brasileira como meras peças para a máquina de acumulação econômica capitalista, apagando qualquer possibilidade do social ser visto como ator político. O hiperfuncionalismo marxista brasileiro se insere num evolucionismo teórico que mesmo “portador de uma promessa de libertação social ou nacional, (...) está fechado sobre si mesmo, tecido por um princípio de causalidade sem fim e de finalidade sem causa.”⁶⁹

O Cebrap é um exemplo concreto de acordo com Pécaut por reunir os intelectuais paulistas remanescentes do antigo Seminário de Marx para analisar de maneira livre de dogmatismos partidários e determinismos econômicos as obras marximianas de modo a fomentar pesquisas sociais de encomenda para qualquer instituição seja privada ou pública. Insiste Pécaut que esses intelectuais defenderam desde o início a autonomia do Cebrap

⁶⁷ PÉCAUT, op. cit., p. 273-274.

⁶⁸ Idem, p. 281.

⁶⁹ Idem, p. 284-285.

frente aos órgãos estatais e procuraram estimular o papel da instituição como centro de referência para uma ciência social “polivalente” teoricamente, capaz de considerar teorias de vários autores e os diversos elementos existentes na sociedade (como a esfera política, econômica, social, etc.) sem sobrevalorizar a importância de um em detrimento dos outros.⁷⁰

O segundo têm como fundamento a existência de uma coesão interna na camada dos intelectuais que os mantiveram unidos em “amplas convergências ideológico-políticas” mesmo diante das cisões como, por exemplo, daquela que separou os intelectuais que se mantiveram no antigo MDB com os que se engendraram no recém formado PT (Partido dos Trabalhadores) sem romper com o diálogo e os laços pessoais entre os seus principais dirigentes. Mantida a sua coesão nestas amplas convergências dadas por temas como o nacionalismo (não nos moldes nacional desenvolvimentista e sim como “senso comum e pedra de toque de qualquer teorização” para usar as palavras de Pécaut) e a exigência de democratização foi possível os intelectuais brasileiros preservarem a sua organização política.⁷¹

A coesão interna dos intelectuais em grandes temas ideológicos favorece a sua articulação com os movimentos sociais, classes populares e os partidos políticos. Pécaut procura numa breve história demonstrar os passos dessa articulação que começou em 1973 com o Cebrap e o Iepes (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais) ligado ao partido político MDB e dois anos depois o Cebrap e a Igreja. Alguns intelectuais do Cebrap ajudam o PT (e depois aderem ao seu quadro) na sua organização durante o contexto das greves do ABC e expansão dos movimentos de base e outros como FHC se candidatam a cargos políticos. A aproximação com a sociedade civil e a sua atuação como ator político ocorre mesmo nas eleições de 1974 quando muitos intelectuais participam da campanha do MDB. Assim, a constatação da ascensão das oposições contra o autoritarismo reunidas no MDB precede aos movimentos de base e se constitui para os intelectuais o caminho do protesto.⁷²

⁷⁰PÉCAUT, op. cit., p. 298.

⁷¹ Idem, p. 292-293.

⁷² Idem, p. 300-302.

Diante das manobras da Ditadura Militar para manter as regras do jogo político e contrabalancear o poder das oposições organizadas no MDB, que é um partido de massa que representa um conjunto heterogêneo de correntes políticas, os intelectuais dadas as incertezas decorrentes dessa prática são conduzidos a duas alternativas políticas: recusar as regras da democratização autoritária ou elaborar estratégias que as levem em consideração. Encontra-se nas suas análises políticas a marca de estratégias políticas gerais marcadas pelo realismo que procura fundamentar-se em táticas conjunturais e definidas em “função das relações de forças de cada momento”. Existem duas forças políticas que atuam neste contexto como oposição a democratização autoritária (controlada pelo regime) e farão os intelectuais se aproximarem das mesmas para por em prática a sua “política do possível”. A primeira e mais antiga é aquela que reúne as “elites específicas” dos diversos setores da sociedade civil (intelectuais, industriais, hierarquia eclesiástica, etc.) num diálogo que busca a conciliação e a correlação de forças. A segunda se constrói no momento em que diversos movimentos populares autogestivos como as greves do ABC e os movimentos de base fomentados pela Igreja insurgem em oposição a política oficial autoritária. Essas conjunturas possíveis aumentam as cisões no seio dos intelectuais. Alguns como Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Marilena Chauí depositam suas esperanças de uma democratização real para o país na capacidade de auto-organização dos atores sociais independentes do Estado, desconfiam dos mecanismos de representação político e rejeitam as teses de vanguardas tradicionais. Outros como FHC enxergam limitações na independência desses movimentos populares frente ao Estado e apostam mais no processo institucional que aceita as regras do jogo como meio de se atingir a democratização. Nas palavras de Pécaut “O grau de adesão a política do possível é o que diferencia a partir daí as posições [políticas] intelectuais.” E por fim em tom de crítica Florestan Fernandes denuncia veemente este realismo intelectual⁷³ para defender a reconversão dos intelectuais a militância política em prol da ruptura do capitalismo e da autocracia burguesa como põe Pécaut.⁷⁴

⁷³ PÉCAUT, op. cit., p. 302-306.

⁷⁴ Idem, p. 289.

Sobre o processo institucional Barboza Filho sustenta que abandonada o caminho da luta armada escolhida principalmente por estudantes a estratégia parlamentar é a que demonstra ao longo da “marcha” rumo à redemocratização maior fôlego. A incapacidade do governo em superar a crise econômica e a mobilização parlamentar da oposição o levava a um isolamento político que o forçava a negociar, apesar de manter com avanços e recuos o ritmo do “processo transição para um governo civil”. De acordo com Barboza Filho, diante do primeiro sinal de reforma partidária assinalado pelo governo ditatorial a fim de enfraquecer o partido massa o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que ocorreu em 1980 surge o PT (Partido dos Trabalhadores) que é uma organização partidária completamente nova e distinta da realidade tradicional maquiaveliana centrada no controle político estatal. Nesta perspectiva o PT é para Barboza Filho a expressão de um operariado moderno principalmente paulista autônomo e desejoso de uma representação direta da classe a fazer valer seus interesses frente às instituições políticas.⁷⁵

Quando na década de oitenta são afastadas as incertezas de que as instituições políticas caminhavam sem volta para o retorno da democracia e que teve como marcos históricos a volta dos civis ao poder em 1985, a promulgação da Constituição de 1988 e a realização das eleições diretas para presidente no ano de 1989 desde Jânio Quadros, Pécaut afirma que diminuíram a coesão dos intelectuais que os constituíam como ator político em consequência da amplificação das divergências que transformariam as cisões em divisões.⁷⁶

Seja como for, pode-se afirmar que alguns intelectuais optaram por patrocinar representações em favor da retomada da militância política com fins anti-capitalistas e outros viam os movimentos de base auto-organizativos como expressão de uma esperança real de democratização para o país. Grande parte deles encontraram na filiação ao PT o veículo político-partidário para a implementação de suas convicções políticas apresentadas por suas representações.⁷⁷ No entanto, outros discordavam da capacidade auto-

⁷⁵ BARBOZA FILHO, op. cit., p.113.

⁷⁶ PÉCAUT, op. cit., p.307.

⁷⁷ BARBOZA FILHO, op. cit, p. 112.

organizativas desses movimentos sociais por enxergarem ainda possíveis dependências com a ingerência estatal e depositaram a sua confiança em representações que sinalizavam a via institucional como maneira possível para a efetiva redemocratização do país.⁷⁸

Outros como FHC preferiram continuar no MDB que se tornou PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) depois da lei que liberou o pluripartidarismo. Ele chamava o PMDB como “omnibus” que em latim quer dizer “de todos” e ficou popularmente conhecido como partido ônibus. De acordo com FHC a sua permanência no PMDB se deu por crer que um “partido de todos” se assemelharia mais a sua idéia de um “partido de assalariados” que englobasse todos os assalariados modernos do que um partido classista e a favor dos não-assalariados (os excluídos) como era o PT. Um partido com representação social mais ampla teria uma força muito maior numa sociedade de massa do que um partido com visão restrita de classe.⁷⁹

Conclui Pécaut a sua análise ao afirmar que aquilo que torna os intelectuais atores políticos no contexto da redemocratização especialmente na realidade paulista está na mediação dada entre o plano da mobilização social e as táticas políticas que sem a sua atuação mantêm-se distantes um do outro⁸⁰.

Existe a reprodução, que está presente em Pécaut, de uma idéia de linearidade que ressalta como constante um progresso das idéias e da própria condição de intelectual. Se os mesmos começam como meros filhos diretos da elite e reprodutores sem criticidade científica nenhuma, apesar da eloquência dos discursos, do modelo político-social elitista, no início do século XX se desvinculam dos laços diretos com a elite e passam a depender do seu trabalho intelectual que se volta para a compreensão da nossa realidade, lançando as bases para no momento de ascensão do Estado como ator político atuarem ativamente na construção da ideologia condutora da modernização do país. A partir da década de cinquenta do século anterior as suas análises passam a considerar o ir ao povo como condição para o desenvolvimento

⁷⁸ PÉCAUT, op. cit.

⁷⁹ TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo: Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 229 – 233.

⁸⁰ PÉCAUT, op. cit, p.308.

nacional, desconsiderando criticamente as teorias anteriores consideradas elitistas por excluírem os setores populares como agentes ativos desse processo. No entanto, o “avanço” dos intelectuais de considerar o povo como agente fundamental para a construção da nação verdadeiramente popular e democrática esbarra num ativismo político sem preocupações teóricas que levam a construir análises utópicas e deterministas. A derrota política dessas teses possibilita aos intelectuais repensarem criticamente a si mesmos, retomando a priori o caminho da reformulação teórica e o rigor científico. O profissionalismo fez os intelectuais sofisticarem os seus conceitos e conseqüentemente problematizarem a sua análise da conjuntura sócio-política para dar conta da complexidade dos fenômenos sociais de cada época histórica. Por último, de acordo com Pécault a sofisticação teórica trouxe para os intelectuais a possibilidade de atuarem politicamente dentro daquilo que é concreto, articulando-os de maneira mais próxima e legítima com os atores sociais em prol das mudanças possíveis dentro daquela realidade.

A relação entre intelectuais, classe dominante e o poder no Brasil merece algumas considerações. Há uma proximidade dos intelectuais com o poder que não apenas definiria o seu papel, mas a sua própria definição. Apesar da proximidade com o poder os intelectuais seriam detentores de uma desejosa posição neutra dada pela sua cientificidade que os colocariam livre e acima dos partidarismos ordinários da vida comum. A sua cientificidade os legitimariam socialmente e os impeliriam numa atuação política de direção e administração do Estado ou na liderança política em prol de uma transformação e modernização social e, sobretudo, nacional. Mesmo quando afastados do poder após o golpe militar em 1964 uma parcela dos intelectuais, os técnicos, se aliaram a burocracia militar e supervalorizaram ainda mais a condição cientificista, ou melhor, a posição de neutralidade política em favor da bandeira ciência, tecnologia e desenvolvimento do país. Os técnicos acreditavam então na possibilidade de que a sua ação cientificista garantia uma racionalidade apartidária e apolítica.

No contexto dos anos setenta, o fim do ISEB e da influência dos intelectuais isebianos proporcionaram aos intelectuais da USP cada vez mais se engajaram na política em paralelo ao processo de redemocratização controlado pela ditadura militar. Embora alguns se identificassem com o PT e

se engajassem na sua estrutura partidária ou simplesmente colaboraram de alguma forma na estrutura desse partido, na medida em que, de acordo com Pécaut, o país tomava um rumo cada vez mais seguro em prol da volta da democracia a intelectualidade se fragmentava em divisões que dificultavam a sua constituição como ator político.

Um fator a mais que evidenciou a dificuldade dos intelectuais de efetivarem a sua condição de atores políticos está atrelada a idéia de Sorj da perda da condição monopolista de porta-vozes da sociedade. Durante a ditadura militar diante da eliminação dos canais de representação e expressão civil os intelectuais se transformaram em veículo de transmissão para a sociedade de análises interpretativas distintas do governo, sendo o meio universitário, dado ao seu isolamento e proteção da repressão, local de refúgio para a ação contestatória e campo principal de recrutamento de partidos de esquerda. No entanto, de acordo com Sorj, na medida em que o país se redemocratizava os intelectuais perdiam o posto político de porta-vozes centrais denunciadores do regime. A saída deles para não perderem o posto central é o engajamento crescente nas organizações políticas e sindicais ou nos “novos fóruns de debate político” que são os meios de comunicação de massa, mesmo que a adaptação a esses novos locais o forçassem a abandonar o trabalho acadêmico.⁸¹

Assim, o engajamento direto na política, a participação em sindicatos e o envolvimento nos meios de comunicação de massa foram às condições encontradas para não perderem a importância política e caíssem numa espécie de isolamento ou “ostracismo” político-social.

Outro aspecto importante que se deve considerar para se entender a relação dos intelectuais com a política na realidade contemporânea é aquela levantada por Russel que via a especialização e o academicismo como uma redução de sua atuação. O confinamento da intelectualidade apenas ao ambiente universitário a destituída de preocupações mais voltadas ao campo da política e que seria uma situação não verificada com as gerações intelectuais anteriores. No contexto brasileiro essa constatação de Russel talvez tenha como símbolo maior o fim dos ensaístas isebianos que atuavam

⁸¹ SORJ, op. cit., p. 62, 78.

diretamente na política ao direcionarem os seus trabalhos ao grande público e engajá-los em favor da transformação social.

Para se entender melhor como ocorre esse “ostracismo” sócio-político que afeta a intelectualidade brasileira é necessário mapeá-lo. Em primeiro lugar é resultado do processo de atomização universitária promovido pelo regime militar com a finalidade de isolá-la do restante da sociedade. Em segundo, além das mudanças no próprio público, é consequência da especialização e compartimentação dos intelectuais em disciplinas quase que hermeticamente fechadas em si mesmas que os levaram a reduzir a sua atuação ao campo estritamente acadêmico e universitário. Então, parcela da intelectualidade a fim de não perder o seu “status” de ator político principal, e fugir do “ostracismo”, buscou outros meios como o envolvimento direto com a política ou a entrada nos meios de comunicação de massa para manterem a sua evidência social e, principalmente, influência política.

Essa correlação intelectual e poder aponta também na realidade brasileira para fortes laços pessoais e fundamentalmente ideológicos com as tradicionais classes dirigentes do país: os setores oligárquicos e posteriormente o Estado e sua burocracia. Tem-se por parte dos intelectuais uma forte tendência de retificar as mesmas teses modernizadoras e elitistas. No mais, essa parcela elitista e conservadora apenas se utiliza de discursos que carregam idealizações sobre o seu papel social e que valorizam mais as suas supostas qualidades técnicas e científicas do que o significado real da sua atuação política na história do país. De qualquer modo, por mais que seus conceitos e teorias se tornem cada vez mais rebuscados e sofisticados, porém tendem a frieza e insensibilidade política por enfocarem mais a glorificação de seus próprios autores intelectuais do que de fato o compromisso com a efetiva transformação social alternativa a ratificação da modernização conservadora.

Por último, a participação dos intelectuais no poder pode se configurar naquilo que Said afirmou que os mesmos seriam “os pais, mães, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas” de cada movimento sócio – político de grande relevância na história moderna⁸². Esta participação é explicitada e problematizada através do conceito de representação que torna os intelectuais

⁸² SAID, op. cit., p. 25.

participantes íntimos do rumo das trajetórias políticas ocorridas ao longo da história brasileira. As próprias representações defendidas em sua atuação são formuladas numa dialética entre a sua subjetividade (trajetória de vida e escolhas políticas tomadas ao longo de sua vida) e o contexto histórico social. Eles participaram como atores sociais fundamentais na divulgação ao seu público de pontos de vistas e atitudes que corroboraram ou criticaram as ideologias políticas e as instituições políticas vigentes em cada época histórico-social.

Capítulo II: FHC e suas representações: idealizações sobre o príncipe.

Um dos intelectuais que conseguiram maior evidência no contexto brasileiro a partir da década de 60 do século passado foi FHC. Essa evidência se ampliou mais e atingiu o exterior a partir dos seus trabalhos relacionados à teoria da dependência.

Sua trajetória de vida é marcada pelo fato de seu pai e avô terem sido generais do exército e a sua infância e adolescência vividas em bairros de classe média no Rio, bairros de Copacabana e Tijuca, e São Paulo, bairros de Perdizes e Higienópolis.⁸³ Sua inserção de classe nos setores medianos da sociedade não permitiu FHC passar dificuldades financeiras e sentir na pele os efeitos da pobreza. Há um fato curioso sobre isso, FHC quando se mudou para São Paulo se surpreendeu com as ruas de barro existentes num bairro como o de Pacaembu, coisas que ele não estava acostumado a ver nos bairros elegantes em que vivia no Rio de Janeiro. Não gostava também do provincianismo de São Paulo, preferindo a atmosfera mais cosmopolita do Rio de Janeiro, capital do Brasil a época. Com o pai, assistia os desfiles militares e conta que se emocionou ao entrar em um dos tanques que passavam na rua. Assim como grande parte da família composta por militares, FHC pensou também em ser um.⁸⁴

Na época de estudante, quando a família retornou a São Paulo em fins de 1943, FHC manteve um caráter muito formal, talvez por influência do militarismo familiar, aponto de cumprimentar formalmente todos os novos colegas da escola no qual se matriculara e durante as férias no Rio chocava todos os seus parentes ao se vestir de paletó, colete e gravata em pleno verão carioca.⁸⁵

Sobre esse caráter militar de seu avó e do pai, FHC frisa que foram sempre “democratas desde a raiz dos cabelos”. Seu avô, general Joaquim Ignácio, quando comandante em Recife, fundou uma Liga Pernambucana contra o analfabetismo e criou várias escolas e o seu pai, general Leônidas

⁸³ MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe, personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 24 et. seq.

⁸⁴ Idem, p. 26.

⁸⁵ Idem, p. 26-27.

Cardoso, nacionalista ferrenho participou da campanha de Getúlio Vargas “O Petróleo e Nosso” no cargo de presidente do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo em São Paulo, que segundo FHC, na época tesoureiro do centro, era o principal instrumento de mobilização política da campanha, além de se candidatar deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (antigo PTB). Sobre o pai diz ainda que não cabia no estereótipo de militar por se afável, liberal e elegante, gostando também de poesia e leitura. O mesmo tinha dois cursos superiores, Medicina, incompleto, e Direito. Ele termina dizendo que apesar das pessoas assumirem posições diversas ao longo da vida, o “background” pessoal e familiar tem um papel importante no condicionamento do percurso político.⁸⁶

Aos 18 anos incompletos matriculava-se no curso de Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e, por não haver separação clara entre os departamentos, ele e seus colegas estudavam Genética, Matemática e Filosofia. Tinha aulas como os primeiros sociólogos brasileiros ao lado de franceses que ministravam as disciplinas em francês. Apesar do seu primeiro trabalho acadêmico uma dissertação sobre o filósofo Parmênides ter sido um fracasso, sua nota foi apenas cinco, o professor Florestan Fernandes já o tinha como aluno predileto⁸⁷. Como apresenta Goertzel, o trabalho inicial de FHC discutia questões abstratas envolvendo os métodos dialético e funcionalista.⁸⁸ Em 1952, antes mesmo de se formar, FHC obteve, por intermediação de Florestan junto ao reitor, o seu primeiro emprego como professor de História Econômica da Europa na Faculdade de Economia da USP.⁸⁹ Nesta mesma época muitos dos seus colegas enveredaram para a política estudantil, todavia FHC preferiu continuar na carreira acadêmica universitária.⁹⁰

Quando Florestan Fernandes assumiu a cátedra de Sociologia na USP, após o retorno do professor Roger Bastide para a França, nomeou FHC aos 24 anos ao cargo de professor assistente. Nas eleições presidenciais de 1960, o

⁸⁶ CARDOSO, F.H. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 51-52.

⁸⁷ Idem, p. 31.

⁸⁸ GOERTZEL, op.cit. p. 25.

⁸⁹ MARKUN, op.cit., p. 31.

⁹⁰ Idem, p. 43.

professor FHC aos 29 anos não votou, como outros colegas de esquerda, em Adhemar de Barros ou Jânio Quadros, preferindo votar no general Lott. É nessa época que FHC com a colaboração de Otavio Ianni, inspirado por Florestan Fernandes, realiza o seu primeiro grande trabalho acadêmico de importância publicado com o título “Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional”. O curioso é que quarenta anos depois quando o governador de Santa Catarina Esperidião Amin mandou reeditar esse trabalho teve a negação de Otavio Ianni que se recusou a ver o seu nome ao lado de FHC, agora seu desafeto político. Como consequência o trabalho foi reeditado apenas com as partes feitas por FHC e recebeu o nome de “Negros em Desterro.”⁹¹

O trabalho consistia numa análise histórica e sociológica sobre um objeto específico: a cidade de Florianópolis antiga Desterro. Eles realizaram um trabalho de campo de 15 dias na cidade, aplicando questionários e entrevistando pessoas a fim de observarem as relações raciais em diversas instituições como escolas, vizinhança, esportes, danças e trabalho. Enquanto Otavio Ianni cuidava da parte relativa às atitudes raciais correntes, FHC se preocupou em analisar a extensa literatura disponível sobre a história socioeconômica do Estado.⁹² Na conclusão, observaram que “as ideologias raciais eram mais nacionais do que regionais e refletiam antes a estrutura econômica do país como um todo do que a de regiões específicas”.⁹³

A obra seguinte “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional” foi sua tese de doutorado apresentado em 1962 e consistiu numa análise mais completa e abrangente sobre as relações raciais e o modo de produção no estado do Rio Grande do Sul, local em que a escravidão teve um papel pouco importante no aspecto econômico. A tese começa com um capítulo dedicado ao estudo sobre o método dialético e, segundo Goertzel, FHC não quis se atolar com a terminologia filosófica e sugere aos leitores pularem esta parte “sem perder nada de essencial.”⁹⁴ Ele apenas objetivou demonstrar

⁹¹ MARKUN, op.cit., p. 42.

⁹² GOERTZEL, op.cit., p. 25-28.

⁹³ Idem, p. 28.

⁹⁴ GOERTZEL, op.cit., p. 29.

academicamente a importância sociológica do método dialético em relação a um estudo de caso. Ao longo do estudo, FHC faz um panorama histórico para demonstrar que no início da colonização gaúcha a escravidão não tinha importância numa sociedade de pequenos vaqueiros que realizavam uma pecuária de subsistência, quadro que começou a se alterar na medida em que a produção de charque gaúcha ganhou importância econômica em nível nacional. A escravidão então veio suprir a necessidade de mão de obra até aquele momento escassa. Mas, procura também demonstrar que apesar do negro sofrer a dureza de uma relação de total subserviência, o mesmo lutou de diversas formas contra situação vivida sem demonstrar passividade.⁹⁵

FHC sustenta que a escravidão, embora útil em determinado momento para a economia capitalista meridional, passou a ser considerada incompatível na medida em que a modernização das estruturas do capitalismo no Rio Grande do Sul se desenvolviam e que foram responsáveis pela substituição da mão-de-obra escrava por livre. Procurou também demonstrar a partir desse estudo o quanto a produção colonial brasileira local jamais foi feudal, mas estava relacionada desde o princípio com as estruturas de acumulação capitalistas em nível global. Conclui que a situação de transformação social, onde a escravidão foi substituída pelo trabalho livre, ocorreu com a modernização capitalista que passou a não depender mais do escravo e sim do trabalhador livre.⁹⁶

Sua segunda obra publicada pela primeira vez em 1964, no ano do golpe militar, é o “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico” e que traz o embasamento teórico metodológico para o seu posterior trabalho sobre a teoria da dependência. FHC pretende, assim como os outros intelectuais participantes do Seminário de Marx⁹⁷, não fazer uma teoria abstrata sobre o materialismo histórico, mas aproximá-la a uma leitura do contexto histórico brasileiro da época. Para ele, os idealizadores do nacional-

⁹⁵ Idem, p. 29-31.

⁹⁶ REIS, op.cit., p. 247.

⁹⁷ O Seminário de Marx foi uma reunião de jovens intelectuais paulistas sob a liderança intelectual de Florestan Fernandes com o intuito de ler as obras de Karl Marx no original para fugir de análises marxistas deterministas do econômico feitas por autores geralmente ligados ao caput doutrinário soviético. Idem.

desenvolvimentismo não conseguiram resolver as diversas questões colocadas na prática⁹⁸.

O Brasil era um país agrário-exportador e o curso do processo histórico que o converteria numa nação urbana e economicamente industrializada, encontrava barreiras nos setores oligárquicos e imperialistas, estes mancomunados com o capital estrangeiro, responsáveis pela manutenção do atraso. Os setores oligárquico e imperialista estavam, de acordo com o esquema nacional desenvolvimentista, contra a burguesia nacional que prontamente se identificava com os proletários devido o seu compromisso com a modernização e o desenvolvimento do país. Segundo os setores intelectuais mais a esquerda vindos do ISEB e PCB, promover a revolução burguesa essa é a missão de vanguarda histórica da burguesia nacional.⁹⁹

Mas, a teoria da dependência procura demonstrar que...

... essa industrialização não trazia as conseqüências esperadas pela visão desenvolvimentista e nacional-democrática. Ela não trazia autonomia de decisão, porque a industrialização passava a ser comandada pelo investimento externo, fundado na empresa multinacional, cujo centro de poder continuava nos pólos centrais da economia¹⁰⁰.

A industrialização muito menos garantia ao país mudanças econômicas e sociais substantivas, pois “a industrialização não trazia distribuição de renda, porque acontecia na época do capitalismo oligopólio e financeiro, que tende a concentrar em grandes grupos econômicos o poder e a riqueza.”¹⁰¹

De acordo com FHC, não é mais, como queriam os nacionalistas, uma luta entre os setores nacionalistas internos contra o inimigo externo e seus aliados entreguistas, na medida em que há uma relação de dependência acerca do desenvolvimento de uma nação capitalista periférica com as estruturas capitalistas dos países centrais. A dependência faz com que essa relação seja internalizada no próprio país. Como afirma o próprio FHC, “os

⁹⁸ CARDOSO, F.H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 127.

¹⁰¹ Idem.

interesses dominantes no interior das sociedades dependentes correspondem aos interesses do sistema total de relações de dependência e ao sistema de produção e mercado em seu conjunto.”¹⁰²

Portanto, as relações de domínio interno entre as classes sociais encontram um fator externo que corrobora com a manutenção dessa situação de dominação. Nesta medida, a atuação política dos intelectuais progressistas e de vanguarda conduziria as massas numa mera fantasia nacional autonomista e libertadora contida nas suas representações, mas que na verdade por ser utópica só teria como resultado a realização dos seus desejos elitistas e autoritários de direção e controle.

O que se deduz aqui é que a visão e o ativismo político dos intelectuais, por mais que se apresentassem como científicos e detentores da realidade objetiva, se aproximavam do idealismo apresentado até agora como um distanciamento entre a teoria e a prática. Logo, o idealismo é algo que não está distante historicamente das representações e autorrepresentações dos intelectuais brasileiros.

Se, a partir da teoria da dependência, os intelectuais almejavam encontrar um campo teórico para se colocar contra os idealizantes esquemas nacional-desenvolvimentistas, resta saber os desdobramentos que a teoria da dependência trouxe na sua relação com o Estado, seus prognósticos sobre o país e a direção que a sua prática deve tomar em relação a essas questões. No entanto, cabe ressaltar que o problema acima levantado, por razões metodológicas, não será exaustivamente discutido e aprofundado, se limitando a uma breve reflexão e o que há de idealização sobre o caloroso debate entre FHC e os intelectuais “deterministas” da teoria da dependência.

De acordo com Theotônio dos Santos, os grandes formuladores da teoria de dependência como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e o próprio Theotônio foram acusados por FHC, em menor ou maior grau, de deterministas e economicistas que através de conceitos como “superexploração”, “remessas de excedentes”, “marginalização”, apresentam

¹⁰² CARDOSO, F.H; WEFFORT, F. apud. PÉCAUT, op.cit., p. 238.

“tendências irreversíveis e componentes intrínsecos da situação de dependência”.¹⁰³

A tese de FHC de que a dependência econômica frente às economias centrais não traria uma estagnação econômica, mas pelo contrário dinamismo econômico a partir da vinda de tecnologias de ponta, empregos e diversificação econômica, no qual chamou de capitalismo associado; não se verifica na prática para Theotônio. O advento da tecnologia de ponta não significa a eliminação das condições de sobreexploração dos trabalhadores e nem garante a absorção de grande volume de mão de obra, pois o que se tem é o aumento da massa de desempregados e subempregados¹⁰⁴. Além disso, como sublinha Theotônio em discordância a FHC, “não há um limite econômico absoluto para o pleno desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo dependente. Os limites são políticos.”¹⁰⁵

O aspecto central do debate teórico sobre a dependência é a crença na “militância teórica” de FHC contrária a qualquer determinismo econômico em favor de uma análise que mantenha a autonomia do político e seja polivalente, aproximando-se da realidade. Nas páginas que dedica as discussões sobre a dependência, Pécaut defende a idéia acima e crê que FHC foi aquele que mais incorporou teoricamente a dependência em sua complexidade e, portanto, mais próxima da realidade, não caindo nos determinismos “hiperfuncionalistas marxistas” presentes nos outros trabalhos que reduzem basicamente o desenvolvimento econômico, a autonomia decisória do Estado e a atuação dos autores sociais a meros joguetes das leis de acumulação capitalista¹⁰⁶.

Observa-se que José Carlos Reis também compartilha dessa análise ao representar FHC como um pensador “marxista eclético” por ser supostamente capaz de construir análises e categorias complexas e interdisciplinares sempre atreladas à realidade e livres de determinismos e unilateralismos. Além disso, ele seria identificado como um pensador crítico e autocrítico que

¹⁰³ SANTOS, op.cit.

¹⁰⁴ Idem, p. 136.

¹⁰⁵ Idem, p. 137.

¹⁰⁶ PÉCAUT, op.cit.

freqüentemente retoma e rediscute os seus conceitos, como foi o caso da teoria da dependência¹⁰⁷.

O sociólogo norte-americano Ted Goertzel em sua biografia sobre FHC tem como ponto objetivo central analisar a difícil transposição entre os saberes acadêmicos sociológicos e o mundo real da política, no qual FHC, segundo ele, conseguiu como um artista desenhar a melhor síntese dessa transposição ao longo de seus dois mandatos presidenciais. Na sua visão, FHC foi capaz a partir da sua eleição para a presidência por meio de uma “liderança política responsável e moderada” realizar o sonho dos democratas brasileiros, ao afastar em definitivo o populismo e o autoritarismo da cena política brasileira de maneira a consolidar as instituições democráticas.¹⁰⁸ E mais ainda, FHC conseguiu como poucos se distanciar em relação as “utopias esquerdizantes” que estariam presentes em grande parte da intelectualidade brasileira e cujas raízes se fundamentariam no “romantismo” (idealismo) ibérico, mais identificado com a “contemplação e o amor” do que a atividade produtiva. Goertzel exemplifica esta afirmação ao citar o discurso de Otavio Ianni proferido numa conferência de Sociologia realizada em 1997, que ao mencionar o socialismo apresentou uma poesia “fantasiosa” de John Lennon sobre um mundo sem necessidade de propriedade e conflito. O discurso de Ianni, ao reafirmar a crença no socialismo, arrancou aplausos dos sociólogos presentes que preferiam se atrelar a “fantasia” discursiva do que a realidade mundial, onde tal “utopia” socialista havia fracassado¹⁰⁹. A crítica de Goertzel a Otavio Ianni se centrava na idéia de que naquela situação ele ao invés de analisar concretamente os problemas do mundo e propor medidas possíveis recorreu a uma utopia de um “mundo sem propriedade e conflitos” para defender o socialismo, em um contexto no qual o mesmo já demonstrava ser inviável e um fato relacionado ao passado. Desta maneira, continua Goertzel, FHC ao valorizar sobretudo a atividade produtiva se aproximaria de uma visão mais em contato com a realidade contemporânea, levando-o a “meta primordial de encontrar soluções práticas para problemas específicos com as quais possa

¹⁰⁷ REIS, J. C. *De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 236-237.

¹⁰⁸ GOERTZEL, op.cit., p. 221.

¹⁰⁹ Idem, p. 189-190.

lidar no curto e médio prazos”¹¹⁰ que supostamente o identificaria como um “sociólogo de campo” ou “aplicado” (alguém que estaria comprometido em analisar a conjuntura histórica para tomar as decisões corretas) e conseqüentemente contatenado com o pragmatismo norte-americano¹¹¹.

Da forma como foi construída essa representação, permite constatar que, para Goertzel, FHC é aquele intelectual que mais soube como político por na prática aquilo que a teoria tem de mais significativo. Ele conseguiu peneirar o conhecimento adquirido em sua carreira acadêmica de modo a afastar os idealismos, inaplicáveis na prática, mantendo aquelas categorias úteis e indispensáveis a transformação da prática política. Desta maneira pode-se dizer inicialmente que FHC é aquele capaz de realizar grandes feitos e produzir mudanças reais a partir do controle das adversidades políticas, aproximando-se do homem maquiaveliano possuidor de virtú.

Além disso, a teoria da dependência dá uma nova forma ao social, segundo Pécaut. Para ele, o social não pode ser mais construído com a ajuda dos intelectuais pelo Estado, pois este último torna-se uma instituição empresarial (Estado – empresário) a serviço da internacionalização do mercado. A teoria da dependência oferece uma teoria global de maneira diferente da visão das gerações anteriores de intelectuais por não prever a unidade do social em torno de um projeto nacional e corporativo comum.¹¹²

A constatação da necessidade de autonomia do político e do Estado, bem como dos autores sociais, é importante para livrá-los do economicismo atrelado as forças de acumulação de capital. Todavia, a concepção dada a FHC de militante teórico livre e denunciador dos determinismos economicistas presentes nos discursos e análises dos intelectuais deve ser problematizada.

Se o Cebrap era a instituição exemplo para Pécaut de fomento de uma ciência não determinista, aberta para a reflexão teórica e produtora de análises de várias matizes teóricas, FHC seria também o seu melhor tradutor ao manter em seus trabalhos a polivalência teórica através do diálogo entre as teorias

¹¹⁰ GOERTZEL, op. cit., p. 216.

¹¹¹ Idem, p. 215-216.

¹¹² PÉCAUT, op.cit.

marxistas e não marxistas, além da sua relação analítica direta com a conjuntura.¹¹³

Todavia, o Cebrap se mantinha elitista ao coibir a entrada de novos cientistas sociais que eram aconselhados a “primeiro fazer um nome e depois negociar” e a manter para poucos os cargos permanentes da alta cúpula decisória. Um dos ocupantes desses cargos era o intelectual FHC que chegou a ser um dos presidentes da instituição e que para Goertzel, citando Bernardo Sorj, representação compartilhada com Pécaut, é de longe a figura mais importante devido a...¹¹⁴

“qualidade e diversidade de sua obra, aliadas ao carisma pessoal e à ampla e variada gama de relacionamentos no Brasil e no exterior, fizeram dele o pivô da instituição [Cebrap]. Sem dúvida a pessoa de maior renome nacional e internacional; mantinha clara liderança entre os mais jovens e relações mais complexas com os membros de sua geração”.¹¹⁵

Se para Pécaut, a intelectualidade paulista mantém-se afastada da política é devido à pressão de questões circunstanciais; circunstâncias essas que iam desde a mobilização das massas populares movida pela demagogia dos líderes populistas como Jânio Quadros e principalmente Ademar de Barros até o engajamento conservador dos empresários locais temerosos em relação ao crescente ativismo sindical, levando a intelectualidade a evitar o engajamento estatal e político e a construir uma postura analítica “profissional”, “neutra” e “científica” dos fatos ocorridos na época¹¹⁶.

No entanto, a crença na possibilidade dos paulistas de manterem completamente afastados da política a fim de evitar o assumir partidarismos em favor de um grupo ou classe social, a partir da defesa de uma “neutra” cientificidade, é carregada de ambigüidade. Como se vê, por exemplo, no contexto da fundação da USP.

¹¹³ PÉCAUT, op.cit., p. 298.

¹¹⁴ GOERTZEL, op.cit., p. 67.

¹¹⁵ SORJ, Bernardo apud GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 68.

¹¹⁶ PÉCAUT, op.cit.

A criação da USP, dois anos depois da derrocada paulista na Revolução Constitucionalista de 1932, tem significados notadamente políticos. O candidato paulista a sucessão de Vargas, o empresário Armando Sales, admite na época que a derrota de 32 tem como principal causa a falta de homens capazes de unir o conhecimento científico ao manejo político, não constatando nenhuma correlação com a ascensão de novos grupos desejosos de participação política.¹¹⁷

[a formação de] quadros técnicos, especializados em ciências sociais [...] de uma elite 'numerosa e organizada', instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado [a contratação de professores estrangeiros caminha nesse sentido], capaz de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social.¹¹⁸

A criação da USP possui um caráter elitista por ser uma resposta da elite oligárquica paulista para a nova conjuntura política pós revolução de 30 que, segundo os oligarcas, necessita de novos homens especializados para a compreensão e ação no campo político, onde a substituição dos antigos bacharéis de Direito pelos sociólogos se conjuga na continuidade da aproximação entre a intelectualidade e o poder.

São maneiras de proclamar que entre o ofício de intelectual e o de governante existe uma profunda semelhança. E também maneiras, pelo menos por parte dos intelectuais, de declarar diretamente sua candidatura a postos de direção política.¹¹⁹

Pode-se observar que a instituição mais proclamadora da necessidade de “neutralidade” e profissionalização do trabalho intelectual, através do repúdio ao engajamento político direto e a participação em esquemas “populistas” autoritários, devido aos seus pressupostos mantenedores da direção de uma elite letrada que usa da demagogia política para cooptar as massas iletradas ao seu bel prazer, é, dentre outras instituições superiores,

¹¹⁷ MICELI, op.cit.

¹¹⁸ COSTA PINTO, L.A.; CARNEIRO, Edison. apud. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 102

¹¹⁹ PÉCAUT, op.cit., p. 31.

concebida num mesmo “neologismo” formador de dirigentes letrados capazes de organizar e comandar as massas iletradas para o caminho do mundo ocidental e civilizado. Explicando a relação acima, a crença da intelectualidade uspiana na possibilidade de se exercer o “ofício intelectual” de maneira científica e apartidária seria contestada já no momento da fundação da própria USP que foi concebida pela elite paulista para formar os novos dirigentes políticos desse país capazes de responder a nova situação política criada que evidenciou a perda do poder político da oligarquia de São Paulo.

Como se quer demonstrar parece que a questão das ambigüidades nas representações sobre o papel da USP e de seus intelectuais na conjuntura política brasileira não é exclusivo de uma situação particular, mas é a extensão da prática intelectual neste país carregada de contradições e estereótipos que idealizam o seu papel na construção das representações políticas dominantes e amplamente retificadas socialmente, onde a intelectualidade tem uma função central sobre isso. A despeito do que foi colocado, até que ponto essas representações são uma constatação sobre a figura do intelectual FHC ou na verdade estão embrenhadas de idealização? Retomar-se-á essa problemática nas páginas posteriores.

A despeito da posição política de Barboza Filho que, ao estar diretamente ligado, em 1995, ao Diretório mineiro do PSDB e como tal expoente teórico da tese tucana de reforma do Estado para melhor adequá-lo às novas circunstâncias político-econômicas mundiais, ao problematizar o significado político da tal veemência tucana para a necessidade de reforma das instituições políticas e, sobretudo, da ojeriza em toda estrutura “estatizante” varguista permite lançar algumas indagações sobre o contexto daquele momento relacionado à eleição do intelectual FHC à presidência. O Estado varguista e suas estruturas centralizadoras, cooptadoras e corporativas são enquadrados e responsabilizados pelo atraso econômico e viciosidades políticas ainda presentes na realidade social brasileira¹²⁰.

Nesta perspectiva, os intelectuais defensores de qualquer conquista ou avanço social verificados no modelo anterior são taxados como símbolos do atraso e defensores da prisão imposta pela tutela centralizadora do Estado.

¹²⁰ BARBOZA FILHO, op.cit.

Todavia, Barboza Filho, procura entender o significado político daquilo que chama de “revolução tucana”. Para ele, é a retomada do poder por São Paulo perdido desde a revolução de 30. Esses quase sessenta e quatro anos de posição secundária e subserviente dos paulistas em relação ao poder, quebrado pela eleição do intelectual FHC a presidência em 1994, corresponde à emergência e consolidação do modelo estatizante varguista, mantido imune em seus pressupostos básicos frente às mudanças políticas e econômicas desde o período nacional-desenvolvimentista, passando pelo autoritário binômio segurança-desenvolvimento até a redemocratização consolidada legalmente na constituição de 1988.¹²¹

Como constata Goertzel, uma olhada rápida no círculo de pessoas próximas ao presidente FHC se percebe que a grande maioria vem de intelectuais ligados as universidades paulistas, principalmente da USP.¹²²

O próprio PSDB, nascido de uma ruptura partidária de alguns setores do PMDB, descontentes com o “mais do mesmo” desse partido reprodutor das vicissitudes do modelo anterior, é basicamente um partido regional, fortemente paulista, e composto por sua ampla maioria de intelectuais oriundos das universidades de São Paulo¹²³. Tem como objetivo básico nas palavras de Bresser Pereira, um dos seus intelectuais mais influentes e participantes ativos na elaboração do plano político tucano, propiciar uma modernização no Brasil de linha centro-esquerda a partir da valorização da ética, do anti-populismo e da democracia, combatendo qualquer forma de autoritarismo seja de esquerda ou de direita.¹²⁴

Os limites do conceito populismo em sua interpretação hegemônica podem ajudar a explicar o entendimento dos intelectuais tucanos em relação ao modelo maquiaveliano varguista, compreendido como uma forma de autoritarismo e entrave para a consolidação democrática. Basta lembrar que de

¹²¹ BARBOZA FILHO, op.cit.

¹²² GOERTZEL, op.cit.

¹²³ BARBOZA FILHO, op.cit.

¹²⁴ PEREIRA, Bresser apud MARTINS, Elaine de Almeida. *O agudo Acorde do Violino: Governabilidade e Estabilidade na Gestão Fernando Henrique Cardoso*. Niterói: UFF, 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 115.

acordo com essa significação o populismo se constrói como uma forma de controle do Estado da base social que perde assim a sua autonomia em nome da cooptação estatal e dos caprichos do líder populista. Logo, consolidar a democracia significa eliminar o controle estatal e seu dirigismo sobre a sociedade para que esta possa atuar de forma livre e autônoma.

O termo “revolução tucana” é adequado por representar o desejo da intelectualidade tucana e principalmente de FHC de que o seu governo não seja uma mera troca de guarda ou, como prefere Barbosa Filho, apenas uma “revolução copernicana do poder” em que “apenas os corpos mudam de lugar mas a estrutura permanece idêntica”¹²⁵. O desmonte das estruturas políticas varguistas representaria para os intelectuais tucanos uma emancipação da sociedade perante a tutela estatal e a valorização da sua capacidade auto-organizativa como a verificada no caso das greves do ABC paulista em fins da década de 70 do século passado.

...a questão operária [no caso das greves do ABC paulista], filtrada por um mundo distante daquele que abrigava o trabalhador da era Vargas. Emerge como expressão de um operariado moderno, sediado sobretudo em São Paulo, num contexto onde o privado e o mercado adquirem centralidade crescente. Define-se como representação direta de uma classe interessada na sua organização autônoma e na perseguição de interesses claros do ponto de vista corporativo.¹²⁶

Sobre o caso das greves do ABC, a era Vargas, vista por Barbosa Filho, em concomitância com as diretrizes tucanas, de maneira sombria para os trabalhadores e demais setores da sociedade por envolvê-los em “poderosas articulações” de caráter maquiaveliano cujo predomínio do político sobre o social é evidente, passa a ser questionada pelos agentes sociais modernos, capazes de defenderem os seus interesses livres da tutela estatal e de suas regulamentações corporativas a exemplo da cidadania regulada¹²⁷. Um olhar

¹²⁵ BARBOZA FILHO, op.cit., p. 94.

¹²⁶ Idem, 113.

¹²⁷ O conceito de cidadania regulada é usado por Wanderley Guilherme dos Santos para explicar o contexto político, econômico e social após revolução de 30, definido como estatizante e populista. O Estado, nesta concepção maquiaveliana, é o responsável por definir as regras e regulamentações de

atento a essa realidade, segundo a concepção acima, leva a compreender que no atual contexto o social predomina sobre o político e a reformulação das instituições é a única maneira de adequar o velho Estado maquiaveliano centralizador a demanda societária por liberdade de organização autônoma.

Em contrapartida, o retorno dos intelectuais paulistas ao poder, segundo Barboza Filho, representa a vitória da visão do modelo paulista societário. O dinamismo econômico paulista pode ser explicado em parte pelo predomínio do privado, de maneira que a burguesia paulista, embora com um pé no atraso e outro no moderno, pode liderar esse desenvolvimento de forma organizativa independente em relação à lógica politicista e maquiaveliana varguista que põe a política (o Estado) no papel de organizador e dominador de toda a realidade social e econômica¹²⁸.

A subida de FHC ao poder significou a expansão para toda a nação da visão paulista e de seu modelo societário de desenvolvimento, pois o desenvolvimento paulista gerou também “um conjunto de intelectuais vocacionados para interpretar de modo específico as virtudes e limites da sociedade em que nasceram¹²⁹”. Esta tese de Barbosa Filho é interessante, pois justifica a veemência anti-getulista de seu governo e o seu pretensioso desejo de ser um marco político a semelhança de Vargas, pois se este foi responsável pela edificação do Estado como centro coordenador do desenvolvimento; FHC quer ser o destruidor dessa estrutura e o agente político construtor de uma nova concepção de Estado e sociedade, no qual a capacidade de auto-organização dos atores sociais seja livre de regulamentações e dirigismos estatais em qualquer esfera da sociedade. Para Barbosa Filho é sem dúvida o caminho que os paulistas percorrerão como meio

todo o social numa direção de cima para baixo, ou seja, do político sobre o social. “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei”. SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1987, p. 68.

¹²⁸ BARBOZA FILHO, op.cit.

¹²⁹ Idem, p. 121.

de se consolidar a democracia a partir do livramento do social de todos os vícios do peleguismo corporativo do varguismo populista¹³⁰.

A tônica de Barbosa Filho continua na reedição da linha representativa até aqui a respeito do intelectual FHC. Se as suas “virtudes” analíticas são destacadas e sublinhadas, a conquista da presidência por FHC seria o coroamento de uma nova concepção política de retomada ao desenvolvimento econômico e social em substituição de um longo período sócio-político decadente autoritário e estatizante.

Duas linhas representadas por FHC e repetidas por alguns intelectuais merecem ser, como foi proposto, problematizadas. Procuraram vender para o público a imagem metodológica eclética e a aguçada capacidade analítica pragmática de FHC de visualizar caminhos políticos possíveis de desenvolvimento para o país a partir de uma leitura do contexto histórico daquele momento. Essas representações FHC se vangloriou de possuir ao longo de todo o seu mandato presidencial.

Um dos maiores críticos de FHC durante o seu mandato presidencial é o intelectual José Luis Fiori. Ele publicou o livro “Os moedeiros falsos” no qual seleciona alguns artigos publicados que analisam as realizações e principalmente o conteúdo dos discursos de FHC. Pode-se observar nesta obra que há uma imagem da candidatura presidencial de FHC, ocorrida em 1994, não correspondente com a realidade.

“...[a candidatura de FHC] se distingue das demais pela sua original visão das ‘mudanças mundiais’, [o grave disso] é a sua idealização ou o desconhecimento das conseqüências econômicas e sociais da globalização já assumidas hoje como um desafio ainda sem resposta por parte dos países industrializados.”¹³¹

O próprio FHC, em artigo publicado no ano eleitoral de 1994, ratifica a visão de originalidade acima e ainda desqualifica com ar de prepotência os demais candidatos, afirmando que a sua candidatura é “marcada pela lucidez” através de uma política pragmática adequada aos tempos atuais enquanto as dos demais candidatos pregam soluções ultrapassadas vindas da década de

¹³⁰ BARBOZA FILHO, op. cit..

¹³¹ FIORI, José Luís. Os Moedeiros Falsos. Vozes: Petrópolis, 1997, p. 27.

60 ou então carregadas de corporativismo e confusão. E ainda, em tom sarcástico e depreciativo, são candidaturas banhadas de “abstrações ‘jurássicas’ sem compromisso efetivo com os movimentos populares e coladas a noções do colonialismo ‘a la século 19’.”¹³²

Esta visão política de FHC é idealista por desconhecer, segundo Fiori, as reais condições sócio-político-econômicas da própria globalização. Para FHC, as atuais condições da globalização – que sinteticamente é um conceito surgido na década de 90 do século passado derivado da própria dinâmica capitalista, sendo caracterizado pelo aumento sem precedentes do comércio mundial de bens, valores e serviços e da integração econômica – são postas por “um fenômeno material tecnológico/produtivo, que induziria a repostas nacionais tão necessárias quanto lineares e universais¹³³”, como afirma Fiori. As forças políticas têm, portanto, uma diminuição do seu campo de ação, dado por condições não políticas derivadas da própria transformação capitalista num mundo globalizado, reduzindo as alternativas para um único espectro de implementação de condições favoráveis em cada país a esse fenômeno técnico/produtivo. No entanto, a própria elite liberal norte-americana, e seus intelectuais reconhecem a eminente universalização das políticas econômicas dirigidas aos países capitalistas periféricos que seguem o receituário construído nos escritórios do BIRD e FMI – estes se convertem no centro decisório das diretrizes da globalização¹³⁴. Desta maneira, a política não é reduzida a serviço de mecanismos não-políticos e produtivos, mas pelo contrário é hipervalorizada e centralizada em poucos centros, localizados em países capitalistas centrais, que ditam o rumo que os demais países periféricos capitalistas devem tomar.

Outra representação defendida por FHC durante o seu governo e corroborada por muitos intelectuais é a originalidade da sua visão política capaz de fazer o país retomar as rédeas do desenvolvimento econômico, da justiça social e da democratização efetiva de suas instituições políticas, conduzindo o país a libertação frente ao atraso econômico e de um modelo

¹³² CARDOSO, Fernando Henrique. “Reforma e Imaginação”. Folha de São Paulo, São Paulo: 10 jul. 1994.

¹³³ FIORI, op.cit., p. 24.

¹³⁴ Idem, p. 24-25

societário político extremamente estatizante construído por Vargas, de caráter, segundo Barbosa Filho, maquiaveliano.

Para FHC, como diz no artigo “Reforma Imaginação”, a sua visão política possui uma grande imaginação sociológica e senso racional para propor uma saída reconhecida pela sociedade da situação de estagnação econômica e de hiperinflação, que, segundo ele, foi a proposição de uma via social democrata capaz de reformar o obsoleto Estado Vargasista, a serviço do corporativismo de alguns grupos privilegiados, a fim de inserir a realidade nacional ao contexto mundial marcado pela globalização que traz como “conseqüência uma nova forma (até tecnológica) de produzir”, não respondendo automaticamente às propostas internacionais ou refugiando-se no protecionismo de um “estatismo envergonhado.” Desta maneira, encontrar-se-ia um modo de servir aos interesses nacionais e aos interesses da população, especialmente da maioria de pobres que vivem uma cidadania incompleta, de maneira nova e inovadora sem repetir as velhas saídas ultrapassadas estatizantes, corporativas e excludentes defendidas pelos seus críticos: os ideólogos principalmente de esquerda que seriam os detentores de estereótipos conspiratórios advindos de uma “imaginação curta”.¹³⁵

Todavia, Fiori demonstra, em resposta a esse mesmo artigo de FHC, o quanto falta de imaginação sociológica e de originalidade na visão política de FHC. Na verdade, os escritórios do FMI e do BIRD elaboraram um pacote de ajuste econômico que foi seguido religiosamente (e foi implementado por FHC) por diversos países capitalistas periféricos, como denota a homogeneização das políticas econômicas adotadas até então pelo México, Argentina, Equador e etc. conhecido como “Consenso de Washington”. O que se tem aqui como resultado dessas políticas, segundo Fiori, é a reedição como apresenta a revista norte-americana *Newsweek* de um novo colonialismo para a América Latina e que tem como centro o escritório do diretor do FMI, Michel Candessus.¹³⁶

Em suma, o intelectual FHC tão defensor do ecletismo analítico parece não demonstrar a autonomia do político por exibir uma visão que o atrela às

¹³⁵ CARDOSO, op. cit., 1994.

¹³⁶ FIORI, op.cit. 24-25.

determinações técnicas e produtivas de um contexto globalizante de cunho determinista econômico. Não se teria aqui uma reedição dos determinismos econômicos tão ardorosamente combatidos? E ainda, a sua dita capacidade de leitura da realidade e proposição de pontes com a teoria para almejar ações políticas práticas e viáveis em prol do desenvolvimento econômico se reduz a mera cópia de um modelo político-econômico adotado religiosamente em diversos países periféricos, apresentando para Fiori¹³⁷ resultados econômicos pífios e sociais desastrosos como demonstra Theotonio. Só resta, portanto, repetir de maneira ousada com intuito de qualificar essas “virtudes” de FHC as suas próprias palavras: “haja falta de imaginação!”

Qualquer análise sobre as relações entre a intelectualidade e a política deve fundamentar-se no mapeamento do contexto histórico no qual se conecta. Para isso é importante ver o intelectual a partir da sua atuação política, pois o campo político não é apenas o palco da sua ação, mas também, no caso brasileiro, de sua definição numa relação dialética, sem desconsiderar os vínculos sociais estabelecidos entre a mesma intelectualidade e as classes sociais envolvidas como meio de possibilitar a sua atuação política e o redesenho dos seus atributos essenciais. O intelectual se define, também, através daquilo que apresenta para o seu público, numa dialética entre a sua trajetória de vida e as suas preposições assumidas publicamente e construtoras de relações sociais, onde se podem perceber analiticamente as preposições acríticas e estereotipadas de um *fast thinker* daquelas críticas e problematizadoras presentes no exercício intelectual. A idealização presente nas preposições e nas próprias representações e autorrepresentações construídas em consequência da prática política e inscrição de classe, podem levar o intelectual brasileiro a contribuir para a reprodução histórica da modernização conservadora neste país.

Após o golpe militar de 1964, muitos intelectuais de esquerda foram forçados a exilar-se. Alguns dias antes, FHC foi ao Rio visitar o pai e notou da

¹³⁷ Fiori nos artigos “Ajustes e Milagres Latino-Americanos” e “Zellig, uma estratégia Presidencial” publicados em “Os Moedeiros Falsos” constata os fracos resultados econômicos que denotam estagnação nos países que adotaram o receituário neoliberal do FMI-BIRD e a impopularidade de seus governos.

janela do apartamento paterno velas acessas em diversas casas como protesto da classe média contra a radicalização do governo João Goulart. Na volta para São Paulo, conversando com amigos dentro do vagão restaurante comentou que “se houvesse um golpe pela esquerda, como imaginavam, acabariam [FHC e seus amigos] no exílio”.¹³⁸

Além de “acertar o desfecho, mas errar o rumo [dos acontecimentos]”¹³⁹ como escreveu o jornalista Paulo Markun, é curioso como um homem por vezes identificado automaticamente como intelectual de esquerda ou militante comunista pelos militares, motivo principal de sua saída do país, comentar o seu temor em relação ao golpe de esquerda. Faz-se necessário, portanto, questionar e problematizar essas representações que enquadram “automaticamente” FHC com a esquerda.

Para FHC, sem sombra de dúvida a perseguição dos militares após o golpe ocorreu mais pela sua participação no seminário de Marx do que o seu contato com o PCB (Partido Comunista do Brasil), terminado ainda na década de 50.¹⁴⁰ Sobre essa suspeita dos militares, em 1998, FHC já alguns anos como presidente recebeu a confirmação que o Centro de Informações da Aeronáutica durante a ditadura militar fazia uma investigação secreta que buscava junto ao Ministério da Justiça cancelar os seus direitos políticos, acusando-o de “fiel súdito de Cuba e Moscou”.¹⁴¹

O seu exílio no Chile durou quatro anos e foi nesta época que escreveu como apresentado anteriormente a sua obra mais importante “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação Sociológica” publicada em 1967, após a autorização de Raul Prebisch presidente criador da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) apesar de discordar de algumas idéias, onde aprofunda os conceitos elaborados no trabalho anterior numa ampla abordagem histórica sobre a dependência e sua situação nos países latino-americanos.¹⁴²

¹³⁸ MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 50.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ CARDOSO, apud MARKUN, op. cit., p 51.

¹⁴¹ MARKUN, op. cit., p. 93.

¹⁴² Idem, p. 66.

A dependência econômica era para FHC uma nova formulação teórica que podia explicar aquilo que as teorias anteriores não davam conta. Segundo os seus defensores, a etapa de industrialização provocada pela substituição de importações provocariam conseqüências como ampliação do mercado interno e o desenvolvimento auto-sustentável das nações latino-americanas, principalmente nas quais a industrialização se encontravam mais avançadas como México, Brasil e Argentina. No entanto, após um período de otimismo inicial um breve olhar sobre a situação econômico dos países latino – americanos na década de sessenta denunciaria o quadro de estagnação econômica. Frente a este quadro de estagnação buscou-se novas formas de superação como a requisição de financiamento externo que levou a “uma redefinição dos termos da cooperação econômica”.¹⁴³

Nesta obra, de maneira geral, ele procura desfazer a contradição entre dependência e desenvolvimento presente em algumas teorias e afirmar o caráter complementar das mesmas, que se reproduzem, se modificam e se ampliam.

Segundo José Carlos Reis, este trabalho elucida que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina não produz miséria, apenas falta absorver toda a mão de obra existente, problema que pode ser resolvido pelo desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Conclui que a novidade da teoria de FHC é a sua visão sobre a ocorrência do desenvolvimento, apesar da dependência tecnológica e financeira, nos países periféricos do capitalismo, como no caso dos latino-americanos, de maneira a provocar um “nacional estatismo dependente associado” ao invés do “nacional populismo antiimperialista”.¹⁴⁴

O Superior Tribunal Militar (STM), em 1967, concedeu um habeas corpus a FHC, que naquele momento lecionava em Paris no campus da Universidade de Nanterre que cancelava o mandato de prisão. Isso o animou a retornar ao Brasil no ano seguinte para disputar a cátedra de política da Faculdade de Filosofia da USP depois dum exílio de quatro anos. Dois anos

¹⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 9-15.

¹⁴⁴ REIS, op. cit., p. 251-252.

antes, em 1965, FHC foi autorizado a vir rapidamente ao país de maneira a participar do enterro de seu pai.¹⁴⁵

Para assumir essa cátedra FHC fez rapidamente uma tese depois publicada com o nome “Política e desenvolvimento em sociedades dependentes” no qual faz uma revisão teórica de alguns autores como Weber, Talcott Parsons, Karl Mannheim e outros e desenvolve o conceito de ideologia à partir da comparação com dois movimentos ideológicos: o peronismo na Argentina e o movimento liderado por Getúlio Vargas. Esta comparação permite FHC, segundo Goertzel, chegar à conclusão que...

...na Argentina as classes médias e trabalhadoras eram mais desenvolvidas e estavam vinculadas mais solidamente à economia de exportação, motivo pelo qual desenvolveram mais independência como força social. No Brasil, [ao contrário] os movimentos eram orquestrados mais pela elite porque as forças de mobilização de classe eram menos avançadas. Assim, as diferenças ideológicas refletiam diferenças na mobilização de classe que por sua vez, refletiam diferenças na história econômica dos dois países.¹⁴⁶

Porém, a sua carreira acadêmica é brutalmente interrompida com a publicação do ato institucional número cinco (o AI-5) que o aposenta compulsoriamente do cargo de professor catedrático da USP. A aposentadoria compulsória o faz retomar um antigo projeto pensado durante o exílio chileno de criar no Brasil um centro de pesquisas concretizado em maio de 1969, quando ele e mais 26 intelectuais fundam o Cebrap.¹⁴⁷

O núcleo central do Cebrap era composto por sete intelectuais oriundos da USP, sendo que cinco, FHC, Cândido Procópio, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, Elza Berquó e Octávio Ianni participaram do Seminário de Marx. O novo centro recebeu apoio de empresários como José Mindlin e Celso Lafer e de políticos como Paulo Egydio Martins e Severo Gomes, além de receber posteriormente a entrada de José Serra (após voltar do exílio), Chico de

¹⁴⁵ MARKUM, op. cit., p. 68-69.

¹⁴⁶ GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 56-57.

¹⁴⁷ MARKUN, op. cit., p. 89.

Oliveira, Bolivar Lamounier entre outros. A instituição de pesquisa recebia a visita freqüente de outros intelectuais que nunca fizeram parte do grupo permanente como Francisco Weffort, Boris Fausto e Pedro Malan que na época trabalhava para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).¹⁴⁸ Muitos destes intelectuais se tornaram posteriormente ministros do presidente FHC.

O novo centro necessitava de financiamento para as suas pesquisas. Ele foi conseguido juntamente com a Fundação FORD norte-americana, apesar da relutância da embaixada norte-americana principalmente, segundo Markun, pelas atividades subversivas de FHC. Durante os primeiros anos após a criação do Cebrap, FHC viajou pelo país e exterior, dando palestras, conferências e escrevendo artigos e ensaios, mais tarde compilados em várias obras¹⁴⁹. Em 1971, ele deu uma palestra na Universidade de Yale no qual afirmava como hipótese central, relativo ao contexto histórico autoritário vivido por vários países latino-americanos naquele momento,...

...as mudanças generalizadas nas posições relativas de poder de todos os principais atores políticos é que o processo de acumulação exigia que os instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares fossem desmantelados.¹⁵⁰

Essa tese foi brutalmente criticada pelo intelectual Carlos Roberto Aguiar que o classificou como um dos analistas “mais claramente deterministas”.¹⁵¹ Posteriormente FHC escreveu um ensaio publicado em 1972 com o título “O Modelo Político Brasileiro” para se retratar daquilo afirmado antes, onde diz:

Não penso que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da história. Antes, penso que o processo político joga um papel ativo na definição do curso dos acontecimentos. Ou seja: se é certo que a inflação, o acerbamento da luta de classes, a dificuldade socioeconômicas prevaletentes durante o governo Goulart

¹⁴⁸ MARKUN, op. cit., p. 90-91.

¹⁴⁹ Idem, p. 91.

¹⁵⁰ CARDOSO, apud GOERTZEL, op.cit., p. 81.

¹⁵¹ AGUIAR, Carlos Roberto, apud. GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 81.

radicalizaram as forças políticas e moveram as bases institucionais do regime, o movimento insurrecional foi uma das saídas possíveis e não a única, como se interpretaria a partir de uma visão economicista da história.¹⁵²

De acordo com Sorj, a atuação política do Cebrap pode ser dividida em duas fases. A primeira abrangeria os difíceis primeiros anos em que a instituição foi perseguida pelo governo e que teve o seu ápice com a prisão e interrogatório policial de quase todos os seus líderes. A segunda, após 1975, se caracterizaria como o apogeu do instituto que se lançaria como principal plataforma política crítica ao regime e que teria como marca a visita freqüente de diversos políticos do MDB. No entanto, Sorj, ao entrevistar os membros do instituto, afirma que quase todos concordavam em dizer que nos tempos difíceis e quase heróicos havia forte dedicação ao trabalho e a vida era centrada no instituto. Posteriormente, na medida em que o instituto ganhava reconhecimento social os seus membros passaram a usá-lo como plataforma para uma participação política e intelectual mais ativa.¹⁵³

Pode-se dizer, então, com base nesta representação de Sorj, que os intelectuais do Cebrap se caracterizavam como modelo de porta-vozes políticos da sociedade, principalmente na fase áurea do instituto, através dos seus trabalhos críticos e alternativos à propaganda oficial, denunciando os desmandos e injustiças cometidos pelo governo ditatorial.

O ponto mais interessante da mensagem do intelectual FHC, base teórica da sua ação política como presidente, é que o desenvolvimento das forças sociais só ocorreria com o pleno desenvolvimento econômico capitalista. Este fato ocorreu, de acordo com FHC, na história com a substituição do escravo pela mão de obra livre dada pela modernização do capitalismo brasileiro que precisava da transformação do trabalho e também se repetiu em 1964 quando as forças de acumulação capitalistas exigiram o desmantelamento dos instrumentos de pressão e controle da classe trabalhadora que eram obstáculos para o seu desenvolvimento. Deduz-se que FHC quer representar para os trabalhadores, como um embaixador da modernização social e econômica brasileira, que não há necessidade da

¹⁵² CARDOSO, apud GOERTZEL, op. cit., p. 82.

¹⁵³ SORJ, op. cit., p. 42- 43.

política (leia-se Estado) intervir de modo a garantir os seus interesses e a sua proteção contra os malefícios do sistema econômico capitalista, pois a economia não precisa de intervenção política se possuir as condições plenas para o seu desenvolvimento. Todavia, se for necessária a política intervir na economia, o sentido de sua ação deve ser de retirar qualquer entrave (como, por exemplo, a inflação, estruturas jurídicas-políticas de proteção e defesa da classe trabalhadora, a burocratização estatal etc.) para liberar a retomada do desenvolvimento das forças econômicas capitalistas. Portanto, o caminho para a diminuição da miséria e do desemprego se dará exclusivamente pelo desenvolvimento capitalista e da remoção pelo político (aí está para FHC o seu papel ativo contrário ao determinismo econômico) das barreiras que entram este processo, sendo que no contexto atual das economias periféricas latino-americanas este desenvolvimento precisa da dinamização do capital estrangeiro de forma a criar aquilo que FHC chamou de regime de dependência associado.

Segundo Goertzel, o trabalho analítico feito por FHC, durante a década de 70, pode ser organizado em três linhas. A primeira linha continuou a escrever sobre a dependência e a teoria da dependência, debatendo as mesmas com outros intelectuais e esclarecendo algumas premissas lógicas da teoria em si. A segunda o levou a se interessar pelos problemas urbanos, notadamente os relacionados à cidade de São Paulo, em que procurou observar que o milagre econômico trazido pelo regime militar trouxe maior miséria a uma parcela substantiva da população, trabalho este publicado com o nome de “São Paulo 1975: crescimento e pobreza” e que foi para Goertzel o estudo mais importante do CEBRAP. Por último, FHC realizou trabalhos – publicados em vários jornais, revistas e capítulos de livros – na linha sobre o alinhamento das forças políticas no Brasil de maneira a procurar um caminho possível para uma transição bem sucedida da ditadura militar para o regime democrático.¹⁵⁴

De acordo com Reis, FHC via no contexto da ditadura militar no qual chamava de regime autoritário um período de modernização econômica e possibilidades grandes para a democratização no país. O desenvolvimento do

¹⁵⁴ GOERTZEL, op. cit., p. 68-69.

capitalismo no Brasil possibilitaria, apesar das desigualdades e da miséria, o crescimento do operariado e o fortalecimento da classe média.¹⁵⁵ Logo, o desenvolvimento do capitalismo traz a reboque o social e com ele a possibilidade da democracia.

Ele apresentou a idéia acima no trabalho chamado “Dependência e Democracia” publicado em 1988 como um dos capítulos do livro “Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982”, em que traz dados estatísticos comprovando o crescimento econômico e os benefícios sociais trazidos para a população, como aumento da renda média, número maior de eletrodomésticos como geladeira e TV nas casas e crescimento dos indicadores relativos à alfabetização e escolaridade. Não havia para FHC, portanto, como muitos pensavam a combinação de crescimento econômico com estagnação social, mas, apesar da manutenção da desigualdade e exclusão social, uma melhora de fato nas condições sociais como um todo. Além disso, apresenta à esquerda uma alternativa viável de luta pela retomada da democracia. Se a antiga opção do nacional desenvolvimentismo que pregava o capitalismo autônomo e políticas de distribuição de renda era inviável, devido à opção dos militares pelo desenvolvimentismo associado e impossibilidade de revertê-lo, restava então buscar a democracia como um fim em si mesmo a partir da mobilização da população de forma não violenta, organizando o apoio de grupos favoráveis a mudança social e de “políticos democratas e progressistas dentro do sistema eleitoral, ainda que as eleições fossem manipuladas e restringidas pelo regime militar”.¹⁵⁶ As bases conceituais dessa problematização sobre regime autoritário, desenvolvimento capitalista e social já haviam sido apresentadas por FHC no estudo denominado de “Autoritarismo e Democratização”, uma compilação de diversos artigos e trabalhos publicados em 1974¹⁵⁷ e que será estudado no próximo capítulo.

No livro “A Democracia Necessária”, FHC confessa que contra o seu desejo os militares haviam assumido o controle da redemocratização. Dizia ainda que os setores democráticos em consequência da falta de organização

¹⁵⁵ REIS, op. cit., p. 238.

¹⁵⁶ CARDOSO, apud GOERTZEL, op. cit., p. 85-86.

¹⁵⁷ MARKUN, op. cit., p. 93.

não conseguiram se impor como força política propositiva de uma alternativa diferenciada, transformando-se em simples co-autores do processo. Em conseqüência, ele e outros democratas acabaram por jogar o jogo ditado pelos militares.¹⁵⁸

Essa constatação de FHC demonstra a sua opção em jogar o jogo e buscar brechas possíveis para a atuação política diferencial. Todavia, corre-se o risco de consolidar em si uma visão conformista, aceitando não apenas as regras do jogo político, mas os efeitos que tal política traz para a própria configuração social que, dada as circunstâncias brasileiras, converge num elitismo excludente, patrimonialista e concentrador de renda; fatos esses considerados severos obstáculos a uma eficiente democratização política e social brasileira.

Outro aspecto fundamental para a política, segundo FHC, são as alianças¹⁵⁹ que desde o início da sua carreira política se representava como alguém comprometido com a democracia e que diante destas condições só se podia fazer política com elas. Além do mais, afirmava que para um político democrata ver as suas idéias e valores se converterem em ação política transformadora precisa construir alianças com todos aqueles que dêem força e apoio político para a sua viabilidade.¹⁶⁰

Há um fato importante relativo à trajetória de FHC. Em 1977, se realizou mais um dos encontros promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que desde 1948 congregava professores, cientistas, profissionais liberais e estudantes. Existia um clima de bastante movimentação entre os intelectuais e, sobretudo, em relação aos estudantes que planejavam recriar a UNE. Recém chegado de Cambridge, FHC foi, segundo Markun, uma

¹⁵⁸ MARKUN, op. cit., p. 220.

¹⁵⁹ Para Fiori, a política de alianças de FHC foi bastante criticada principalmente nas questões da falta de manutenção dos valores éticos e a perda da sua lealdade as suas convicções políticas. O caso Ronivon ajuda a eludir por se referir ao escândalo da compra de votos de alguns deputados por altos escalões do governo em favor da aprovação da Emenda da Reeleição do mandato presidencial de FHC. Este fato não foi suficiente para impedir que FHC proferisse a famosa e escandalosa frase em favor da costura de alianças com representantes de setores conservadores e envolvidos em casos de corrupção: “quero fazer aliança com ACM, Íris Resende, Maluf, Amazonino, Ronivon, até o infinito se possível e necessário”. FIORI, op. cit., p. 103.

¹⁶⁰ TOLEDO, op. cit., p. 37-39.

das “estrelas do encontro” onde comentava estar mais “interessado na correlação de forças da sociedade do que em professar sua fé no socialismo”.¹⁶¹ Como afirmou FHC, naquela época chegou a acreditar que o processo de redemocratização que levaria a queda do regime autoritário se daria pela aliança dos políticos críticos ao autoritarismo com a insatisfação crescente da sociedade civil, resultando numa mobilização social e política a partir da constatação de que o regime também era responsável pela crescente exclusão de renda.¹⁶²

Uma semana depois do evento realizado pelo SBPC, FHC concedeu uma longa entrevista à revista “Isto é” no qual criticava duramente o sistema político brasileiro por estar descolado da realidade ao dar importância política apenas a “fofocas” e “picuinhas” entre os parlamentares, reiterando também ao usar diversas vezes o conceito “Príncipe”, inspirado em Maquiavel, para se referir ao Estado brasileiro e afirmar a sua distância como intelectual do partidarismo político.¹⁶³ “Essa é a ideia. Não falar aos ouvidos do Príncipe. Ai não. Seja qual for o Príncipe. Porque eu não acho que seja papel do intelectual ficar cochichando ao ouvido do Príncipe.”¹⁶⁴

A metáfora “Príncipe” para FHC se refere ao poder e ao Estado brasileiro que naquele contexto era a ditadura militar, chamada por ele de regime burocrático – autoritário. Diante do regime burocrático – autoritário, FHC se colocava como um intelectual de ação pública clara e coerente no denunciar os desmandos e injustiças cometidos pelo Estado, resultando numa militância teórica crítica ao poder constituído e a favor da democratização.

Algum tempo depois, o procurador Hélio Bicudo, católico praticante, foi apontado como virtual candidato ao Senado numa sublegenda do MDB, sendo aconselhado pelo arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns a não aceitar. Neste momento, Antônio Angarita, então professor da Fundação Getúlio

¹⁶¹ MARKUN, op. cit., p. 113-115

¹⁶² CARDOSO, *Arte da Política: A história que vivi*. Rio de Janeiro e São Paulo: Civilização Brasileira, 2006, p. 78.

¹⁶³ MARKUN, op. cit., p. 113-115.

¹⁶⁴ CARDOSO, apud MARKUN, op. cit., p. 115.

Vargas (FGV) virou-se para FHC e disse: “Por que não o príncipe da sociologia brasileira?”.¹⁶⁵

Paulo Markun não explica as razões de tal analogia, mas é fato que a partir daquele momento FHC foi associado por muitos à metáfora Príncipe e de maneira pejorativa por críticos e adversários políticos, como foi o caso de Jânio Quadros que, segundo Reis, o teria chamado de príncipe pela “biografia intelectual realmente impressionante e por ser um interlocutor sempre elegante”. Contudo, Reis lança um incógnita. Teria sido FHC de fato um príncipe, mas maquiavélico?¹⁶⁶

Supõe-se que a origem da metáfora “príncipe” atribuída a FHC remonte a Glauber Rocha. Para Francisco de Oliveira foi o cineasta cinemanovista que o chamou primeiramente de “o príncipe dos sociólogos”¹⁶⁷ baseado provavelmente no seu depoimento dado a revista Visão¹⁶⁸.

Em 1998, o então pré-candidato Lula as eleições presidenciais marcadas naquele ano reagiu aos comentários de um possível encontro seu com FHC. Para Lula, um encontro naquelas condições apenas reforçaria a imagem de FHC, na época presidente e candidato a reeleição, como democrata que conversa e ouve a todos. Ele não era contrário a conversar com FHC desde que se discutisse questões importantes como a Previdência Social, privatização, etc. No entanto, FHC preferiu elaborar um pacote de cinquenta medidas relacionadas ao ajuste fiscal, motivo pelo qual Lula o chamou de “o príncipe de Mônaco”.¹⁶⁹

O uso pejorativo da metáfora “príncipe” a FHC talvez seja em reação a sua imagem elitista carregada de arrogância e vaidade na ânsia de ocupar o poder no melhor estilo das elites reacionárias como apontou o seu ex-mestre

¹⁶⁵ MARKUN, op. cit., p. 118.

¹⁶⁶ REIS, op. cit., p.240.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: Oliveira, Francisco de; SISEK, Cibele Saliba, orgs. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 38.

¹⁶⁸ Neste depoimento dado a Zuenir Ventura e publicado na revista “Visão” em março de 1974, por ocasião dos dez anos do golpe militar, Glauber Rocha deu declarações polêmicas como aquela que dizia que o General Golbery era o “gênio da raça” e se dirigiu a FHC como o “príncipe dos sociólogos”.

¹⁶⁹ MARKUN, op. cit., p. 279.

Florestan Fernandes¹⁷⁰ ou ainda, como elucida a resenha crítica “O Sociólogo na Presidência” de Simoni Miucci sobre o livro “O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo”, como resposta a representação construída por ele de “herói civilizador” a moda dos intelectuais dos anos trinta no qual centraliza sobre si uma liderança legítima capaz de conduzir o país de uma obra complexa e inacabada aos pilares da moderna civilização ocidental.¹⁷¹

Mais adiante o trabalho retomará a analogia atribuída a FHC como “Príncipe” a fim de problematizá-la.

Em 1977, ocorreu um fato que reviu a posição de FHC em relação à política partidária. O presidente Ernesto Geisel tentou cooptar o apoio do MDB na aprovação de um conjunto de reformas que tornaria as eleições dos governadores que estavam marcadas para o próximo ano indiretas. Com a recusa do MDB, por defender a manutenção das eleições diretas para os estados, ele baixa o famoso Pacote de Abril que dentre as várias medidas manteve as eleições indiretas e criava os senadores biônicos. A situação política de retrocesso a abertura anunciada pelo mesmo Geisel alguns anos antes fez FHC rever a sua posição, aceitando concorrer à eleição pelo MDB ao cargo de senador em 1978, embora Franco Montoro fosse o principal nome do partido. O segundo lugar no resultado das eleições permitiu que FHC se tornasse suplente de Montoro, assumindo a sua cadeira após a renúncia do titular para tomar posse como governador do estado de São Paulo no ano de 1983.¹⁷²

Se de fato a representação de FHC como claramente esquerdista é questionável, uma vez que suas posições teóricas não sustentam as teses levantadas tradicionalmente com a base do pensamento de esquerda mais identificada com a criticidade ao capitalismo e de sua tendência concentradora de renda e produtora de desigualdade num país historicamente extremo

¹⁷⁰ Segundo Florestan Fernandes, FHC ao associar-se com o bloco político que apoiou a ditadura (leia-se PFL e outros partidos de direita) demonstraria o quanto estava dominado pelo seu maior desvio psicológico, a vaidade, e ansioso para ocupar o poder ao velho estilo das elites reacionárias. FLORESTAN, apud REIS, op. cit., p.240.

¹⁷¹ MIUCCI, Simoni. “O Sociólogo na Presidência”. Revista de Sociologia e Política, Curitiba: jun. 1999.

¹⁷² MARKUN, op. cit., p. 116-118.

concentrador de renda. Não há dúvida que o desenvolvimento capitalista produza efeitos modernizadores, mas acreditar que aja uma associação quase automática entre desenvolvimento do capital e progresso social não é um pensamento identificado pelo menos claramente com a esquerda. A não ser que FHC queira se autorrepresentar como um agente acima do “bem” identificado com a esquerda e do “mal” vinculado à direita, concentrando em si toda a força de um agente político a serviço da construção dos “novos tempos” em que “velhas” dicotomias sejam superadas pela associação capital e progresso social.

A própria análise de FHC sobre a ditadura militar era considerada muito branda pelos intelectuais de esquerda. Se para ele a ditadura era apenas um regime autoritário que permitiu a modernização e o crescimento econômico, as teorias de esquerda a viam de maneira mais dura como um regime fascista e totalitário.¹⁷³

Diante do quadro que se desenhava a respeito da possibilidade da reforma constitucional em favor das diretas para presidente, o então senador peemedebista FHC se empenhou na sua aprovação. Ele justificou a sua posição e ainda depositou todas as fichas para o sucesso da empreitada na mobilização da sociedade em favor das Diretas...

O Colégio Eleitoral nós não queremos, porque é viciado, não representa a sociedade e não dá garantia de legitimação a nenhum presidente. Agora, existe uma Constituição que diz que só se muda o Colégio Eleitoral com dois terços no Congresso. Nós não temos os dois terços no Congresso. Então, a realidade nos dá duas saídas: ou nós temos a força das armas – e nós não temos, nem achamos que seja a saída adequada – ou nós temos a força da mobilização da sociedade, mobilização das opiniões, mobilização dos grupos de interesses, mobilização da base.¹⁷⁴

Após a derrota, em 1984, desse movimento conhecido como Diretas-Já, FHC propôs na tribuna do Senado a “Mudança – Já” no qual conclamava a mobilização de parlamentares opositores para usarem o último instrumento

¹⁷³ REIS, op. cit., p. 238.

¹⁷⁴ CARDOSO, apud. MARKUN, op. cit., p. 201.

legal existente, o Colégio Eleitoral, para derrotar as forças do governo e a propor a mudança democrática.¹⁷⁵

A sua trajetória política o levou a indicação pelo PMDB, em 1985, como candidato a prefeitura de São Paulo, mas perde a eleição para Jânio Quadros no qual o episódio de sentar-se na cadeira do Prefeito antes do término das eleições para muitos elucidou o seu destempero vaidoso e teve um aspecto importante na derrota. Todavia, em 1986 ele consegue se reeleger pelo PMDB no auge do sucesso do Plano Cruzado a um novo mandato de senador.¹⁷⁶

Antes do fim dos trabalhos da Assembléia Constituinte que promulgariam a Constituição de 1988, FHC e mais alguns políticos entre eles José Serra, Mário Covas e Fernando Montoro decidiram sair do PMDB e fundar um novo partido o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e seu símbolo o tucano (ave tipicamente brasileira). Segundo Markun, FHC se opôs a escolha do nome devido a sua correspondência com uma realidade política européia dos anos cinquenta de confronto entre trabalho organizado e capital e que não correspondia às circunstâncias brasileiras marcadas pelo corporativismo dos sindicatos, falta de representação dos excluídos e não existência de um capital que funcione como tal.¹⁷⁷

Mas, a saída de FHC do PMDB pode ser explicada pelo fisiologismo que podia ser constatado de acordo com FHC nos dois governadores peemedebistas de São Paulo (Orestes Quéricia) e Minas Gerais (Newton Cardoso) da época que eram acusados de corrupção.¹⁷⁸ Assim, “a cultura clientelista tradicional e, com ela, a corrupção – da pequena a grande – modernizaram-se e robusteceram-se”¹⁷⁹ e invadiram o PMDB, fazendo-o reprodutor dessa fisiologia.

Após a posse do presidente Collor, eleito nas primeiras eleições diretas desde a ditadura, FHC, já como senador tucano, havia recusado a participar do seu governo por pressão de Covas, apesar da simpatia que nutria pelas medidas tomadas de combate a inflação e corrupção, de acordo com

¹⁷⁵ CARDOSO, 2006, op. cit., p. 94.

¹⁷⁶ GOERTZEL, op. cit., p. 109-102.

¹⁷⁷ CARDOSO, apud MARKUN, op. cit., p. 218-219.

¹⁷⁸ CARDOSO, 2006, op. cit., p. 132

¹⁷⁹ CARDOSO, apud. GOERTZEL, op. cit., p. 118.

Goertzel.¹⁸⁰ O interessante relacionado à vida política de FHC nesta época foi o relativo à sua cautela e até resistência na defesa do impeachment do presidente Collor em 1992. O impeachment era “como bomba atômica; é para dissuadir, não para usar”.¹⁸¹ FHC afirmava isso por estar, segundo Markun, “mais preocupado em manter o governo em condições de operar que em engrossar o coro dos que queriam Collor fora do palácio”. Só mudou de opinião e assinou em favor do impeachment após a entrevista de Pedro Collor na revista *Veja*.¹⁸²

Essas idéias somadas à sua experiência política anterior, FHC levará como experiência e agenda política para a presidência após o ano de 1994, negando qualquer incompatibilidade entre as ações do seu governo e as idéias escritas por ele.

No dia da solenidade de posse, FHC, a caminho de receber a faixa presidencial das mãos de Itamar Franco, estava muito emocionado e dizia que inúmeros pensamentos vinham a sua cabeça. O foco estava em como seria o seu governo e o seu significado para o país. Logo depois dessa breve narrativa, FHC menciona o forte simbolismo de andar no Rolls-Royce que “servira a Vargas, Juscelino, ...”¹⁸³ Provavelmente, esse carro a partir de Vargas, que foi o primeiro a usufruí-lo, serviu a muitos presidentes, mas FHC só menciona Vargas e Juscelino.

Ao citar esses dois presidentes definidos geralmente como grandes nomes da história política brasileira, FHC aponta para a resposta. Tanto Vargas como Juscelino foram responsáveis por mudanças nos “paradigmas” políticos, um implementou as bases do nacional – desenvolvimentismo e o outro, embora sem romper totalmente com o nacional desenvolvimentismo, com o seu lema “50 anos em 5” carregado de forte impacto simbólico para a política inseriu mudanças significativas ao abrir a economia do país aos investimentos estrangeiros principalmente nos setores de bens de consumo duráveis como a indústria automobilística.

¹⁸⁰ GOERTZEL, op. cit., p. 119.

¹⁸¹ CARDOSO, apud GOERTZEL, op. cit., p. 243.

¹⁸² MARKUN, op. cit., p. 243.

¹⁸³ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 219-220.

E ainda reforçando estes indícios, FHC diz que assinou “o termo de posse no Congresso com uma caneta Sheaffer’s dourada que Vargas dera ao segundo ministro da Guerra de seu governo constitucional (1951-1954)”¹⁸⁴. De novo Vargas é mencionado em meio às fortes emoções promovidas pelos acontecimentos que fazem FHC concluir que “esse sentido de História continuou me acompanhando pelo dia afora”.¹⁸⁵

O sentido que a História parece revelar na visão do novo presidente passa pelas imagens de Vargas e Juscelino. Como disse FHC “não quero estar no governo só para governar, mas para mudar o Brasil.”¹⁸⁶ Desde a posse presidencial FHC parece perseguir uma obsessão pessoal: governar com o mesmo sentido histórico e peso simbólico que Vargas e Juscelino tiveram para o Brasil em que o paradigma da mudança se sobrepõe o da continuidade.

Em uma de suas entrevistas, FHC relata que durante o início da campanha para a presidência foi convidado por Antonio Carlos Magalhães, o ACM, para participar de um discurso numa cidade do sertão nordestino. Enquanto se dirigia ao palanque montado na praça principal da cidade ele, já então ex-ministro da Fazenda (1993-1994) do presidente Itamar Franco, afirma ter sido reconhecido por populares que exclamavam “olha o homem do Real” e apesar das advertências de seus correligionários de campanha quanto a ilegalidade assinava as notas da nova moeda, alegando que não havia problema por constar a sua assinatura em algumas cédulas. Ele relata ter ouvido também a frase “vale mais do que o dólar”. Com tudo isso, FHC percebeu que era mais popular que ACM e constatou uma mudança na visão daqueles populares em relação à moeda, pois “o dinheiro agora valia e não era mais aquela porcaria sem valor” e o desejo do povo satisfeito pelas medidas do criador do Real.¹⁸⁷

Ao descrever o acontecimento acima, FHC quer apontar para uma suposta afinação entre a sua percepção e os anseios do povo, desejos que

¹⁸⁴ CARDOSO, op. cit., 2006, p.220.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem, p. 296.

¹⁸⁷ TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo: Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 79-80.

foram realizados pelo fortalecimento da moeda que culminou com a recuperação da auto-estima daqueles populares do remoto sertão nordestino.

Essa análise encontra eco na “teoria do curto – circuito” apresentada por FHC. Segundo ele, a complexidade societária atual permite uma descentralização dos pólos de decisão e traz como consequência um aumento da periculosidade em relação às mudanças que ocorrem de maneira brusca e imprevisível. Se existir um descompasso entre setores dos pólos de decisão e a demanda societária que clama por mudança, no qual FHC chama metaforicamente de “fio desencapado”, têm-se o risco da queda desses setores, que se tornaram conservadores, em dissonância com a sociedade e o resultado pode ser catastrófico. Por outro lado, esses curtos-circuitos societários podem, na visão de FHC, tornar-se fator de transformação social, desde que aja naquele momento alguém que tenha percepção de visualizar essas demandas e capacidade de propor alternativas políticas viáveis de mudança de modo a aproveitar a ocasião¹⁸⁸.

Voltando ao acontecimento no sertão baiano, FHC, ao propor o Plano Real, teria respondido ao cansaço da sociedade em relação à inflação que corroía incessantemente o valor do dinheiro e prejudicava principalmente os mais pobres, provocando sobre a saturação do povo um curto-circuito que os conduziu a aceitação imediata e a visualização dos efeitos que o novo trazia. Como ele mesmo disse: “Foi fantástico. Não eram coisas simples – havia a URV, uma moeda nova –, mas, numa semana todo mundo entendeu o que significava aquilo”.¹⁸⁹

Outras duas ocasiões ajudam a ilustrar melhor a “tese do curto-circuito”. Em fins de 1998, FHC, reeleito neste mesmo ano para um novo mandato presidencial, procurou se empenhar na aprovação das reformas estruturais (previdenciária, administrativa, tributária e política). Apesar da vitória esmagadora no Congresso da emenda que aprovava o aumento da idade mínima para a aposentadoria do funcionalismo público, ocorrida no mês de novembro, o presidente, segundo Goertzel, dizia que o país estava abeira de uma tragédia pelo fato de alguns dias depois, em dois de dezembro, o governo

¹⁸⁸ TOLEDO, op. cit., p. 50-51.

¹⁸⁹ Idem, p. 63.

ter sido derrotado em relação à medida que anunciava o aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores de 11% para 20% e a continuidade de seu pagamento para os aposentados, representando a impossibilidade do Estado em economizar 4,8 bilhões por ano dos cofres públicos¹⁹⁰. O país, em consequência, poderia sofrer graves impactos econômicos que ameaçavam o sucesso das medidas políticas tomadas por FHC. A sua advertência começou a se concretizar, como relata Goertzel, quando as bolsas de valores reagiram com queda no resultado do pregão à derrota política e principalmente em relação ao caso ocorrido em janeiro de 1999, quando o governador do estado de Minas Gerais o ex-presidente Itamar Franco começou a criticar as medidas de austeridade fiscal adotadas por FHC. O estado mineiro não teria dinheiro para pagar a sua dívida com o governo federal por ter o seu orçamento comprometido com o pagamento de salários dos funcionários públicos estaduais, continua Goertzel. Como saída, Itamar decretou uma moratória unilateral da dívida mineira em relação ao governo federal que resultou num efeito em cascata com a ameaça de outros governadores de fazer o mesmo. Diante de tal quadro, FHC se sentiu numa verdadeira queda de braço com Itamar que colocava em jogo a credibilidade do país frente aos investidores estrangeiros e a sua capacidade de responder adequadamente a situação. Naquele momento os especuladores julgavam que o presidente FHC dava sinais de fraqueza e durante o mês de janeiro retiraram do país dois bilhões de dólares. Sobre esta situação de eminente crise econômica o presidente afirmou que o único caminho para se combater a situação criada, o curto-circuito, era defender e promover as reformas que trariam austeridade aos gastos públicos o mais rápido possível, conseguindo convencer muitos parlamentares a votarem a favor da emenda rejeitada em dois de dezembro do ano anterior que somada à desvalorização da moeda responderam de forma eficaz ao curto-circuito e em pouco tempo houve a retomada da confiança dos investidores internacionais, consolidada com a volta dos dólares retirados do país.¹⁹¹

¹⁹⁰GOERTZEL, op. cit., p. 232.

¹⁹¹ Idem, p. 234-240.

Apresenta-se aqui uma situação política que envolve os atores políticos e os posicionam em relação ao “inesperado”¹⁹² curto-circuito. Segundo essa interpretação de FHC, Itamar e os parlamentares que votaram “não” no episódio da emenda de dois de dezembro se posicionaram contra as demandas sociais a favor da manutenção das reformas que levam ao desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, os “contras” representavam uma traição contra as demandas societárias transformadoras e se colocavam a favor de medidas conservadoras e atrasadas. As idéias defendidas pelo presidente se mostravam como única alternativa viável para a superação do curto-circuito, aproveitando o momento de fio desencapado criado (descompasso entre os “contras” e a realidade em constante mudança) para convencer a sociedade da veracidade das suas medidas; veracidade esta medida pelo sucesso de suas ações (recuperação da confiança dos investidores e da economia) e convencimento de setores antes contrários, onde a mudança de opinião de muitos parlamentares naquele momento seria o sinal da afinidade entre as ações de FHC e as demandas setoriais progressistas.

A segunda ocasião é a constatação de Fiori que FHC teria construído uma “paulicéia governista” que, segundo FHC, seria uma resposta dos velhos setores políticos regionalistas clientelistas, mancomunados com o passado, que estavam se sentindo preteridos do governo. Durante a composição do governo, FHC procurou, diante da participação eminente do PMDB, colocar nos ministérios e cargos de grande importância política e econômica pessoas de sua confiança e aptas a ajudá-lo na implementação das ações políticas almejadas¹⁹³. Contrariamente aquilo que gostaria FHC, a maior parte de seus ministros vinham de colegas da USP, CEBRAP e de outras universidades paulistas, porém o argumento usado por ele é que a escolha dessas pessoas aconteceu de maneira a impossibilitar a nomeação meramente política a fim de coibir a força política do regionalismo e todo o clientelismo associado a ele.

¹⁹² Questiona-se o fator inesperado desses curtos-circuitos por se pensar numa total imprevisibilidade das ações políticas modernas. Corre-se o risco de imaginar que as consequências não podem ser também fruto de certas ações políticas que determinam o rumo tomado por aquele país e como tal dotadas de previsibilidade, podendo, portanto, serem evitadas por outras ações políticas alternativas.

¹⁹³ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 266.

Para combater a situação acima, uma das tônicas de seu governo foi a nomeação de muitos técnicos em detrimento de políticos, recaindo sobre o mandato de FHC a alcunha de tecnoburocrata ou tecnocracia como esclarece Fiori.¹⁹⁴

No entanto, o caso da participação do PMDB é um dos sinais da prática política usada por FHC de maneira a convencer o público da sua capacidade de abrir brechas a participação política em seu governo para setores políticos representantes das forças políticas regionais e clientelistas sem comprometer o rumo das ações a serem implementadas como queria o presidente. A reivindicação peemedebista de criar um Ministério de Integração Regional e por Cícero Lucena, ex-governador da Paraíba, um representante das lideranças políticas regionalistas, soava para FHC como uma maneira dessas forças de impor a sua política regional em prejuízo dos interesses nacionais governamentais. Mas, FHC indagava que todo presidente tem um dilema a resolver: como saciar os apetites por cargos dos setores que compõem o governo sem comprometer o programa político promovido pelo gestor? Ele responde defendendo uma imagem pragmática de atendê-los sempre que possível, mas esse atendimento deve buscar uma fórmula política que submeta a sua participação; exemplificada com a criação da Secretaria de Políticas Regionais, dada a Cícero Lucena como queria o PMDB, subordinada ao Ministério do Planejamento, pasta ocupada por uma pessoa de inteira confiança de Fernando Henrique e afinada com as suas políticas de interesse nacional.¹⁹⁵

Para se propor o novo, a mudança, FHC quer demonstrar o quanto é necessário analisar a realidade e visualizar as alternativas possíveis. A grande sacada disso, autorrepresentação que o mesmo quer vender, é se aproveitar do apoio e sustentabilidade indispensáveis numa democracia dos setores políticos representantes do atraso de maneira a conseguir viabilidade nas ações políticas que se deseja implementar, sem comprometê-las em sua eficácia. Mesmo que o símbolo do atraso em questão seja o clientelismo, que historicamente se faz presente na política brasileira como um nódulo

¹⁹⁴ FIORI, *Os moedeiros falsos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁹⁵ CARDOSO, op. cit, 2006, p. 267.

persistente de autoritarismo, não se pode ignorar a sua força quando se trata de por em prática ações políticas transformadoras.

Conceitualmente constrói-se uma prática eficiente, segundo o caso da participação do PMDB no governo, de valorizar políticas que tem como substrato a efetivação da democracia, como tenta convencer o próprio FHC no livro *Arte da Política...*

...a valorização da democracia e a escolha de métodos de ação consentâneos com ela formam parte do 'espírito' ou dos 'princípios', para falar a maneira de Montesquieu, com que procurei guiar minha ação política todo o tempo¹⁹⁶.

Essa autorrepresentação de FHC de democrata identifica o patrimonialismo e a burocracia como aquilo que chama de pilares da tradicional organização nacional brasileira¹⁹⁷. Segundo Raymundo Faoro, a burocracia brasileira estabeleceu uma relação entre Estado e sociedade peculiar, de maneira que a burocracia mesmo mantendo vínculos de classe comporta-se na prática como uma camada a parte da sociedade, a semelhança de uma intelligentsia, e que “serve o Estado como despenseiro dos recursos para o jogo interno da troca de vantagens”.¹⁹⁸ Já o patrimonialismo, ao confundir família e ordem pública, interesse privado e Estado, distorce os meandros burocráticos e as instituições político-jurídicas definindo “a ação do povo e da sociedade civil em busca da democracia”.¹⁹⁹

Por esta razão, pode se deduzir que FHC quer vender a imagem de um político que se absteve de práticas que favoreciam à burocracia estatal, que há décadas usufruíam de privilégios concedidos pelo Estado, para se lançar em medidas criadoras de uma nova relação entre Estado e sociedade, no qual as instituições da sociedade civil (imprensa livre, igreja, sindicatos) e as novas estruturas societárias (como as ONGs) surgidas com a globalização teriam mais voz e importância na consolidação de espaços democráticos; idéias

¹⁹⁶ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 55.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ FAORO, apud CARDOSO, op. cit., 2006, p.55.

¹⁹⁹ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 56.

defendidas desde os tempos de sua militância intelectual contra o regime autoritário.²⁰⁰

As duas realidades referidas são para FHC os grandes embustes nos quais os atores políticos, como ele, comprometidos com a democracia devem enfrentar para assegurá-la no país de modo a garantir o uso dos recursos e da máquina pública de maneira democrática em benefício de toda a sociedade e não a serviço clientelístico ou dos interesses particulares de uma minoria burocrática intelectualizada satélite do Estado exercedora do papel de liderança dos setores sociais para mantê-los submetidos ao controle corporativo estatal, de acordo com a linha teórica apresentada por Micelli e discutida no capítulo anterior.

Tem-se a reprodução daquela visão societária representada pelos intelectuais paulistas que encontra com a eleição de Fernando Henrique todos os espaços para se propagar como uma teoria nacional de desenvolvimento econômico e libertação político-societária em relação aos males do passado, identificados com estatizante e maquiaveliano modelo varguista autoritário.

Todas estas representações e autorrepresentações relacionadas a FHC, levaram muitos como o jornalista Luis Nassif a se deslumbrarem com suas “qualidades” a ponto de repetirem sem criticidade, estereótipos, como um *fast thinker*, que o mesmo era uma espécie de propagador da democracia pela atuação de modo “professoresco” para dar a todos brasileiros e principalmente aos políticos uma aula de como se faz política. Por detrás da imagem “professorasca”, de acordo com esta representação, haveria uma política sofisticada, ou melhor, pura arte que combinava, através de uma costura de alianças que “consistia em montar uma aliança com as forças fisiológicas e se valer do imediatismo da fisiologia para distribuir favores em um nível que não comprometesse a gestão”, reformas econômicas e políticas de consolidação das instituições democráticas, após um período de turbulências que teve o seu

²⁰⁰ Para FHC, a modernização econômica trazida pela globalização trouxe em consequência a aceleração do processo de constituição de novos grupos sociais surgidos desde as graves em fins da década de 70 e que possuem como traço fundamental a sua autonomia em relação à dependência do Estado e as políticas clientelistas. Esses novos setores vindos tanto da classe média quanto das classes populares como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), nova ABI (Associação Brasileira de Imprensa), SBPC, ONGs diversas, novos movimentos sociais (como o MST em seu nascedouro ligado aos movimentos de base da Igreja Católica) e organizações sindicais livres da tutela estatal (Contag, CUT, Força Sindical, CGT, etc). CARDOSO, 2006, p. 508.

ápice no impeachment de Fernando Collor; acontecimento que ameaçou a estabilidade política da jovem restabelecida democracia política brasileira. Como uma das marcas do legado de FHC, como estereótipo de “propagador da democracia”, foi retirar da cena política num piscar de olhos ACM, um dos grandes símbolos de poder dos velhos coronéis da política clientelista brasileira, fechando com chave de ouro os seus oitos anos como presidente.²⁰¹

Outras representações estereotipadas tentam definir em poucas palavras o que significa para o Brasil a atuação política do presidente–intelectual FHC. Este pode, de acordo com a visão do historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, sem problemas ser comparado ao visconde do Rio Branco, um dos primeiros políticos a liderar iniciativas de desenvolvimento econômico. Evaldo cita as palavras ditas por Joaquim Nabuco no clássico “Um Estadista do Império” ao visconde do Rio Branco para definir FHC sem rodeios: “não se pode dizer que fosse o maior de nossos estadistas, nem que em cada uma de suas faculdades seria superior (...). No conjunto, porém, ele é o primeiro, o equilibrado, o feliz, o completo”. Ele encerra dizendo que “o príncipe (...) é a melhor média”, “FHC será sempre melhor em comparação a alguém.”²⁰²

Essas representações típicas de intelectuais *fast thinker*, destituída de criticidade e profundidade analítica, tem como resultante a retificação de determinados “conceitos” repetidos vulgarmente pela teoria hegemônica e possui como efeito a conservação da configuração social injusta e beneficiária dos poderosos. É totalmente contrária a representações mais críticas que procuram analisar criteriosamente em detalhes aquilo que está por detrás dos estereótipos oficialmente vinculados, sem aceitá-los imediatamente através de simples generalizações.

Não se acredita aqui que autorrepresentação de FHC seja a de um intelectual *fast thinker*. Todavia, averigua-se a existência na atuação do intelectual FHC e seus efeitos políticos de um possível disparate com relação à realidade, podendo ser demonstrado pelas análises das representações. Em outras palavras, a visão teórico – política construída por FHC e seus efeitos

²⁰¹NASSIF, Luís. *Uma obra de arte política*. Folha de São Paulo, São Paulo: 9 mar.2002.

²⁰² A *FASE mais difícil começa aqui*. Revista Veja, São Paulo: 5 fev. 1997.

sobre a sociedade brasileira não correspondem com aquilo que se verifica na realidade político-social desse país. No mais, acredita-se que esse disparate foi facilmente explorado e reproduzido pelos intelectuais *fast thinkers* em suas representações generalizantes, superficiais e destituídas de criticidade.

As conseqüências desses estereótipos são o favorecimento à crença do público sobre a veracidade das representações que ressaltam as qualidades políticas de FHC como reformador e modernizador, gerando ações políticas e sociais de consenso em prol do status quo que no Brasil mantém a modernização conservadora.

Como quer apresentar nos casos do comício realizado no sertão nordestino, na questão política relacionada à participação peemedebista no governo e sobre o episódio da crise político-econômica ocorrida na virada de 1998 e 1999, FHC seria o exemplo de agente político perspicaz que enxerga a demanda social pela mudança e propõe ações práticas de encontro das mesmas, favorecendo a transformação societária.

Dois anos após o término do seu mandato presidencial, FHC escreveu o livro “Arte na Política a história em que vivi”. O uso do termo “Arte na Política” remete a noção que atribui a política vista como arte. Portanto, a ação política de Fernando Henrique seria comparativamente artística. Os fundamentos dessa proposição estariam na crença que FHC tinha na sua política como canalizadora e potencializadora do ímpeto modernizador existente na sociedade, livrando-a das injustiças e dos vícios políticos autoritários que a parasitavam como se verá mais adiante. A leitura da política vista como arte encontra-se com algumas interpretações feitas sobre a definição do príncipe e a sua atuação como define Maquiavel.

Um dos intérpretes da política como arte em Maquiavel é Guilhon Albuquerque. Segundo Guilhon, Maquiavel inauguraria a ciência política moderna por pensá-la em termos associativos com a formação do Estado moderno. Para ele, ao pensar na política como resposta a questão dos atores históricos que buscam espaço social, o autor fiorentino procuraria “justificar, teoricamente, a participação política de uma nova força social, a burguesia nascente”²⁰³. Se a problemática política maquiaveliana defende a inserção

²⁰³ ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Metáforas do Poder*. Achiamé: Rio de Janeiro, 1980, p.57-58.

social da burguesia pela legitimação do seu poder, onde a monarquia absoluta naquele momento representa a sua concretização pela igualdade sócio-política e acumulação econômica, encontrar-se-á com o poder existente da nobreza fundiária, que lhe é antagônico, efetivado pelas liberdades e prerrogativas políticas usufruídas pelos nobres no qual o poder centralizado absolutista colocaria tudo a perder. Assim, como apresenta Guilhon, a obra política de Maquiavel é “uma reflexão (...) em torno da correlação de forças entre esses dois autores, e do papel que o Príncipe-Estado vai representar no equilíbrio entre elas.”²⁰⁴ A defesa da sociedade contra a desordem e a anarquia provocada por ela mesma será dada pela política que buscará uma fórmula que traga ordem política e assegure o equilíbrio social.²⁰⁵

No entanto, a própria ordem política para Maquiavel que se origina na sociedade (daí a sua secularização) faz que os diversos partidos que podem dividir o Estado se reduzirem a dois elementos nascidos da “aversão do povo pelo governo opressivo dos nobres e, outro, do desejo destes últimos de “governar o povo e oprimi-lo.”²⁰⁶

A política pode ser vista como arte em Maquiavel pela sua capacidade de diminuir e controlar as tendências contraditórias e inconciliáveis que existem entre os grandes e o povo.²⁰⁷ Mas, Guilhon observa que para a arte da política ter eficácia é necessário que represente para a sociedade transcendência e independência sobre a mesma. A política só será legitimada pelos grupos sociais se, embora originada nas lutas entre esses grupos e conte com base de sustentação em um deles, proteger os bens dos poderosos contra o povo e o mesmo do poder opressor dos grandes, além de possuir um poder que, ao não se originar entre os poderes dos particulares e de seus bens, provém da lei, papel exercido somente pelo príncipe maquiaveliano.²⁰⁸

Eis o Príncipe, uma instância exterior à sociedade, porque estranha aos interesses que lhe dão forma e corpo, que retira dela presença do poder,

²⁰⁴ ALBUQUERQUE, , op. cit., p. 59.

²⁰⁵ Idem, p. 60.

²⁰⁶ Idem, p. 61.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem, p. 62-63.

atraindo para si toda a força legitimada. Instância acima da sociedade também, porque ninguém pode manter poderes privados, sob pena de enfraquecer o príncipe e constituir ameaça permanente.²⁰⁹

No capítulo quatorze do “O Príncipe”, Maquiavel lembra que a política só se realiza no príncipe possuidor da virtú, que pode ser traduzida como sabedoria capaz de domar e submeter os caprichos da imprevisível fortuna, isto é, valer-se das circunstâncias que naquele momento a realidade existente oferece²¹⁰, tornando-se, em conseqüência, a política como arte por sua capacidade, nas linhas do pensamento de Gramsci, de assegurar o ato de governar e a manutenção do consenso permanente.²¹¹ Portanto, a política como arte em Maquiavel se realiza no príncipe possuidor de virtú, usando-a para submeter a fortuna.

Por outro lado, há outra leitura sobre a questão da política como arte em Maquiavel. Uma leitura que retoma a subjetividade do indivíduo como importante para se entender a questão da política como arte em Maquiavel. O exercício do poder para Maquiavel e Shakespeare, de acordo com o artigo de Miguel Chaia, cujo título é “A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel”, dá significado “distinto à vida dos indivíduos, a história de uma cidade ou ao destino de um povo”. De maneira que a partir da análise política podem-se observar os homens e suas práticas.²¹²

...assim como aqueles que desenham a paisagem se colocam nas baixadas para considerar a natureza dos montes e das altitudes e, para observar aquelas, se situam em posição elevada sobre os montes, também para bem conhecer o caráter do povo, é preciso ser príncipe e, para bem entender o do príncipe, é preciso ser do povo.²¹³

²⁰⁹ ALBUQUERQUE, op. cit.

²¹⁰ MAQUIAVEL, op. cit., p. 145-149.

²¹¹ GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 98.

²¹² CHAIA, Miguel. *A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel*. *Estud. av.* [online]. 1995, v. 9, n. 23: 165-182. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141995000100011.

²¹³ MAQUIAVEL, apud CHAIA, op. cit.

A política como arte se aproxima do artista que do alto do monte observa a natureza e, usando a sua técnica, traduz em um quadro o que viu, porém se for um péssimo artista, sem habilidade, não conseguirá traduzir aquilo que observou numa obra artística. Assim, é o príncipe, o artista político, que observa do alto, se colocando acima da sociedade, para traduzir em ações políticas aquilo que viu, onde o papel subjetivo de sua habilidade e técnica tem suma importância para a eficácia da obra política. Para Miguel Chaia, tanto Maquiavel quanto Shakespeare aproximam, de acordo com o espírito renascentista de sua época, o indivíduo do poder e vice-versa, correspondendo “à capacidade destes autores em exteriorizar ao máximo as potencialidade possíveis do indivíduo no mundo.”²¹⁴

Assim, a política contém, como demonstrado por esses dois autores, “desafios e tensões constantes para todos os homens em qualquer época”, diferenciando das concepções medievais que atribuíam sobre a política estabilidade e coerência, de maneira a observar o fenômeno político, como proposto por Maquiavel, com um olhar exigente que “veja a ciência com a óptica do artista, mas a arte, com a da vida”²¹⁵

A modernização e a maior complexidade da sociedade moderna exigem uma nova reformulação do velho príncipe maquiaveliano. Não se quer afirmar que o conceito esteja ultrapassado, mas apenas fazer uma releitura do mesmo à luz dos estudos de Antonio Gramsci. Segundo ele, não se pode mais pensar dada as circunstâncias da sociedade moderna no príncipe como um indivíduo pela necessidade de se canalizar as suas ações na organização da vontade coletiva numa linha de atuação que valorize a práxis transformadora, capaz de unir os interesses sociais diversos contra o interesse predominante na construção de um novo Estado cujo mote final é a absorção da sociedade política pela civil, de maneira que cada um dos cidadãos se sinta como parte ativa do poder. O interesse predominante ou política tradicional impõe a sua hegemonia sobre toda a sociedade e é para Gramsci um entrave para a iniciativa política que queira modificar a direção das forças políticas. De acordo com ele, a política tradicional é um entrave por contaminar o “movimento

²¹⁴ CHAIA, op. cit.

²¹⁵ NIETZSCHE Friedrich apud CHAIA, op. cit.

ideológico de massa”, desconectando-o em relação ao “fenômeno econômico de massa”. Sem a identificação da ideologia também como cultura é impossível a iniciativa política de massa transformar-se em práxis, pois sem a transformação da cultura a mesma continuará reproduzindo as idéias da política tradicional hegemônica. Assim, para Gramsci a organização de uma nova cultura nacional e popular (verdadeiramente de massa) em substituição da tradicional é fundamental para o sucesso da práxis dos movimentos políticos de massa, por conectar as idéias e valores das massas com os seus fenômenos econômicos²¹⁶.

A tarefa grandiosa de unir o príncipe moderno com a práxis não pode mais acontecer, como foi dito, por um indivíduo. O príncipe moderno é para Gramsci um organismo capaz de concretizar as diversas vontades políticas em valores totais e universais, fundamentada em parte na ação.²¹⁷ O partido político é o príncipe na sociedade moderna por organizar a ação política de maneira objetiva e eficiente. Ele assegura as massas uma ação política homogênea e disciplinada que se dirija na construção de um novo Estado nacional e popular. De modo que sem um organismo que lhe dê coesão e direção, o partido político, as massas não conseguem canalizar a sua vontade coletiva numa ação política, mantendo-se fragmentada em diversas vontades coletivas presas a ideologia dominante e seqüestradas pela contraditória ideologia política tradicional.²¹⁸

O papel dos intelectuais é imprescindível como protagonista na articulação do partido revolucionário com o seu empreendimento reformador – que vai além do plano político-econômico-social, este protagonismo se dá nos campos intelectual e moral. Sem eles, o partido-príncipe não conseguirá realizar a revolução cultural decisiva na luta pela hegemonia e direção político-ideológica.

É o terreno no qual o "moderno Príncipe", lutando pela difusão de uma cultura nacional-popular, "estará criando as condições para a hegemonia

²¹⁶ GRAMSCI, op. cit., 1979, p. 40.

²¹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 6.

²¹⁸ GRAMSCI, 1979, op. cit., p. 28.

das classes subalternas, para sua vitória na ‘guerra de posições’ pelo socialismo²¹⁹.

Todavia, em Gramsci não se pode pensar que o moderno príncipe seja um veículo autoritário, onde a vontade coletiva seja suscitada pelo alto, mas é antes democrático; idéia apresentada no artigo de Dênis Moraes. Neste artigo, ele afirma que Gramsci apresenta a construção de uma vontade coletiva como “dependente da capacidade dos dirigentes de dar aos movimentos espontâneos uma orientação político-intelectual consciente, que se traduza numa ação eficaz e duradoura” sem ignorar, o moderno príncipe, as expressões espontâneas das massas.²²⁰

O grande problema do partido-príncipe em relação à perda da sua identidade democrática está situado no seu centralismo que canaliza para si a vontade coletiva das massas. Ele, o partido-príncipe, só será democrático se “assegurar permanente circulação de idéias entre seus militantes”²²¹, pois “a sua função não é regressiva e repressiva, mas progressista, voltada a elevação do nível ideológico das massas atrasadas; não é um mero executante, e sim um deliberador”.²²²

E ainda, segundo as palavras do próprio autor italiano “O partido emerge, pois, como uma instância reguladora, um elemento de estabilidade para a hegemonia não do núcleo dirigente central, mas das forças que se vinculam às bases e aos grupos afins e aliados.”²²³

Sem essas prerrogativas retiradas do pensamento de Gramsci, o partido-príncipe perde a sua salvaguarda democrática e se torna pelo seu centralismo um veículo autoritário que impõe a sua vontade sobre as massas, dirigindo e disciplinando como um órgão repressor e policialesco. Assim, a verdadeira práxis só acontece num ambiente democrático em que o partido-príncipe coordena e organiza a vontade coletiva das massas, deliberando e

²¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson apud MORAES, Dênis. *Partido e expressão da vontade coletiva*, 2000. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=324>.

²²⁰ MORAES, op. cit.

²²¹ COUTINHO, apud. MORAES, op. cit.

²²² Idem

²²³ GRAMSCI, *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 173.

não impondo ações políticas unificadoras e homogenizadoras para se criar uma enova hegemonia que tenha as massas e seus aliados como base.

Outro aspecto deve se considerar sobre a questão do moderno príncipe gramsciano: ele é ação e não arte, o termo “política como arte” em Gramsci só é possível como metáfora.

Se a inteligência não penetra no interior da vida apenas observa o objeto de vários ângulos e o trás para si, é a habilidade intuitiva do artista que permite captar “o movimento simples que corre através das linhas, que liga uma a outra e dá-lhes um significado”, percebendo o interior do objeto que escapa ao intelecto, devido “a inteligência se caracterizar por uma incompreensão natural da vida, já que ela representa claramente apenas o descontínuo e a imobilidade.”²²⁴ Nestas linhas, Gramsci cita a teoria de Bergson sobre a intuição do príncipe maquiaveliano como um dos fundamentos para se compreender a sua intervenção na realidade política, apresentando o príncipe como artista e a política igual à arte. Desta maneira, ele quer provar que a política nunca é baseada na intuição artística que se fundamenta na competência do intelecto em observar com minúcia, sob vários ângulos, a confusa e imóvel realidade para retirar debaixo desta crosta o traço simples que lhe dá significado, traduzindo num modelo de ação política efetiva e transformadora do real.

Assim a intuição política gramsciana não pode ser artística, é antes...

...a rapidez em ligar fatos estranhos entre si e em conceber os meios adequados ao fim para situar os interesses em jogo, suscitar as paixões dos homens e orientá-los para uma determinada ação(...) [é ação] (em sentido positivo ou negativo, desencadear uma ação ou impedir que se verifique uma determinada ação, conveniente ou inconveniente ao fim que se quer alcançar).²²⁵

Em uma de suas entrevistas, FHC falava que “teve um bom palpite” para expressar o quanto a sua teoria sobre a dependência antecipou realidades que só mais tarde com a globalização tornariam claras. Os seus conceitos de

²²⁴ BERGSON, apud GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 101.

²²⁵ GRAMSCI, op. cit, 1976, p. 102.

“internacionalização de mercados” e “industrialização da periferia”, ao trazerem a tona uma nova realidade que estava se desenhando, provocaram de imediato muitas ironias de pessoas que não compreendiam a sua abordagem visionária.²²⁶

Como “visionário da globalização”, FHC representava-se como seu arauto de modo a condicionar o particular, o fato do dia, com a questão mais geral relacionada com o mundo globalizado. Para tanto dava aulas com frequência no exercício da presidência para demonstrar a necessidade de “repensar os temas, sobretudo, referentes à definição das políticas de jeito a atender ao interesse nacional em um mundo novo.”²²⁷

Ao se representar como um visionário da globalização, FHC quer se atribuir como um intelectual que aponta para a sociedade as mudanças ocorridas globalmente. Diante de uma sociedade ainda mal informada dos reais efeitos da globalização, FHC se via no papel de ajudar a conduzi-la para uma atualização teórica e também prática, ao propor políticas em prol da inserção do país à nova realidade mundial.

No bojo de tudo isso está a eficácia do líder político democrático “de simbolizar e transmitir mensagens e, portanto, o que no fundo é mesma coisa, à virtude de enxergar e propor à sociedade um caminho que seja aceito pelos liderados, ainda que de forma momentânea”²²⁸, capacidade esta que FHC quer se autorrepresentar como afinado ao longo das páginas da sua auto-biografia “*A Arte da Política: a história que vivi*”.

A autorrepresentação de líder democrático encontra-se na defesa da porosidade do Estado como meio de permitir a penetração da sociedade.²²⁹ Durante a presidência, FHC afirma que procurou dar ao mesmo tempo atenção ao jogo partidário e, sem se deixar refém dos partidos, fazer política, onde tenta exemplificar essa tese na questão do trato político com o Movimento dos Sem Terra, o MST. Numa das primeiras reuniões suas com o MST, os seus líderes tentaram estender a bandeira do movimento no Palácio do Planalto, mas foram

²²⁶ TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo: Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 82-83.

²²⁷ CARDOSO, op. cit., 2006, p.69-70.

²²⁸ Idem, p. 73.

²²⁹ TOLEDO, op. cit., p. 42.

advertidos que ali apenas a bandeira do Brasil poderia ser estendida. Assim, FHC quer representar que mesmo o MST sendo para ele um “movimento nicho de resistência” e símbolo do atraso pela dissonância com os novos tempos globalizados teve o direito de ser recebido e tratado como um novo movimento dos tempos atuais. De acordo com FHC, não basta à liderança democrática reconhecer um movimento social, há também a necessidade do líder observar o que aquele movimento (no caso o MST) sinaliza socialmente (a existência dos sem terra e da pobreza rural) a fim de propor ações políticas de encontro ao que foi apontado (desapropriação de 20 milhões de hectares de terra); e isto teria sido feito por ele.²³⁰

Pode-se então com base no que colocado até agora sobre essas autorrepresentações concluir que FHC se percebia como o príncipe gramsciano pela sua capacidade de analisar o contexto, antecipando tendências, e propor uma alternativa viável que organizasse e conduzisse as forças coletivas democráticas rumo à reforma do Estado, transformando-o de uma instância atrasada, ainda com elementos autoritários e reprodutoras da desigualdade (manutenção de privilégios e da inflação corroidora de salários dos mais pobres), para uma estrutura garantidora da democracia e da justiça social. O próprio FHC recusava a alcunha dado por muitos de príncipe maquiaveliano para se autoafirmar como príncipe gramsciano que “aponta e abre caminhos ou perde poder.”²³¹

Constrói-se a partir dessa idéia vendida diretamente por FHC de modelo político gramsciano duas problemáticas que se complementam. Há ou não idealizações nestas autorrepresentações de FHC? O intelectual inscrito na política FHC se aproximaria do modelo de príncipe gramsciano ou maquiaveliano?

O trabalho pretende estender essa problemática da presença ou não de idealização para algumas representações sobre FHC feitas por outros intelectuais como José Carlos Reis, José Luís Fiori e Ted Goertzel. Estes autores são algumas das leituras fundamentais para se entender o governo do presidente FHC e a sua trajetória intelectual não apenas no seu aspecto

²³⁰ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 70.

²³¹ Idem, p. 73.

institucional ou dos efeitos político-econômicos de suas ações políticas, mas também numa linha mais subjetiva e interdisciplinar.

A escolha de José Luís Fiori fundamenta-se no trabalho realizado por ele e reunido principalmente no livro “Moedeiros Falsos” em que crítica com profundidade as ações políticas de FHC afim de demonstrar as suas correlações com as políticas neoliberais emplementadas em diversos países subdesenvolvidos sob a supervisão do Bird e FMI e seus efeitos nefastos no contexto sócio – político local. Da mesma maneira procura fazer com o seu discurso em que denuncia a despoltização do fenômeno globalização em prol de um realismo conformista.

Selecionou-se também o sociólogo norte-americano Ted Goertzel pelo fato de ser um estrangeiro e como tal contribui com uma visão de fora que pode contribuir para uma análise mais diversificada sobre objeto de estudo. A sua obra “Fernando Henrique Cardoso: e a reconstrução da democracia no Brasil”, aproxima-se de uma interpretação mais próxima com a de FHC ao reiterar algumas de suas autorrepresentações, mas nem por isso rica em detalhes a despeito de sua bibliografia e biografia.

Por último, a escolha do historiador José Carlos Reis contribui na construção de uma análise interdisciplinar sobre o intelectual inscrito na política FHC. A análise historiográfica de Reis realizada na obra “As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC” parte do princípio que as idéias de autores importantes, entre eles FHC, ajudam a expressar e organizar os interesses sócio-políticos-economicos de sua época por ser cada homem um sujeito histórico. A fim de captar o sentido histórico que as idéias de cada um desses autores ajudou a construir, ele propõe contrapó-las criticamente com as principais interpretações levantadas por outros intelectuais. Para o trabalho, ajuda, portanto, a construir algumas representações e autorrepresentações de FHC e a descortiná-las, apontando para os seus efeitos históricos e políticos.

A questão da idealização não pretende ser explorada apenas como um disparate entre a teoria e a prática. Na historiografia usa-se o termo “príncipe no espelho” para elucidar um gênero literário predominante na Europa medieval e originário em alguns de seus aspectos da Antiguidade Clássica que durante os séculos XVI e XVII desabrochou com novas roupagens teóricas a fim de incorporar elementos renascentistas, como o caso das obras “Institutio

principis christiani”, de Erasmo de Roterdã (1516) e a “Instruction d’um Prince”, de Guillaume Budé (entre 1516 e 1519) e principalmente “O Príncipe” de Maquiavel, (1513), obra que rompe radicalmente com os valores até então divulgados pelo gênero. Essa literatura contemplava questões morais e políticas e era destinada principalmente aos homens de poder da época, principalmente reis e seus filhos herdeiros. Segundo Hahn, as diversas obras de “espelho de príncipe” buscam ensinar o futuro rei valores religiosos de maneira a torná-lo um príncipe de virtudes cristãs e propagador das mesmas aos seus súditos. Ele era um “ponto de equilíbrio em meio às lutas sociais para assegurar a felicidade de seu povo”.²³²

Com isso o gênero deveria dar as bases que assegurassem ao príncipe, o futuro rei, como ser primeiramente um bom cristão para depois, em consequência, conduzir um bom governo. O bom governo, então, seria construído pelo príncipe, modelo, como espelho, das virtudes para a sociedade que o imitaria.

Na verdade, a teoria do ‘Bom Governo’ deposita no governante a qualidade de política que faz de suas virtudes privadas, virtudes públicas e assim, este príncipe que possui virtudes ou mesmo vícios, encarna a comunidade e a espelha sendo imitado por ela. “O Espelho era entendido como a superfície polida. Nele os traços daquele que é refletido precisam ser puros e perfeitos para que o reflexo também seja perfeito.”²³³

É interessante observar o que o historiador e professor da Universidade Estadual de Londrina Marcos Antônio Lopes escreve sobre o significado político e social do espelho dos príncipes. De acordo com ele, o gênero fomenta uma teoria política que idealiza o governante como única maneira de gerar estabilidade em tempos de incerteza a partir da contenção das forças desagregadoras da sociedade, papel esse exercido pelos reis no absolutismo monárquico. Assim, Lopes conclui dizendo que o absolutismo monárquico foi

²³² HAHN, Fábio André. *Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero espelhos de príncipes na Idade Moderna*. Revista Varia Scientia. Cascavel, v.6, n.12, dez. 2006.

²³³ PIEREZAN, Alexandre; DIAS, Érika R. A. *Luís XIV: A idéia do governante perfeito*. Disponível em http://www.prp.ueg.br/06v1/ctd/pesq/inic_cien/eventos/sic2005/arquivos/humanas/luis_xiv.pdf

fundamental para resolver a questão da segurança pública que rondava a Europa naquele contexto.²³⁴

Sem dúvida a literatura espelho dos príncipes ajudou a constituir uma imagem idealizada de governante perfeito, capaz de agregar sobre si as virtudes do bom governo e projetá-las como espelho aos seus súditos (a sociedade), resultando numa feliz estabilidade social e política. Em conseqüência, as forças “desagregadoras e viciosas” tenderiam a diminuir e extinguir-se ou o mais provável é as mesmas serem maculadas como manchas ao “polimento” provocado pela perfeição da ação política do príncipe, ou seja, é como se a sociedade livre das impurezas pela ação “limpadora sob medida” do príncipe governante fosse perturbada por forças viciosas que só queriam destruir a virtuosa obra realizada, de maneira a colocar em perigo o polimento político feito e reconstituir a antiga imagem borrada pelas impurezas do caos social.

Constata-se, sobretudo, que houve uma propaganda ideológica do monarca, cuja imagem é construída conscientemente por um comitê, a “pequena academia”, para manipular o público, ou seja, para convencer o público de que o Rei-Sol [Luís XIV da França] tinha poderes divinos e era o maior rei de todos os tempos.²³⁵

O trabalho de diminuição ou extinção das forças “desagregadoras e viciosas” (leia-se os críticos sobre o modelo Espelho dos Príncipes e ao consenso formado por ele) se daria pela propaganda ideológica do monarca feita por esses intelectuais da pequena academia, que no caso do Rei-Sol absolutista, o maior exemplo dos efeitos dessa propaganda, responsáveis por criar uma imagem de qualidades sobrenaturais e atributos sobre-humanos sobre o governante francês, de modo a legitimá-lo perante os seus governados.

A sustentação política e ideológica junto à sociedade da imagem de idealização do governante aconteceria pela exaltação de certas qualidades suas de modo a deslocá-las em seus aspectos e efeitos reais para uma fantasiosa perfeição, onde a repetição de certos atributos como “maior de todos

²³⁴ LOPES, Marcos apud PIEREZAN; DIAS, op. cit.

²³⁵ PIEREZAN; DIAS, op. cit.

os governantes (estadistas)”, “propagador da democracia”, “político que ensina aos outros a boa política”, “herói modernizador”, “príncipe mais perfeito comparado a alguém” principalmente por *fast thinkers*, como o caso de Luís Nassif em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, são vinculados ao público, a sociedade, sem nenhum critério de cientificidade e bom senso crítico. De certa maneira o papel dos *fast thinkers* seria muito semelhante aos dos intelectuais da pequena academia do Espelho dos Príncipes pelo efeito produtor na sociedade de consenso e legitimação diante do poder constituído.

Com base nas representações que atribuem a alcunha de príncipe de Maquiavel, identifica-se em FHC, como um intelectual inscrito na política, uma atuação política à maneira do príncipe maquiaveliano e também de acordo com a concepção de “Política como Arte” como apresentada por Guilhon de Albuquerque.

A segunda hipótese, em conformidade com a anterior, procura constatar que a vinculação desejada de FHC ao príncipe gramsciano é uma idealização, o entendimento desta possível constatação reside no fato das autorrepresentações e representações relacionadas ao mesmo serem, talvez de maneira inconsciente, como um espelho da sociedade em muitos aspectos de acordo com os pressupostos da velha literatura “espelho dos príncipes”. As suas “elevadas virtudes” de “príncipe perfeito” são estendidas a sociedade de maneira a conduzi-la, como consequência de uma imagem refletida, a reproduzir as “virtudes perfeitas” do “príncipe” FHC.

A metodologia deste trabalho procura fazer um diálogo entre as bibliografias, idéias e conceitos entre os diversos autores com intuito de construir analogias e conexões para desencadear as linhas analíticas e conceituais do estudo proposto. O objeto de estudo proposto, as idealizações contidas nas representações e autorrepresentações de FHC, será analisado de maneira mais minuciosa e crítica, no qual o diálogo entre a literatura dos autores e as biografias do próprio FHC se constituirão no campo de estudo do trabalho.

Com efeito, a proposta metodológica do historiador italiano Carlo Ginzburg contida em seu livro “Mitos, Emblemas e Sinais”, particularmente o capítulo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, no qual esboça o que é o método indiciário, é útil para este trabalho. A origem desse método remonta a

vida de um “analista de pinturas” de nome Morelli, que, a partir da análise dos pormenores presentes nas pinturas, conseguia uma visão totalizante das obras, identificando, desta maneira, os quadros verdadeiros das cópias falsificadas para devolvê-los a seus respectivos pintores²³⁶.

Como trazer esse método para a análise das idealizações presentes nas representações de FHC? O método indiciário se aproxima muito das técnicas usadas pelo médico e detetive por partir dos pequenos indícios (ou sintomas) que apontam para uma pista reveladora de um crime ou importante no diagnóstico de uma doença. Para tanto, analisar os indícios, que estão na esfera do íntimo, do particular e da subjetividade, faz aproximar-se muito da psicologia. A prática de Morelli de procurar a personalidade do artista onde o esforço pessoal é menos intenso se encontra tranquilamente com a afirmação da psicologia moderna freudiana de que “os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós²³⁷”.

Isso ocorre da mesma maneira em relação às representações. Sendo assim, analisar as mesmas, e nisto esse método ajuda bastante, a partir também daquilo que “o texto nos dá a entender, sem ter a intenção de dizê-lo” é importante. Processo que ocorre nos atos falhos e deslocamentos de sentido que estão presentes nos discursos a partir das metáforas e metonímias²³⁸.

Em termos semânticos, a metonímia é um tropo que consiste em designar um objeto por uma palavra designativa de outro objeto que tem com o primeiro uma relação de causa a efeito, de continente a conteúdo, de todo a parte, etc. Já a metáfora é um tropo em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra, em virtude de relação de semelhança subentendida²³⁹.

²³⁶ GINZBURG, Carlo. “Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história”. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 146.

²³⁷ Idem

²³⁸ SERRA, C. H. A. *História das idéias jurídicas-penais no Brasil 1937-1964*. Niterói: UFF, 1997. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

²³⁹ BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio F. *Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1961, p. 795-796.

Esse método é útil para o interesse específico deste trabalho que está nas idealizações presentes nas representações e autorrepresentações, enquanto pensar que remete ao agir, e as manifestações inconscientes que se inter-relacionam com o pensar/ agir para se tentar decifrar o que está por detrás das imagens construídas sobre FHC. Particularmente, nas defasagens relativas entre os sentimentos, o pensamento e a prática política presentes nas representações simbólicas sobre a realidade política concreta. Os conceitos de identificação simbólica e identificação imaginária, da maneira formulada por Žižek, são úteis para descortinar essa relação agir/ pensar/sentir que acontece na relação com o outro: aquilo que um indivíduo gostaria de ser ou aquilo que os outros esperam que ele seja²⁴⁰. As idealizações construídas “por” e “sobre” FHC estão, como qualquer forma de representação simbólica sobre a política, sob a influência do consciente e inconsciente, este último o responsável por revelar, a partir das metáforas e metonímias usadas como pistas, a real intenção oculta nas entrelinhas das representações que escapam do crivo censor do pensamento consciente²⁴¹.

Em suma, essa metodologia a partir dos indícios ajuda a analisar criticamente às representações e autorrepresentações sobre FHC, um intelectual inscrito na política, para o mapeamento das idealizações presentes nas mesmas, particularmente no contexto político dos seus dois mandatos presidenciais ocorridos no período de 1994-2002.

Neste trabalho não foi possível contemplar todos os principais fatos relativos à trajetória política de FHC e suas implicações junto à temática apresentada. Preferiu-se, portanto, o recorte histórico sobre os seus dois mandatos presidenciais e a seleção de alguns fatos julgados mais relevantes para responder o problema colocado.

FHC se autorrepresenta numa imagem de verdadeiro líder democrático e como tal detentor da capacidade de “simbolizar e transmitir mensagens e, portanto, o que no fundo é mesma coisa, à virtude de enxergar e propor à

²⁴⁰ ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

²⁴¹ SERRA, op. cit.

sociedade um caminho que seja aceito pelos liderados, ainda que de forma momentânea”.²⁴²

Durante a presidência, FHC cita o exemplo da sua rotina diária para explicar como se deu a tônica fundamental para o andamento das ações políticas que o seu governo aplicava.

Com frequência ‘dei aulas’ onde ligava a questão em pauta ao condicionamento do mundo globalizado, insistindo que as pessoas a repensem os temas referentes à política nacional em um mundo novo.²⁴³

Por outro lado, na visão de Fiori, durante o governo de FHC a existência de um consenso e a sua manutenção em prol de um pensamento único não foi fruto da “pedagogia democrática fernandohenriquista”, mas sim fundada na questão da governabilidade²⁴⁴, conceito que teve como denominador comum, em suas diferentes utilizações práticas aquilo que Richard Higgott resumiu como a “capacidade governamental de atender a certas demandas, ou então suprimi-las de vez.”²⁴⁵

A governabilidade ao lado das reformas estruturais foram as duas palavras de ordem cobradas pela estratégia liberal conservadora idealizada pelos arautos da globalização, leia-se os pólos decisórios localizados nos países centrais, como condição de entrada dos países periféricos ao hall da modernização provocada pelo mundo global. Ela, segundo Fiori, ainda indica estabilidade política e acima de tudo preservação da ordem.²⁴⁶

A “pedagogia democrática” no qual se referia a crítica de Fiori é definida por FHC como uma maneira de explicar publicamente à sociedade as ações do seu governo.²⁴⁷ As maneiras possíveis de se explicar em um ambiente democrático aos governados aquilo que se pretende realizar passam pelo uso de algumas armas, sendo que a mais importante para FHC é a persuasão.

²⁴²CARDOSO, op. cit., 2006, p. 73.

²⁴³ Idem, p. 69-70.

²⁴⁴ FIORI, op. cit., p. 33-36.

²⁴⁵ Idem, p. 36.

²⁴⁶ Idem, p. 34.

²⁴⁷ Idem, p. 366.

Segundo confidenciou em sua autobiografia, FHC acredita que buscou de maneira obsessiva na política usar da persuasão como arma principal de convencimento. A busca do convencimento tinha em FHC o propósito de conseguir consensos mínimos naquelas circunstâncias mais desfavoráveis e necessárias que são aquelas onde os agentes políticos (Congresso, partidos, governo, etc.) podem impedir.²⁴⁸ O emprego do termo “pedagogia” por FHC ainda remeteria a um “tom educacional” de um professor que explica os seus alunos o que é democracia e as maneiras práticas de agir dentro do contexto democrático, justamente o que governos democráticos como o dele fariam de acordo com esta autorrepresentação de FHC.

O uso da persuasão é a principal arma utilizada por FHC com intuito de “criar condições para que se possa realizar um objetivo para o qual as condições não estão dadas de antemão. Por isso a política é uma arte e não uma técnica.”²⁴⁹ Porém, ele em alguns momentos admitiu *mea culpa* pelas diversas interpretações críticas ocorridas em certos casos como o do PROER como consequência da falta de um melhor esclarecimento de suas ações políticas junto à sociedade.²⁵⁰

O Proer²⁵¹ foi para os críticos, segundo FHC, uma maneira simples de locação do dinheiro público para o socorro de instituições privadas e para o presidente constituía um instrumento inteligente e único no mundo capaz de...

..., amparar juridicamente intervenções bancárias que não constituíssem meras ‘operações de salvamento’ de bancos privados à custa do dinheiro do Erário e que visava, também, garantir o equilíbrio e a solidez do sistema financeiro.²⁵²

A legitimidade do PROER foi considerada, segundo FHC, pelos agentes políticos como “uma necessária intervenção do poder público para evitar um

²⁴⁸ CARDOSO, op. cit, 2006, p. 146.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem, p. 366-367.

²⁵¹ Sigla para o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional criado pelo presidente FHC através da medida provisória (MP) nº 1.179 de 3/11/1995. Idem, p. 364.

²⁵² Idem, op. cit., 2006.

mal maior” que era o risco de se quebrar o sistema financeiro por causa das dificuldades enfrentadas por uma determinada instituição financeira.²⁵³

O “pensamento único” trazido pela noção de governabilidade tem sérias conseqüências para a própria vivência da democracia, no diagnóstico de Fiori. Ela pode perder consistência e para o cidadão comum deixar de ter utilidade pela própria conseqüência da vigência do pensamento, que embora permita a alternância de governos de esquerda e direita escolhidos pelo povo, esta alternância perde significado na medida em que o pensamento de esquerda perde consistência frente à força monolítica do consenso liberal conservador, visto como único caminho possível de desenvolvimento social e econômico.²⁵⁴

Por outro lado, Francisco de Oliveira explica uma das questões atribuídas ao conceito de governabilidade relacionada à redução da política à mera administração. Segundo ele, vive-se atualmente uma “era de indeterminação” em consequência da perda da visibilidade e previsibilidade dos atores políticos decorrentes da implementação de idéias neoliberais principalmente durante os governos de FHC. A incapacidade da política no contexto neoliberal em se tornar hegemônica pela falta de previsibilidade dos atores políticos – uma burguesia nacional que já não manda, um capital financeiro obstáculo do desenvolvimento e desligado de representação de classe e a classe trabalhadora danificada em seus recursos políticos, em decorrência da não produção conflitiva do consenso, fomenta a sua redução numa forma que Francisco de Oliveira chamou de “gerenciamento de problemas” (como pagamentos da dívida e programas sociais) que deixam de lado as divisões de classe e seus antagonismos por vezes irreconciliáveis e finalmente corroboram para a incrementação da indeterminação dos atores sócio – políticos transformados num mero público indiferenciado do tipo espectador – consumidor.²⁵⁵

Em suma, Francisco de Oliveira constata que a justificação da política atual como pacificadora de conflitos à maneira gramsciana de criação de uma nova hegemonia, esconde, na verdade, a redução da política à administração e

²⁵³ CARDOSO, op. cit, 2006, p. 366.

²⁵⁴ Idem, p. 95-96.

²⁵⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 15-16 e 41-42.

a crença na possibilidade da educação e cultura serem transformadas em territórios não-conflitivos.²⁵⁶

As práticas neoliberais adotadas pelo governo FHC destroem sentidos de classe, representação, interesse e qualquer possibilidade de formação de consenso e atribuem as relações sócio-políticas características difusas e indeterminadas ou quando há conexões de sentido, estas tornam-se erráticas. Assim, para Francisco de Oliveira, se constataria que FHC não foi o “Príncipe dos Sociólogos glauberiano” e sim o “Príncipe das Trevas” que enfraquece a luta política e a reduz numa mera administração de problemas.²⁵⁷

Tem-se aqui que o tão desejado consenso fruto de uma explicação que traria o consentimento para ampla maioria das pessoas pela demonstração de que as convicções defendidas pelo líder democrático são na verdade o melhor (único) caminho para a sociedade retomar o crescimento econômico e justiça social em tempos de globalização, não se verifica na realidade. Assim, a representação de FHC como líder democrático que consolida a democracia é desmistificada pela questão do consenso, indeterminação dos atores sócio – políticos e da própria definição prática de democracia nos tempos atuais.

O cientista político Aluizio Alves Filho, professor da UFRJ, acrescenta que o ideal democrático foi reduzido “a uma mero debate onde os interlocutores eram apenas os parlamentares”. O modelo político consequente a isto é a redução do regime democrático em um mísero direito dos cidadãos de escolher os seus representantes, assistindo depois como um telespectador diante de uma partida de futebol o resultado do jogo político. A mídia para Aluisio teria papel ímpar na doutrinação da população em torno de forjar o consenso, silenciando as massas a partir da idéia de que como passe de mágica a adoção das políticas propostas por FHC levaria ao paraíso da modernidade e da prosperidade social, e os opositores demonizados como defensores do atraso e das injustiças.²⁵⁸

A própria “ambiciosa rede de proteção social” de FHC, que englobaria a Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde e a Bolsa-Escola do MEC, colocada

²⁵⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 42.

²⁵⁷ Idem, p.37-38.

²⁵⁸ ALVES FILHO, Aluizio. *Sobre o modelo político brasileiro na era FHC*. Disponível na internet via http://www.achegas.net/numero/sete/aluizio_alves_02.htm

em prática no ano de 2001²⁵⁹, ou seja, um ano antes do término de seus oito anos de mandato presidencial, não pode ser feita do jeito que queria, embora o mesmo não diga diretamente, da mesma maneira aconteceu com outras coisas, devido aos ajustes fiscais necessários a manutenção da estabilidade da moeda, como afirmou em diversas passagens de sua autobiografia.

A pesquisadora Helena Chagas em seu artigo “Relações Executivo-Legislativo” publicado no livro “A Era FHC”, quer demonstrar que a maior parte dos projetos de iniciativa do Planalto (Executivo) aprovados e de medidas provisórias baixadas pelo governo, no período de 1995 a 1997, tratam de temas da área econômica (55,46%) ou de assuntos que regulam questões administrativos (36,7%).²⁶⁰ Isso demonstra que as críticas que apontam o monetarismo do governo e a falta de prioridade e sensibilidade dos projetos propostos pelo Executivo nos temas sociais não são “utopias esquerdizantes” como classificava FHC, mas condizentes com a realidade.

Retomando a questão do papel real da mídia no governo FHC, Aluisio afirma que as críticas feitas pelos jornais de grande circulação até aconteceram, mas, como constata,...

apenas o criticavam em questões pontuais. Concretamente, deram apoio ao seu governo desde que se formou o consenso empresarial em torno de sua primeira candidatura presidencial, até o último dia de seu mandato.²⁶¹

Este quadro de favorecimento escandaloso ao presidente pela mídia pode ser exemplificado também pelo caso da Folha de São Paulo, que, de acordo com o ombudsman do jornal Marcelo Leite, a despeito de sua tradição mais combativa e crítica não deixou de aderir a onda “fernandohenriquista” como aconteceu com a imprensa brasileira.²⁶²

No governo FHC o consenso se deu, sobretudo, na aliança político-partidária governista, quando formou a “era dos três quintos”, e que, segundo

²⁵⁹ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 497.

²⁶⁰ CHAGAS, Helena. Relações Executivo - Legislativo. In: R. F. Bolívar Lamounier. *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 331-367.

²⁶¹ ALVES FILHO, op. cit.

²⁶² LEITE, Marcelo. “O efeito Gutenberg”. Folha de São Paulo, São Paulo: 25 dez. 1994.

Fiori e Aluísio, não encontrou amparo social sólido pelo quadro de passividade da massa governada e esvaziamento conceitual do significado prático de democracia. No entanto, esse consenso não se deu exclusivamente por afinidade ideológica ou consentimento dos parlamentares às idéias do líder democrático e de sua pedagogia democrática explicativa dos meios para guiar o país à modernidade, como o presidente desejava comunicar. FHC teve que usar com freqüência toda a barganha política que o sistema presidencialista brasileiro permite ao presidente, como se demonstrará adiante, e também dos velhos vícios clientelísticos e fisiológicos que o mesmo desejou como político e intelectual combater.

Porém, o ponto mais interessante para a análise proposta é a imagem que FHC quer transmitir da sua imparcialidade e neutralidade frente aos interesses patrimonialistas. Ele, retomando o caso do socorro aos bancos falidos, quer demonstrar que o procedimento do Proer de visar o interesse público, no caso a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico dela decorrente, não foi maculado por interesses particulares dos banqueiros. Os bens dos acionistas inclusive seus depósitos particulares se tornaram indisponíveis para garantir o ressarcimento das dívidas que o Banco Central contrairia com a parte “mau” do banco – os bancos em dificuldades financeiras seriam divididos pelo Proer em duas partes: a parte “mau” e a “boa”, esta livre de dívidas e pronta para ser vendida. Esse procedimento não poupou nem os bancos Bamerindus e Nacional com fortes laços pessoais com o presidente. O primeiro ligado ao seu amigo e ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Viera que foi também um dos principais apoiadores da campanha presidencial de 1994. Já no segundo, um caso mais pessoal e familiar, a sua nora Ana Lúcia da família Magalhães Pinto casada na época com o seu filho Paulo Henrique era uma das principais acionistas do Nacional.²⁶³

Apesar das críticas atribuídas de ter se aliado a setores conservadores e ex-colaboracionistas do regime militar, FHC busca justificar-se dessa prática a partir da necessidade de viabilidade no qual só as alianças numa democracia trariam para as ações políticas que se deseja implementar e da sua capacidade pragmática e inteligente de usá-las sem comprometer a sua gestão. Mas, para

²⁶³ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 363-367.

FHC sem dúvida o convencimento, através da pedagogia democrática, é fundamental para fortalecer a aliança através da adesão desses setores a implementação de suas políticas modernizadoras, diminuindo e superando paulatinamente os atritos que as velhas práticas políticas autoritárias usadas por esses setores trariam.

O fundamental para FHC é que...

O jogo político não se desenvolve contando aritmeticamente os "contra", como se o fossem para sempre, e os "a favor", sendo estes os bons e maus os outros. Pelo contrário: dialeticamente, trata-se de transformar "maus" em "bons". A política implica um processo de convencimento, por motivos e com objetivos variáveis, que, olhados de forma individual, podem ser moralmente aceitáveis ou discutíveis, mas cujo significado histórico será julgado por suas conseqüências.²⁶⁴

Assim, a justificativa dada por FHC para a construção de uma aliança com os setores que o mesmo havia criticado e se colocado numa posição política contrária (a favor da democracia), se dá pela viabilidade na implementação de suas políticas modernizadoras que levam como conseqüência não apenas a estabilidade, mas a justiça social e democracia. O seu pragmatismo levaria a busca de mecanismos práticos e inteligentes, como desejou demonstrar FHC no caso da participação do PMDB em seu governo, que impediriam não apenas o travamento da modernização, mas a sua imunidade contra os vícios autoritários (clientelismo, fisiologismo e patrimonialismo dos bens públicos) desses setores conservadores. Com isso, a imoralidade não está no fato de se fazer aliança com setores imorais, mas no julgamento das conseqüências trazidas pelas ações políticas tomadas. Logo, não haveria problema para FHC buscar alianças com quaisquer setores, sejam imorais ou não. Os fins modernizantes, estabilizadores e de justiça social da política de FHC justificam para o sucesso de sua implementação no país os meios usados de uma aliança político-partidária com setores coronelísticos regionalistas e conservadores.

O congresso após alguns dias da posse de FHC no primeiro mandato de Presidente da República, aprovou em seção extraordinária o aumento do

²⁶⁴ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 99.

salário mínimo de 70 para 100 reais. FHC conta que não teve medo das conseqüências negativas que o seu veto traria sobre a questão do aumento do mínimo, mas se colocou dentro daquilo que julgava ser melhor para o país: a garantia da estabilidade. Outro fato ocorrido nesta mesma época relaciona-se com a greve dos petroleiros. Os petroleiros anunciaram a greve como maneira de persuadir o governo a lhes conceder aumento salarial, mas para FHC o motivo principal da paralisação era político. Eles queriam marcar posição contra qualquer pretensão do governo de privatizar a Petrobras e quebrar o seu monopólio. O presidente imediatamente se colocou contra a greve e conseguiu o apoio do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que declarou a sua ilegalidade, chamando o exército para ocupar as refinarias e procurou intervir diretamente nos sindicatos que insistiam em manter a paralisação. O mais importante de tudo isso foi quando declarou que as convicções familiares nacionalistas – o seu pai e tio se envolveram diretamente durante o governo de Vargas na campanha “O Petróleo é nosso” – foram deixadas de lado, e logicamente o nacionalismo dos “setores corporativistas” relacionados aos funcionários da Petrobras sequer seriam ouvidos. O presidente procurou também resistir à readmissão dos funcionários demitidos por justa causa pela diretoria da Petrobras e a qualquer acordo ou negociação com os grevistas. Frente aos fatos ele quer demonstrar que todo o líder político que se preze, mesmo que a custo de sua popularidade, tem que “pagar o preço” por “manter a coerência dos seus propósitos e consistência no percurso”, no primeiro caso o aumento elevaria o déficit previdenciário já ameaçado, de acordo com FHC, pela elevação do piso dos funcionários públicos federais e no último caso abriria um precedente que traria dificuldades na aprovação pelo congresso das reformas constitucionais encaminhadas como referente à quebra do monopólio da Petrobras.²⁶⁵

As convicções do presidente não poupariam ninguém, nem mesmo os militares como levantou Goertzel. Segundo ele, FHC foi primeiro presidente na história brasileira que submeteu os militares a um Ministério da Defesa controlado por civis, além de vender as ações da Embraer para o controle de uma empresa francesa e privatizar os aeroportos, mesmo frente aos protestos

²⁶⁵ GOERTZEL, op. cit., p. 347-350.

nacionalistas da Aeronáutica principalmente em relação a Embraer, empresa que estava sob o seu comando.²⁶⁶ Quase como desejando ser um mártir, FHC termina dizendo que “quando se tem convicções, agüentam pedradas, embora sangrando”.²⁶⁷

Sem se deixar envolver emocionalmente frente às questões de cunho nacionalista e, sobretudo, de expor publicamente, mesmo que contra a opinião pública, nas questões sociais, FHC quer garantir a sua eqüidistância frente a toda pressão social, a fim de manter firme as suas convicções que não seriam particularistas ou em prol de algo julgado por este ou aquele grupo social como necessidade imediata ou interesse imexível; estas convicções seriam garantidoras do interesse nacional de manter a inflação sob controle para garantir o andamento das reformas tão necessárias a retomada do crescimento econômico.

Nas entrelinhas do livro autobiográfico “A arte da Política: a história que vivi”, FHC quer traduzir as suas ações numa representação política que busca a legitimidade num patamar acima da demanda dos interesses sociais vindos da elite ou de setores populares, algo que se constrói numa imparcialidade e neutralidade frente a qualquer pressão social e que remete a uma legitimidade com transcendência social e correlacionada as suas virtudes de líder político ou virtú pessoal de um príncipe maquiaveliano.

A crença idealizada por FHC da transcendência da legitimidade do seu poder ajuda no entendimento da alcunha dada pelos orgulhosos tucanos sobre os dois governos de FHC de “a era dos três quintos”. A “era dos três quintos” significou para política uma espécie de “rolo compressor”, onde o governo conseguia com a sua base parlamentar de pelos menos 308 deputados federais e 49 senadores tudo que queria.²⁶⁸ Basta olhar de maneira rápida a história republicana brasileira para constatar tranquilamente que jamais um presidente conseguiu tal concentração de poder como constatou o jornal Estado de São Paulo.

²⁶⁶ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 253.

²⁶⁷ Idem, p. 347.

²⁶⁸ CHAGAS, op. cit., p. 331-367.

O presidencialismo brasileiro concede ao presidente um poder que está acima do patamar da grande maioria dos países com este tipo de regime. O presidente no Brasil tem o poder de iniciar as leis e comandar legalmente a pauta e as votações do Congresso através das MPs que são editadas e reeditadas diversas vezes com pequenas alterações no texto. Além disso, o presidente possui poder de veto, total ou parcial, sobre os projetos aprovados pelos parlamentares federais e também está nas mãos do Executivo a distribuição dos recursos orçamentários que dá total controle sobre a base aliada, principalmente a arraia-miúda (os parlamentares de menor importância política e que não são os conhecidos caciques). Todo esse armamento FHC teve em suas mãos e ainda contou com o poder de nomeação de cargos como barganha política. Desta maneira, o presidente conseguiu com relativa facilidade alterar o capítulo inteiro da Ordem Econômica da Constituição e a aprovação do fim das limitações ao investimento estrangeiro. Conseguiu também por fim a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira, quebrar o monopólio do petróleo e das telecomunicações, dar impulso às privatizações e sancionou a reeleição. Aprovou também as reformas da Previdência e Administração, embora com um texto diferente daquilo que almejava, e uma das mais ilustrativas das poucas derrotas que teve, o caso da MP que autorizava o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos, foi aprovada um mês depois pelo Congresso. O controle da enorme bancada de três quintos não era fácil e FHC usou de toda a gama de vícios, como cita Helena Chagas, para manter o apoio dos peemedebistas e parlamentares do PPB (Partido Progressista Brasileiro) através dos seus caciques (como Sarney, Iris Resende, Francisco Dornelles e etc.) que em troca de seu apoio as principais pautas apresentadas pelo Executivo, recebiam favores na melhor cena de fisiologismo e clientelismo.²⁶⁹

Mas, como se procurou demonstrar, a própria “virtú política de FHC” foi muito auxiliada pela centralização de poder presidencial dada pela estrutura política brasileira e formação da aliança político-partidária dos três quintos, pela passividade e desinteresse das massas pela política e por último pelo fato de que o receituário de suas práticas políticas modernizadoras e construtoras com

²⁶⁹ CHAGAS, op. cit.

a ajuda da mídia do “consenso democrático” necessário a governabilidade já terem sido aplicados bem antes no exterior, possibilitando FHC confidenciar algumas vezes que era fácil governar o Brasil.²⁷⁰

Essa estrutura política brasileira ainda é marcada pelo individualismo. FHC constata, o mesmo que a literatura política já o fizera em diversas obras, que o peso da “consciência partidária” de modo a atrelar os membros de um partido as suas convicções é bastante reduzido frente à fragmentação partidária, falta de controle das bancadas e a tendência do eleitor em votar no candidato sem dar importância à legenda e ao partido, devido as regras eleitorais que permitem o eleitor votar em “candidatos de diferentes partidos para diferentes cargos. Frente a este quadro, as ações políticas resultariam muito mais da competência e vontade individual do que de ideários partidários defendidos por aqueles políticos membros que acreditam neles. Daí, os próprios líderes partidários se sentirem partes das demandas individuais dos parlamentares frente ao Executivo do que guias políticos para que as convicções partidárias controlem os seus membros. Em suma, é impossível afirmar como quer FHC de um “presidencialismo de coalizão”, que em geral se refere às alianças partidárias, quando a fragmentação de interesses e de focos de poder desborda os canais partidários.”²⁷¹

Essa problemática que remete a dificuldade de se organizar alianças partidárias estáveis e coesas pode ser solucionada, no ponto de vista de FHC, pela necessidade do presidente mostrar-se como forte para que não caia nas mãos da pressão do fisiologismo individual dos parlamentares sobre os recursos públicos e perca de vista o seu objetivo de implementar uma agenda de transformação do país. FHC conclui que a necessidade de fortalecer o poder do presidente quase que assumindo um aspecto “imperial”, seria menos da vontade do presidente do que as circunstâncias impostas pelo jogo político brasileiro.²⁷²

²⁷⁰ Fiori elucida que em todos os países periféricos que adotaram planos de estabilização tiveram como consequência o papel presidencial reduzido a meros informes macroeconômicos e a resolução de conflitos de sua base parlamentar de sustentação, de maneira que FHC teria razão ao dizer que é fácil governar o Brasil. FIORI, op. cit., p.115.

²⁷¹ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 241-244.

²⁷² Idem, p. 244-245.

Porém, Fiori sublinha o aspecto pessoal das ações políticas implementadas pelo presidente. Ele cita que o distanciamento de FHC das suas bases ficou evidente ao colocar Mário Covas em situações políticas desconfortáveis, na venda de um dos principais símbolos de São Paulo o banco Banespa a um grupo de piranhas financeiras montado as pressas para subir o preço no leilão – logo ele que simbolizava o retorno depois de mais de 60 anos dos paulistas ao poder – e não beneficiar como era esperado os negócios de Antonio Erminio de Moraes. Além disso, Fiori acusa FHC de criar um partido fictício a partir de um pequeno grupo de tecnocratas para se transformar em árbitro das coalizões tradicionais brasileiras.²⁷³

Neste aspecto, o poder “imperial” do presidente não seria dado pelas condições estruturais políticas brasileiras e sim desejo e resultado de suas ações políticas para implementar uma agenda distante de suas bases e cada vez mais próximas de seus interesses. A tentativa de FHC de se colocar acima dos interesses das classes sociais a partir da imparcialidade que as suas convicções de “interesse nacional”, o bem do país, trariam precisa ser problematizada. Por mais que ele se esforça para dizer que os valores assumidos, a evolução da cultura política, a configuração do poder e a posição dos autores políticos têm muito mais importância e que a origem familiar praticamente não teria mérito na definição dos valores tomados em vida.²⁷⁴

No entanto, o próprio Gramsci sublinha o papel da inscrição de classe como um dos fundamentos para se entender a formação e atuação política do intelectual orgânico e o próprio FHC pretende enfatizar em sua auto-biografia como pode deslumbrar o rosto do povo sofrido numa análise sociológica (não no seu dia-a-dia) sobre a relação entre os brancos e negros no sul, possivelmente o trabalho “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional” realizada em 1962, desejando exorcizar os possíveis fantasmas que uma vida anterior até os trinta e um anos longe da pobreza e próxima ao círculo da elite poderiam denunciar.

Há outro relato bastante interessante de FHC e que pode ajudar como mais uma pista na identificação do papel que de fato a inscrição de classe

²⁷³ FIORI, op. cit., p. 198-199.

²⁷⁴ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 54.

exerceu, mesmo a revelia, sobre a sua vida. O episódio no qual FHC foi preso nas celas do DOI-Codi em plena ditadura militar e que permitiu ver pessoas claramente torturadas. Nesta mesma unidade do DOI-Codi alguns companheiros dele membros do CEBRAP também foram presos. Quando soube quem era o responsável pela unidade procurou ir até ele para reclamar das prisões. FHC conta que não sabe como conseguiu chegar até a sala dele, mas dá uma pista que talvez explique: “devido a essa característica tão brasileira de a pessoa chegar, vestida formalmente e pisando firme, com ar de classe dominante, para então ver as portas se abrirem sem que lhe façam perguntas”.²⁷⁵

Na sua autobiografia FHC afirmou que “vislumbrei o rosto sofrido do povo brasileiro” ao narrar o acontecimento relativo a pesquisa realizada por ele sobre a relação entre brancos e negros no sul.²⁷⁶ A palavra “vislumbrei” deriva do verbo vislumbrar que tem como significados “conhecer imperfeitamente”, “ver a custo”, “lobrigar” termo que remete também a “ver ao longe”.²⁷⁷ Esse indício tem desdobramentos que podem reforçar a sua forte relação e identificação com o modo de ser e pensar da elite.

Outra pista foi dada pelo intelectual José Carlos Reis a respeito de uma característica da personalidade de FHC: o seu “pão-durismo”. Isto não seria traço exclusivo da personalidade de FHC, mas uma disposição d’alma que é característica da elite brasileira em sua relação com o restante da população brasileira, resultando num egoísmo, indiferença, desinteresse e numa mesquinhez de enojar e indignar como elucidou com veemência Florestan Fernandes.²⁷⁸

O comportamento comedido e formal praticados desde a infância podem ser sinais de que desde cedo a família já o ensinara a se comportar como a elite, de maneira que o ensino foi bastante útil para reconhecer o quanto naquela situação as portas se abririam sem perguntas e mais problemas. Esta identificação com o “padrão da elite”, passos firmes e vestimenta formal, e

²⁷⁵ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 257.

²⁷⁶ Idem, p. 59

²⁷⁷ BUARQUE DE HOLLANDA, op. cit., p. 736 e 1240.

²⁷⁸ REIS, op. cit., p. 241.

reconhecimento que por meio dele as portas seriam abertas são indícios que apontam que FHC procurou, nas entrelinhas e no momento certo, demonstrar a sua inscrição de classe, como que dizendo: eu não sou qualquer um, sou um de vocês e exijo tratamento igual. E, ainda, o seu desconhecimento em relação a vida dos pobres devido a criação numa família de classe média apresentou, como o mesmo salientou, mudanças (que o aproximariam da pobreza) quando passou a realizar análises sociológicas que abrangiam questões sociais. No entanto, além de terem ocorrido na fase adulta de FHC, já como um sociólogo formado, as mudanças não superaram mesmo diante de suas análises sociológicas o desconhecimento *in loco* sobre os mais pobres. O método indiciário aponta para o pequeno indício: o uso do termo “vislumbrei”, que é uma escolha pessoal do interlocutor FHC diante de tantos outros termos possíveis de serem usados. Isso desdobra na constatação que ele foi um sociólogo que na sua prática profissional teve conhecimentos distantes da realidade de fato vivida pelos mais pobres e que, sobretudo, não se identificavam com as mesmas, implementando em consequência políticas eqüidistantes (de alguém que vê de longe e não tem, portanto, a proximidade e sensibilidade dos fatos) das necessidades básicas e sofrimentos do homem simples e humilde enfrentados em seu dia-a-dia. O uso do termo “vislumbrei” por FHC é com certeza um deslize ou ato falho de caráter menos racional e mais inconsciente que escapa do crivo censor da razão.

Acrescenta Reis a estes indícios uma constatação: tanto FHC como Florestan Fernandes ao estudarem a burguesia industrial brasileira observaram que a mesma não aspira à emancipação política nacional por desejar a participação na prosperidade ocidental, procurando não dar apoio político à classe trabalhadora se este custar à sua associação a prosperidade ocidental. Entretanto, se para Florestan houve um protesto a esta posição individualista burguesa por tomar como ponto de partida a visão das massas excluídas, FHC “assumirá o projeto burguês, com seu pragmatismo sem grandezas”.²⁷⁹

Conclui, Reis, dizendo que...

Teria o sujeito do conhecimento [o intelectual FHC] sido vítima do seu objeto [a burguesia industrial]? De tanto ‘pôr-se no lugar de’ para

²⁷⁹ REIS, op. cit., p. 249.

compreender melhor o outro, corre-se o risco de aderir ao seu lugar, de 'tomar e ficar no lugar'.²⁸⁰

Fiori aprofunda a constatação de Reis procurando determinar a função, como intelectual orgânico, que FHC representará para as elites brasileiras. Ele será para elas uma espécie de *condottiero*, que era um senhor feudal que possuía uma milícia freqüentemente contratada por qualquer Estado interessado em seus serviços²⁸¹, ou seja, FHC estaria disposto a realizar seus serviços (governar para a burguesia) desde que recebesse algo em troca (seu apoio político).

Já para Reis a função de FHC para as elites como especialista da burguesia é de...

...assessor e informante, ele, por um lado, tornou-se aliado e cúmplice da sua ação autoritária e excludente e, por outro, tornou-se um "civilizador da burguesia", seu professor de democracia, de tolerância e de simpatia pelos excluídos.²⁸²

Parece que a preparação da infância e o desejo de pertencer ao segmento da elite não perderam a oportunidade que as circunstâncias históricas deram para que no momento certo FHC repetisse aquilo colocado antes: "hei, eu não sou qualquer um, sou um de vocês e exijo tratamento igual." E mais ainda, com a pretensão de não apenas ser um dos seus e sim aquele que os liderará para um novo momento de superação do atraso "ibérico" pela "prosperidade ocidental" que é hoje a economia globalizada.

Além de se autorrepresentar como detentor de um poder cuja legitimidade transcende os interesses particularistas da sociedade, apesar de manter uma inscrição de classe muito próxima ao círculo das elites, FHC frequentemente respondia com ironia aos críticos, desprezando qualquer observação por mais reveladora que fosse sobre o resultado e orientação de suas políticas. Três exemplos podem ajudar a visualizar melhor qual a visão do presidente sobre os seus críticos.

²⁸⁰ REIS, op. cit., p. 265.

²⁸¹ FIORI, op. cit., p. 17.

²⁸² REIS, op. cit., p. 265.

Na relação com a intelectualidade, o intelectual presidente, como demonstrado no capítulo anterior, sempre se colocou como alguém comprometido com uma visão mais aberta, atrelada a mudanças concretas e na busca de soluções práticas para problemas específicos e conseqüentemente a crítica por parte dos intelectuais a FHC era estereotipada por ele como “utopias esquerdizantes” ou “estatizantes”, presas num academicismo descolado do mundo e atrelados a ideologias passadas já distantes, como procurou exemplificar em relação ao discurso socialista do intelectual Otavio Ianni.

E ainda, no episódio da aprovação da redação final da Reforma da Previdência em 1998, FHC afirma que o intelectual Paul Singer, devido aos seus comentários de que a reforma se reveste de luta de classes, aplica um verniz revolucionário, além de utilizar um ponto de vista conservador e privatista, contrários aos interesses gerais do país e de sua sociedade.²⁸³

Esta mesma linha interpretativa FHC utiliza para criticar o MST. Segundo ele, um dos movimentos sociais mais contestadores e sinalizadores da necessidade de alterações significativas na estrutura agrária conservadora brasileira. Embora queira resguardar uma imagem de democrata que apenas beneficia a si mesmo, com relação ao outro, o MST, não deixa de afirmar de maneira arrogante e intolerante que²⁸⁴...

Por mais “indigesto” que fosse o MST, por exemplo, procurei tratá-lo como um dos novos movimentos da sociedade (...). Sua visão sobre o MST um nicho de resistência a modernidade e é portador de uma utopia regressiva, como qualifico sua ideologia que olha pelo retrovisor.²⁸⁵

O tom da crítica imposta por FHC não poupou, obviamente, um dos seus maiores adversários políticos, Lula. Além de chamá-lo de autêntico pau-de-arara, menosprezando num tom de elitismo a sua origem popular, contrapondo com a sua condição de sociólogo²⁸⁶, FHC procurou após a posse

²⁸³ CARDOSO, op.cit., 2006, p. 474.

²⁸⁴ Idem, p. 70.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ TOLEDO, op. cit., p. 21.

de Lula como presidente manter o mesmo nível de suas críticas e dá um passo a mais ao se colocar como modelo de “gestão” no qual o novo governo tem que buscar a se espelhar. Para ele, Lula estaria combatendo a pobreza de maneira errada ao fazer mera distribuição de recursos por não seguir o seu modelo de enfoque sobre o emprego e renda a partir de campanhas que capacitam as pessoas para o trabalho e a vida, além de dar a entender que a maneira como as políticas que o novo governo estava conduzindo poderia ressuscitar o patrimonialismo do velho corporativismo estatal, ameaçando o Estado empresarial-gerencial²⁸⁷ construído por FHC. Em suma, na visão de FHC, Lula estaria cometendo um zique-zague político por não estar tomando firmemente as rédeas, devido aos desvios que retornavam as velhas práticas ideológicas ultrapassadas e patrimonialistas, para conduzir o país no rumo certo da modernização.²⁸⁸

Diferente de Lula, FHC se autorrepresentava como um presidente dono das rédeas pelo fato de possuir uma agenda clara e comprometida com a transformação da sociedade.²⁸⁹ Toda a sua atuação junto as instituições políticas, notadamente em relação ao Legislativo (Congresso), estaria enfocada nessa agenda, impelindo-o a praticar a arte da política sempre em favor de sua implementação junto as estruturas políticas e da sua explicação próximo a sociedade das intenções do governo. Para FHC, essas práticas evitavam torná-lo uma presa fácil dos velhos esquemas políticos tradicionais.²⁹⁰

Além disso, os valores intrínsecos da agenda e o caminho arquitetado para a sua implementação foram os meios pelos quais o seu governo conseguiu, na visão de FHC, a legitimidade. Desta maneira, o possuir uma agenda viável seria numa democracia mais importante para a legitimação e a

²⁸⁷ Segundo FHC, o Estado empresarial-gerencial se pauta em critérios de eficiência, e voltado ao atendimento dos cidadãos, demandando o fomento de novos órgãos e instituições capazes de substituir as estruturas estatal-burocráticas e a sua visão privatista das coisas públicas. Para ele, as privatizações e o papel das agências reguladoras seriam exemplos práticos desse Estado reformado, no qual o papel estatal passaria a ser de regulação e fiscalização dos contratos e serviços realizados pelas empresas concessionárias, as compradoras das empresas estatais privatizadas. CARDOSO, op. cit., 2006.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem, p. 245.

²⁹⁰ Idem, p. 17-18.

manutenção do seu poder do que o número de votos obtidos e a legalidade constitucional.²⁹¹

Toda a reação negativa de FHC aos seus críticos apontaria não apenas arrogância e prepotência, mas o desejo que a sua representação fosse mais do que um mero ponto de vista que possa ser apresentado e questionado. O que se há aqui é uma representação que acredita na sua condição de superiora sobre todas as demais sempre vistas como atreladas ao passado e seus vícios, em nome de um absoluto controle interpretativo sobre a realidade contemporânea e os caminhos possíveis para se adequar melhor a ela. Esse controle interpretativo absoluto sobre a realidade leva FHC a se representar obviamente, nas entrelinhas, como referência e consulta para todos os outros políticos e “gestores” olharem não apenas para um homem que fez história, mas que aproximou e adaptou perfeitamente o Brasil a modernidade apresentada pelo mundo globalizado.

FHC quer se representar como o principal vetor condutor, dado pela sua mente objetiva e lúcida, além de pragmática e qualificada, da sociedade, pelos méritos de suas firmes convicções, ao caminho da possível modernidade e superação dos atrasos, estes amarrados a interesses particularistas, que não visam o interesse do bem social, ou por utopias que apenas reproduzem continuamente essa situação inferior.

No entanto, FHC ainda apresenta outros argumentos para tentar convencer sobre a importância da sua atuação nas condições atuais impostas pela globalização. Como foi dito por ele, no mundo atual os curtos-circuitos provocados pelo descolamento dos setores ligados ao poder, que se tornam conservadores, das demandas sociais reais que desejam mudanças podem levar a situações imprevisíveis. A falta de previsibilidade e controle sobre esses curtos-circuitos podem levar a situações imprevisíveis que desemboquem numa anarquia e desordem social. Para evitar os perigos que as utopias podem trazer, pelo descolamento das mesmas perante as mudanças necessárias a realidade, a presença de uma liderança política como a sua, como FHC quer representar, é fundamental para aproximar o poder, e em consequência democratizá-lo, das demandas pela modernidade, guiando-as de

²⁹¹ CARDOSO, op. cit., 2006, p. 73.

maneira objetiva na direção de caminhos possíveis para a sua implementação. Desta maneira, o curto circuito não seria uma ameaça carregada de imprevisibilidade, mas uma oportunidade real de mudança e modernização para uma liderança política objetiva como a sua.

Portanto, o seu pragmatismo como um manual político apontaria os caminhos possíveis para a política, mostrando como a arte da política pode domar as circunstâncias, conquistando a realidade, de modo a usá-la aos fins desejados pelo governante.

Na sua autobiografia, FHC como presidente que se projeta socialmente como líder democrático compara-se, pelo menos metaforicamente, ao príncipe popular-democrático gramsciano, rejeitando qualquer semelhança com o príncipe maquiaveliano pela defesa de políticas que trouxeram porosidade ao Estado e conseqüentemente o protagonismo (livre atuação) da sociedade²⁹².

A autorrepresentação de FHC como o príncipe gramsciano e a rejeição ao príncipe maquiaveliano remetem a sua atuação política que para ele realizava, a priori, uma espécie de “prestação de contas” no qual explicava passo a passo à sociedade os objetivos de seu governo. Além disso, creditava a sua política um viés próximo as demandas sociais que não era uma mera explicação de um professor rica em detalhes facilitadora da compreensão de seus alunos (sociedade), mas uma política atenta às demandas sociais, que surgiam a todo instante, apresentadas por seus interlocutores e movimentos sociais que exigiam, nos termos de FHC, uma “porosidade” do poder, isto é, que o mesmo fosse capaz de atendê-las a partir da conjugação das demandas sociais com a ação política.

No entanto, o objetivo central do caráter explicativo que FHC atribuía a sua ação política era de demonstrar à sociedade que mudanças estavam ocorrendo e havia a necessidade de se adequar melhor a elas, permitindo também a visualização que determinadas ações e ideologias políticas tradicionalmente praticadas estariam ultrapassadas perante as “necessidades pragmáticas” do mundo contemporâneo e globalizado que supostamente negariam transformações radicais das estruturas sócio-político-econômicas, mas apontariam para a necessidade de reformas. Assim, o esclarecimento

²⁹² CARDOSO, op. cit., 2006, p. 73.

promovido por sua “pedagogia política democrática” teria um efeito organizador e canalizador das demandas sociais capaz de adequá-las aos novos tempos a partir de políticas “viáveis” diante da atual conjuntura. De acordo com essa “visão gramsciana” de FHC, as políticas de oposição estariam em sua maioria atreladas a determinadas práticas ideológicas e completamente dissonantes com o contexto atual e que politicamente favoreciam apenas na desatualização das demandas as necessidades impostas pela globalização e a consequente desorganização e enfraquecimento das mesmas.

O caráter organizativo e canalizador, que FHC autorrepresenta para sua atuação política, permitiria que as demandas sociais tivessem os seus anseios relativos às condições sociais mais justas atendidos pela promoção de transformações possíveis (não atrasadas ou deslocadas do contexto atual) por estarem afinadas com as “necessidades globalizadas”. Neste quadro desenhado pela visão de FHC, as transformações sociais exigidas pelas demandas sociais aconteceriam por meio de suas políticas que as articulariam com as “reais” possibilidades exigidas pela globalização e que de fato permitiriam a sua concretização. É desta maneira que para FHC o poder em tempos de globalização conseguiria a sua legitimação.

Apesar da “práxis”, fundamento do princípio gramsciano, ser reduzida a um mero e limitado “reformismo” das instituições (restrito pelas circunstâncias “reais” da globalização), FHC não via problema de ser comparado ao princípio de Gramsci. De acordo com ele, o efeito de suas políticas era de fato socialmente transformador por assegurar a democratização e justiça social e afastar os vícios políticos tradicionais responsáveis por práticas autoritárias (que privilegiam apenas os interesses de uma minoria) e excludentes de ampla parcela da sociedade dos benefícios promovidos por elas.

A “práxis reformadora” no papel político de FHC, à maneira do princípio gramsciano, traria reflexos na sociedade e política brasileira que como espelho de suas ações apresentariam mudanças nas mentalidades e na própria ação política como idealizava FHC. O clientelismo e o fisiologismo tradicionais perderiam espaço e cederiam o lugar a uma política comprometida com o interesse público e, sobretudo, a influência e o controle autoritário estatal sobre o dinamismo social seria substituído pela autonomia organizativa e livre iniciativa dos movimentos e representantes sociais, no qual FHC chamou de

protagonismo social. As demandas sociais não mais esperariam a iniciativa estatal que reduzia e cooptava as suas ações para a sua órbita de influência, mas procurariam por elas mesmas organizarem suas iniciativas em favor de seus interesses. Deduz-se, pois, que as reformas políticas colocadas em prática por FHC promoveriam reformas também sobre o modo de agir e ver de cada movimento e representação sócio-político.

Portanto, para FHC, o protagonismo social foi resultado do reflexo da sua “práxis reformadora” que o garantiu pela destruição de seus entraves políticos e estatais, remetendo o papel idealizado de FHC como príncipe gramsciano as linhas conceituais da velha literatura Espelho dos Príncipes.

Assim, a frase de FHC “A arte da política não é a arte do possível; é a de tornar possível o que é necessário”²⁹³ que o levava a supor que a sua atuação política era uma espécie de arte por tornar possível o que é necessário é entendida como o mote no qual o seu papel idealizado de príncipe gramsciano se autorrepresentaria, por realizar a suposta atualização da realidade sócio-político-econômica brasileira às necessidades da globalização – a livra dos atrasos autoritários e excludentes – que hipoteticamente conduziriam ao desenvolvimento e a democratização da sociedade e de suas instituições políticas.

Por último, a rejeição de FHC às representações da “Política como Arte” de acordo com a fundamentação teórica maquiaveliana se daria pela sua não identificação com o príncipe de Maquiavel. Nas autorrepresentações de FHC não existiria espaço para o equilíbrio entre as “forças que oprimiam o povo” e aquelas advindas dos “setores populares contrárias a esta opressão” que seria constituído pela virtú do príncipe. Haveria em FHC a negação da possibilidade do uso legítimo pelo príncipe maquiaveliano de todos os meios possíveis para se manter o poder e a estabilidade social. O seu papel político idealizado como príncipe gramsciano estaria comprometido não apenas com a estabilidade social, mas, sobretudo, com as mudanças que conduziriam a democratização e a justiça social e desta maneira as estruturas políticas tradicionais e seus vícios não encontrariam espaço nas suas políticas ou em qualquer arranjo em nome da manutenção do poder. As reformas de FHC conduziram a mudanças que

²⁹³ CARDOSO, 1998, op. cit.

seriam favoráveis a uma ampliação da participação política (pública) de todos os setores sociais justamente pela destruição dos velhos esquemas que tradicionalmente beneficiavam aqueles setores próximos ao Estado. Em lugar do equilíbrio entre as forças, como se autorrepresentava FHC, haveria uma ação que como práxis conduziria uma nova hegemonia, nos termos de Gramsci, que era essencialmente a favor do fim dos privilégios benéficos de uma minoria e do controle estatal autoritário sobre as iniciativas sociais. Assim, pode se retirar a idéia de que nas autorrepresentações de FHC o seu governo não se reduziria apenas no uso de todos os meios políticos possíveis, inclusive os seus “vícios”, para se manter no poder, mas tinha objetivos definidos e direcionados a maior participação social e a justiça social.

Em suma, conclui-se que, a partir das idéias apresentadas, por mais que haja elementos nas suas representações que aludem a uma atuação política à semelhança do príncipe maquiaveliano, de fato FHC se autorrepresentava no papel político de um príncipe gramsciano idealizado e que, portanto, rejeitaria qualquer representação que o identificasse com a política nos moldes do príncipe maquiaveliano.

Capítulo III: Impasses e perspectivas sobre as “duas fases” da vida de FHC.

É importante a retomada da questão levantada anteriormente que trata da relação entre a intelectualidade brasileira e o poder político em dado contexto histórico brasileiro. A relação acima explicitada procurou demonstrar a dificuldade em se separar as categorias intelectual e política. Ambas estão bem próximas e remetem as posições simbólicas tomadas por cada geração de intelectuais frente às questões políticas e, sobretudo, as representações que construíram e assumiram perante à sociedade e relativas ao seu papel político – social, procurando demonstrar que não se pode pensar a intelectualidade no Brasil sem correlacioná-la também com o fenômeno político.

A posteriori, o intelectual inscrito na política FHC foi abordado de forma a se expor correlações entre as suas autorrepresentações e as representações de alguns dos seus críticos e os conceitos de “príncipe” em Maquiavel e Gramsci, considerando “a política como arte” como proposição presente na ação política do príncipe maquiaveliano. Desta forma, objetivou-se analisar como algumas representações apresentariam a visão e a prática política de FHC e sua possível proximidade com o papel político à moda do “príncipe maquiaveliano”, “a política como arte”, e também de que maneira as autorrepresentações de FHC o aproximariam mais da categoria de “príncipe gramsciano”. Conclui, então, que, não obstante os críticos o representarem numa atuação política de “príncipe maquiaveliano”, as autorrepresentações de FHC o consideravam mais no papel político de um príncipe gramsciano idealizado.

Neste capítulo, então, procura-se estabelecer uma correlação “mais direta” do intelectual FHC sobre a política, sem o propósito de analisar propriamente os seus dois governos, por meio do seu posicionamento político frente ao poder e daí classificá-lo, de acordo com determinados modelos de intelectual, a fim de trazer uma maior inteligibilidade sobre o problema criado; este – considerando algumas idéias e autorrepresentações do próprio FHC – procura responder uma questão específica: sobre qual modelo de intelectual pode-se classificá-lo? Em outras palavras, o objetivo proposto é estudar o posicionamento político do intelectual FHC em relação ao poder pelo conceito

de representação (suas idéias e autorrepresentações), através de alguns modelos teóricos de intelectual. A retomada das idéias de Edward Said sobre os intelectuais é fundamental para auxiliar na difícil tarefa.

Na obra “Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993”, Said faz um estudo que enfoca os intelectuais enquanto indivíduos para responder se é possível aos mesmos existirem como voz independente,²⁹⁴ pois, para ele, o sentido de intelectual como procura demonstrar com as trajetórias de vida de Sartre, Adorno e alguns outros intelectuais é o compromisso irredutível com o conhecimento e a verdade²⁹⁵. De certa maneira, o sentido de intelectual se atrela com o da própria vida de Said, onde em toda a sua carreira intelectual procurou sempre, a despeito das críticas e fortes oposições sofridas no campo pessoal e principalmente profissional, não esmorecer como pretende salientar na defesa das suas crenças, exemplificada numa militância teórica a favor da causa palestina.²⁹⁶

Se o conceito de representação aponta a definição do intelectual para o campo das representações apresentadas ao público e assim capazes de provocarem mudanças sociais, logo é nesta relação que se distingue em Said a possibilidade de classificação dos intelectuais. Pode-se então pensar os intelectuais em dois modelos. O primeiro modelo é o chamado de intelectual *insider* que se aproxima do burocrata profissional próximo ao poder. A este não se poderia esperar para Said o verdadeiro exercício de intelectual devido a sua opção em empregar o politicamente correto, delineando a sua existência num profissionalismo lucrativo que visa cargos bem remunerados ao invés de idéias, sem hesitar em aceitar o comportamento considerado adequado e apresentável para não sair dos “paradigmas ou limites aceitos”. O profissionalismo do intelectual *insider* o configura a atender as “exigências e prerrogativas” do poder, tornando-o facilmente empregado por ele.²⁹⁷

O “descompromisso” do próprio intelectual *insider* com a verdade e o conhecimento, o aproxima dos *fast thinkers* no que diz respeito a ausência de

²⁹⁴ SAID, E. W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.73-74.

²⁹⁵ Idem, p. 66.

²⁹⁶ Idem, *passim*.

²⁹⁷ Idem, p. 78 e 84.

crítica a determinados modelos teóricos reiterados. Se o *insider* é facilmente cooptado pela tendência existente na atual sociedade massificada que sujeita o intelectual (e não apenas ele como toda a sociedade) aos valores e ideias oficiais promovidos pela mídia e por determinadas correntes de pensamento, a sua criticidade é descaracterizada por um conformismo que transmite “perspectivas aceitáveis e autorizadas” sobre o estado atual das coisas.²⁹⁸ Neste ponto, assemelha-se a demagogia simplista dos *fast thinkers* que, de acordo com Bordieu, projetam representações que estão de acordo com suas percepções políticas enfocadas na reiteração de “ideias-feitas” e no espaço televisivo que terão para “divulgá-las”²⁹⁹, reduzindo a criticidade e o caráter subversivo do pensamento. Portanto, este tipo de intelectual, como os *insiders*, favorecem visões que carecem de rigor científico e objetividade, corroborando pela permanência em detrimento da mudança política.

Presume-se, portanto, que o intelectual *insider* é aquele que se insere no círculo do poder e, estando diretamente influenciado por ele, favorece a circulação de idéias que não se comprometem com a verdade e o conhecimento objetivo, mascarando realidades e privilegiando aqueles que já se beneficiam da proximidade do poder.

Em 1993, Said é convocado pela BBC inglesa para proferir as Conferências de Reith, onde apresenta argumentos que têm como tema central “o papel público do intelectual como um *outsider*, um ‘amador’ e um perturbador do status quo”.³⁰⁰ O intelectual *outsider*, que é o segundo modelo de intelectual, não deixa ser cooptado pelas instituições (Igreja, Academia e entidade profissional) e pelo poder, evitando pagar o preço de sofrer pressões e perder a sua relativa independência mesmo se custar altos salários e ótimos cargos de prestígio.³⁰¹

Todo este sacrifício realizado pelo intelectual *outsider* e sentimento de impotência perante às redes poderosas de autoridades sociais que o transformam muitas vezes em mero espectador dos acontecimentos é

²⁹⁸ SAID, op. cit., p. 35

²⁹⁹ Bourdieu chama-os também de *habitués* da mídia. BOURDIEU, op. cit., p.41.

³⁰⁰ SAID, op. cit., p. 10.

³⁰¹ Idem, p. 14-15.

importante para manter a sua dissensão contra o status quo, o “politicamente correto”, aceito pela maioria massificada, e a favor daqueles menos favorecidos e pouco representados naqueles contextos em que a balança pesa para o lado contrário ao deles. Essa postura de marginalidade, como coloca Said, garante ao *outsider* liberdade de pensamento e feroz criticidade para remoer situações esquecidas, fazer correlações antes negadas e apresentar opções contrárias à guerra e à destruição humana contidas nas propostas oficiais justificadas pelo poder e circuladas pela mídia e determinadas correntes de pensamento, como no caso da Guerra do Golfo e das invasões do Panamá e Vietnã, que devem ser aproveitadas naqueles poucos momentos por ele *outsider* para dizer ao público e cativá-lo das suas representações.³⁰² Por último, o intelectual *outsider* é comparado por Said a um “amador” pela sua postura contrária ao profissionalismo. Este profissionalismo que a semelhança de um burocrata rege a rotina da maior parte dos intelectuais numa busca de lucros e de um bom emprego dado diretamente pelo poder, resultando em práticas que cerceiam a liberdade de pensamento e a busca da verdade em favor de esquemas teóricos que o vinculam ao uso de uma linguagem correta, a citação das autoridades certas e o território permitido de análise e ação.³⁰³

Ao representar o intelectual *outsider* como amador, Said afirma metaforicamente de forma a indicar uma condição que em nenhum momento retira o seu profissionalismo que usa exclusivamente do trabalho intelectual para sobreviver. A condição de voz livre e independente não se intimida diante das pressões que para Said são quatro: a especialização, a expertise e o culto ao perito ou técnico, a tendência de se sujeitar ao poder quando empregado por ele e a de ser propriamente um amador. A especialização quando não é competência limita a atuação livre e independente favorecida pelas escolhas subjetivas ou compromissos com determinadas causas de foro político que se faz diante da escolha de dado tema de estudo, caindo o intelectual facilmente na proposição “isto não é da minha área” que pode levar a aceitar facilmente o que os grandes especialistas naquela área dizem. Falar o “politicamente correto” é uma pressão que as autoridades competentes fazem para que

³⁰² SAID, op. cit., p. 16-17 e 35.

³⁰³ Idem, p. 78 e 81.

aquela pessoa seja credenciada como técnico ou perito, submetendo a sua especialização ao território das normas gerais estabelecidas à prática “correta” da função exercida.³⁰⁴ Se Said não condena o intelectual que como profissional aceita “os padrões de competição e resposta do mercado que governam o comportamento sob o capitalismo avançado numa sociedade liberal e democrática”, ele expõe as ameaças que estes padrões e a “participação voluntária em objetivos estabelecidos pelos governos” trazem para a liberdade e independência do exercício intelectual como, por exemplo, a recompensa pelo conformismo e o controle da pesquisa com fins puramente mercadológicos. Assim, a principal pressão para Said é o “lidar com as restrições do profissionalismo moderno”, que leva os intelectuais a exercer o seu trabalho numa especialização rígida, egoísta e limitada ao lucro. Afeição e dedicação são os motes, portanto, que dão sentido de amadorismo às atividades do intelectual *outsider* no qual se refere o autor contra “o profissionalismo moderno”.³⁰⁵

O *outsider* é um “amador” que ao se dirigir ao seu público não espera satisfazê-lo e deixá-lo feliz, mas...

“ele existe para ser desafiado e, portanto, instigado a uma oposição direta ou mobilizado para uma maior participação democrática da sociedade. Mas, em qualquer dos casos, não há como se desviar da autoridade e do poder, nem da relação do intelectual com ambos. De que forma ele se dirige à autoridade: como um bajulador profissional ou como uma consciência crítica dessa autoridade, ou seja, um amador que não espera recompensas?”³⁰⁶

Por último, a representação de “marginal” ou “exilado” dado aos intelectuais *outsiders* é uma condição de espírito para Said. O “espírito exilado” é aquele possuidor de sentimentos de inconformismo e desassossego diante dos valores e saberes socialmente repetidos por seus nativos. Cresce nele um ser irrequieto que pode inquietar os outros ao ir contra “as armadilhas da

³⁰⁴ SAID, op. cit, p. 80-82.

³⁰⁵ Idem, p. 84-86.

³⁰⁶ Idem, p. 87.

acomodação e do bem – estar nacional.³⁰⁷ Para Said, o exílio pode levar ainda o intelectual à tristeza da solidão por “viver com a terra, não nela” e ao mesmo tempo aos prazeres da condição exilada que permite experimentar plenamente a sua vocação ao enxergar “ângulos de visão excêntricos” e propor “soluções de vida diferentes.”³⁰⁸ A exemplo do que disse Adorno, o intelectual *outsider* é um exilado que tem como pátria o ato de escrever.³⁰⁹

Tendo em vista as reflexões de Said, optou-se por trabalhar FHC “enquanto intelectual”, considerando a sua “fase mais intelectual” o período em que escreveu algumas teses, diversos artigos e trabalhos acadêmicos publicados em português e outros idiomas e que começa com a redação do seu primeiro trabalho universitário até a sua eleição como senador suplente em 1978. Considera-se como “fase mais intelectual” por concentrar a maior parte de suas publicações e pela falta de um envolvimento direto com a política. Procura também assumir naquele momento uma postura mais analítica que busca uma visão política de centro e observa a política na perspectiva de um cientista social, debatendo reflexões com outros intelectuais a respeito de problemas que afligem a sociedade e propõe ideias que para ele seriam mais convincentes e objetivas para uma transformação democrática do país. Muitos de seus trabalhos, principalmente artigos acadêmicos realizados no Cebrap, foram posteriormente reunidos e republicados em alguns livros.

Para facilitar o acesso a este material – que é bem amplo e demonstra ser produtiva a carreira intelectual de FHC e suas reflexões importantes para se entender as questões que desafiavam a realidade contemporânea, Daniele Ardaillon, a atual curadora do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), realizou um trabalho de sistematização e organização de todo o seu acervo.³¹⁰ Neste levantamento, as obras foram organizadas cronologicamente e de acordo com o tipo de trabalho feito, por exemplo, entrevistas, trabalhos publicados por outros intelectuais (que tenham alguma relação com FHC ou pelo menos com os temas estudados por ele), artigos publicados na grande

³⁰⁷ SAID, op. cit, p. 60.

³⁰⁸ Idem, p. 66-67.

³⁰⁹ Adorno, apud Said, op. cit., p.65.

³¹⁰ Colocar-se-á em anexo as principais obras de FHC e sobre ele em ordem cronológica de acordo com a organização estabelecida por Ardaillon.

imprensa, artigos acadêmicos, teses e outros trabalhos, como antologias, publicados em livros.

Dessa extensa bibliografia de FHC, organizada por Ardaillon, selecionou-se algumas a partir de um critério inicial: que representassem as ideias, conceitos principais e reflexões pertinentes sobre a política. Desta maneira, acredita-se que essas obras permitirão conhecer melhor o seu perfil e a discussão teórica de FHC relativas às questões políticas daquele tempo apresentadas na sua “fase mais teórica” e a atuação política na “fase mais política”. Adotou-se também, como maneira de organizá-las teoricamente, o critério cronológico para determinar quais obras pertenceriam as duas fases de FHC. Além disso, utilizou-se basicamente o livro “Desenvolvimento e Dependência na América Latina”, mesmo situado cronologicamente na fase mais intelectual, como vetor de discussão para se buscar a conexão dessas duas fases de vida de FHC.

A antologia “Autoritarismo e Democratização”, publicada em 1975 e incluída cronologicamente na “fase mais intelectual”, reúne alguns artigos acadêmicos publicados no início da década de 70 e é tratada com maior relevância nesse trabalho por reunir algumas das principais discussões teóricas feitas por FHC e relacionadas ao contexto político daquele tempo, como, por exemplo, à crítica a burocratização estatal e a nova tecnocracia civil e militar, a “reestruturação” estatal autoritária frente ao quadro econômico de dependência, o desenvolvimento econômico e seus efeitos no contexto político autoritário, e as suas discussões sobre as definições “práticas” de democracia e as maneiras de implementá-la politicamente naquelas circunstâncias (democratizando-as).

O livro “Desenvolvimento e Democracia na América Latina” é bastante pertinente a problematização proposta neste capítulo por favorecer as linhas teóricas principais para a conexão com a prática política de FHC realizada na sua “fase mais política”, particularmente durante os seus dois mandatos presidenciais. Dito de outra forma, as discussões teórico-conceituais sobre a conjuntura sócio-histórico-econômica brasileira promovidas no livro foram o mote não apenas de sua proposta política como presidente, mas serviram de justificativa para a sua implementação. Neste trabalho de FHC, realizado em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, a discussão teórica centraliza-

se na possibilidade de desenvolvimento em economias dependentes latino-americanas e na análise do desenvolvimento como um processo social no qual se incidiriam as questões econômicas (onde se inseriam fatores externos), políticas e sociais internas de cada país, refutando as teses consideradas deterministas e simplistas em sua problematização.

Foram utilizados também alguns artigos e discursos (posteriormente transcritos) feitos pelo presidente FHC e considerados como pertinentes para se entender os objetivos de sua prática política e seus efeitos considerados por ele. Nestes escritos, como no “Posfácio”, posteriormente editado no livro “O Plano Real e Outras Experiências de Estabilização” que foi publicado em 1999, FHC faz um discurso a alguns convidados no IPEA – entre eles empresários, economistas, alguns ministros e técnicos ligados ao governo – em que apresenta os desafios políticos e sociais enfrentados por ele para a implementação do Plano Real (que comemorava dois anos de existência naquela época), seus efeitos na sociedade e economia e a necessidade da aprovação das reformas propostas por seu governo em relação ao setor público que não apresentava o mesmo dinamismo do setor privado. Em outro escrito, o artigo “Notas sobre a Reforma do Estado”, de 1998, FHC representa o seu governo como reformista e procura apresentar e justificar as suas propostas políticas de reforma do Estado brasileiro como condição para a sua atualização frente as questões atuais e, sobretudo, como maneira de assegurar a sua democratização através da inclusão dos setores sociais tradicionalmente excluídos na história brasileira. E, por último, o “Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional”, de 1995, em que FHC cita o exemplo dos “anos dourados” de desenvolvimento e esperança de um país melhor na época do governo de Juscelino Kubitschek, o JK, e propõe seguir o seu exemplo, a fim de acabar com os “anos sombrios” de esgotamento do progresso benéfico de poucos e inflação alta, ao se colocar como um representante das reformas que trarão de novo o desenvolvimento e a esperança de um país mais justo e democrático.

Por fim, a análise dessas obras, como maneira de se entender as duas fases da vida de FHC e a busca de uma interseção entre elas, possibilitará não apenas um maior entendimento sobre a teoria e a prática política desse intelectual inscrito na política, mas, sobretudo, como as idéias e

autorrepresentações de FHC o posicionariam politicamente enquanto modelo de intelectual *insider* ou *outsider* diante das estruturas do poder estabelecidas na sociedade brasileira.

Uma dessas obras selecionadas é a antologia “Autoritarismo e Democratização” que reúne uma série de artigos elaborados na década de 1970. Alguns são resultantes de estudos promovidos no exterior, transformados em capítulos, sendo que dois desses artigos "As Novas Teses Equivocadas" e "A Questão do Estado no Brasil" foram republicados na década de noventa. Apesar disso, o livro não é uma colcha de retalhos por apresentar uma coesão reflexiva que converge para a temática principal proposta: autoritarismo e democracia. O tema da obra, o seu conteúdo que abrange vários artigos publicados e a atualidade das questões, são um excelente referencial teórico para se entender o contexto da época e a própria visão de FHC.

Neste livro, FHC se coloca de forma mais clara frente aos principais desafios vivenciados pela conjuntura brasileira, no qual a política se vê, em meio ao autoritarismo crescente da ditadura militar, desafiada a procurar a democratização (ele não usa o termo redemocratização pela falta de uma tradição democrática no país), as instituições e a sociedade são envolvidas pelos paradigmas da estatização e burocratização e a economia se insurge num arranjo que tenta diminuir as contradições entre o capital externo monopolista dinamizador e os setores nacionais estatizantes (empresas públicas estatais) de maneira a favorecer a expansão e modernização deste último.

Quando o livro foi editado, o país vivia num regime político que a cada ano se tornava mais autoritário. Quatro presidentes militares haviam chegado ao poder após o golpe militar de 64, sendo os governos do General Emílio Garrastazu Médici caracterizado como ápice da repressão e do autoritarismo e do recém empossado General Ernesto Geisel assumido o compromisso de abertura do regime.

De maneira geral, o regime pós-64 era apontado por aqueles próximos aos militares como um governo revolucionário, outros como um regime de cunho fascista e totalitário e, por último, como um governo autoritário e ditatorial controlado pelos militares. Em meio a tudo isso, FHC apresenta as

principais idéias do livro “Autoritarismo e Democracia” e o trâmite central da obra que é a constituição de uma análise comprometida com a objetividade, capaz de erigir conceitos fechados em si mesmos nas suas preposições, mas abertos as condições históricas reais que preconizam o movimento e a transformação constante. Ele se opõe às teorias abstratas que se fecham em si mesmas e não contemplam a diversidade, o problema da dificuldade de inteligibilidade e principalmente o dinamismo da realidade.³¹¹ Desta maneira, segundo FHC, se evitaria os erros das análises distorcidas que podem levar a práticas muito graves, como, por exemplo, “políticas desastrosas para os que desejam transformar a realidade em benefício das classes e grupos dominados.”³¹²

Numa espécie de apologética, presente em todo o livro, FHC quer se colocar numa posição de “centro” e comprometida com a problematização e conseqüente objetividade dos fenômenos e, portanto, mais próxima da realidade do que assumir simplismos ideológicos equivocados de direita ou de esquerda. Os intelectuais de direita tenderiam a defender que com o tempo a política econômica implementada pelo governo militar traria benefícios para o país como um todo, como, por exemplo, uma melhor redistribuição de renda, em contrapartida os intelectuais de esquerda criticavam o autoritarismo do regime, chamando-o de fascista, e as mazelas da política econômica que levariam o país a estagnação econômica trazida pelo arrocho salarial e conseqüente diminuição (estreiteza) do mercado de consumo interno.³¹³

Dentro da camada formada pela intelectualidade, FHC se autorrepresenta como um defensor de uma postura teórico-política de centro que desafia tanto as teses de direita (a favor do autoritarismo) quanto as de esquerda chamadas de “equivocadas”, “formalistas” ou meramente “ideológicas”, a fim de promover análises problematizadoras e conceitos de várias matizes teóricas sensíveis as transformações históricas verificadas em cada contexto social.

³¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 101-102.

³¹² Idem, p.26.

³¹³ Idem, p. 33-34.

Procura-se, portanto, entender até que ponto essa postura de centro, não presa as ideologias ou as preposições simplistas equivocadas e formalistas, pode mascarar ou não uma identificação com posições políticas conservadoras tradicionalmente defendidas pela elite política. O desejo de FHC de ser reconhecido como um intelectual comprometido com análises não ideológicas e próximas aos problemas que afligem a realidade social parece apontar para uma legitimação dada pela “técnica científica” que sabe na construção teórica e na viabilização de práticas políticas direcioná-las aos interesses de todas as classes sociais, ou melhor, para o bem da nação como um todo. Entendendo, nação não numa composição nacional – desenvolvimentista e sim como uma proposição totalizante capaz de beneficiar a todos os membros da sociedade igualmente a partir da defesa de práticas políticas apartidárias de desenvolvimento econômico e não voltadas para o interesse particular de uma classe ou grupo. Nesta linha, busca-se estabelecer ligações entre a fase mais intelectual de FHC e a sua mais diretamente envolvida pela política – considerada a “fase mais política”, a fim de mostrar uma possível coesão que ajude a fundamentar em qual direção as posições teóricas assumidas foram postas em prática pela política realizada principalmente durante os seus mandatos presidenciais.

Muitos intelectuais de esquerda, segundo FHC, tendem em suas análises a supor que a incompatibilidade do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos (subdesenvolvidos) causada pela estreiteza do mercado interno levaria deterministicamente para dois caminhos: o socialismo ou o fascismo. Ele chama essa visão de “tese equivocada” para questionar a esquerda ao afirmar, a priori, que o regime pós-64 se caracterizou num enclausuramento frente à participação da sociedade e se assentou no controle do Estado pela burocracia civil e em última instância militar, sem apresentar o caráter mobilizador das massas populares dos regimes fascistas que incorporam de forma corporativa os diversos grupos e classes sociais ao controle do Estado totalitário. Esse caráter burocratizante do Estado, aliado a sua prática autoritária, se apresenta pela sujeição do mesmo mais aos

interesses sociais e políticos dos setores da burocracia do que dos referentes à elite empresarial local e dos dignitários das corporações multinacionais.³¹⁴

Se de fato, para FHC, o Estado burocrático-estatal se enclausurou em relação à sociedade, não impediu que novas formas de participação, mesmo que limitadas e controladas, se formassem para alguns grupos de alta posição social. Todavia, a realidade acima não se verificou com as massas populares que foram mantidas completamente a margem do Estado. Essas novas formas de participação não estavam no âmbito das organizações político-partidárias ou simplesmente políticas, mas em novas estruturas que cortam horizontalmente (os anéis burocráticos) as esferas privadas e estatais de maneira a estabelecer canais que vinculem os setores hegemônicos de ambas as esferas das classes dominantes, trazendo como consequência a junção dos interesses privados e públicos. Sendo assim, as classes dominantes são integradas diretamente nas estruturas burocráticas atuantes, embora submetidas à tecnocracia e a burocracia militar. Mas, os anéis burocráticos podem muitas vezes cooptar a burocracia e os dirigentes das empresas estatais aos interesses das empresas multinacionais da esfera privada.³¹⁵

O ex-ministro das Relações Exteriores no governo de FHC, Celso Lafer, procurou explicar sinteticamente como funcionaria na época do regime autoritário esses canais de participação limitados e controlados. Segundo ele,...

...o Conselho Monetário Nacional e a Comissão Interministerial de Preços constituíram os pontos privilegiados, no aparelho estatal, para a ligação entre os interesses dos setores privados e as políticas oficiais e para a barganha inter-burocrática.³¹⁶

De acordo com a linha teórica de FHC, o caráter burocratizante e autoritário não é um pressuposto exclusivo do poder constituído no pós-64, mas é antes de tudo uma tradição política reproduzida desde os longínquos tempos coloniais. Ao estudar a questão da origem e os caminhos trilhados pelas cidades européias e especialmente latino-americanas, ele sublinha o

³¹⁴ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 38-40.

³¹⁵ Idem, p. 182-184.

³¹⁶ LATER, Celson apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 207.

caráter burocrático da cidade colonial latino-americana e brasileira. A postura subalterna e dependente dos habitantes urbanos em relação aos desígnios da Coroa e de suas práticas mercantilistas, atestam a sua ligação direta e subordinada com as estruturas burocráticas metropolitanas a semelhança de meros funcionários lotados em algum departamento do Estado. Com este tipo de sociedade urbana subalterna ao Estado, poucos são aqueles, geralmente membros da camada dos comerciantes e negociadores, embora em sua maior parte se constituírem em moradores nômades e transitórios, que não se atrelavam a burocracia e pressionavam a câmara municipal para fazer valer os seus interesses. As cidades brasileiras na época colonial se assemelhavam mais a uma cidade de funcionários atrelados e subordinados diretamente a Metrópole do que uma cidade européia constituída de burgueses que lutaram contra o poder dos senhores externos a favor da liberdade política e construíram internamente uma economia onde todos eram iguais juridicialmente. Mesmo com a independência, FHC diz que o quadro não sofreu uma profunda mudança. A cidade continuou como o “nervo vivo” agora do Estado-nação e não se constituiu nas cidades-Estado européias política e economicamente autônomas. O patrimonialismo colonial que subordinava a urbe ao contexto metropolitano é mantido sob os auspícios do pai Estado-Nação e suas pessoas não se constituíram como indivíduos em decorrência do patrimonialismo que as mantinham presas aos tentáculos estatais.³¹⁷

Mesmo no século XX, a mobilização política das massas populares urbanas é obscurecida pela manutenção das organizações políticas e partidárias do Estado patrimonialista que a cooptam para a sua órbita de controle e influência. Isso é favorecido por aquilo que ele (FHC) chama de patrimonialismo católico. Se no meio europeu principalmente protestante – nesta reflexão FHC recorre a Max Weber – fomenta-se o indivíduo como ser politicamente ativo e responsável individualmente, aqui se pensa no coletivo. Há uma instituição, a Igreja Católica, que ajuda a fundir o indivíduo ao seu corpo místico, permitindo ao indivíduo o alívio de suas culpas por determinadas práticas realizadas institucionalmente pela Igreja, como a confissão e absolvição, instrumentos para a conquista da salvação. A transferência dessa

³¹⁷ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 145-147.

construção simbólica e ideológica para o Estado, na visão de FHC, facilmente aconteceria e de maneira semelhante remeteria a figura do pai benevolente.³¹⁸

Durante o regime burocrático-autoritário, FHC quer demonstrar que o Estado assumiu para os militares essa função promovedora do bem coletivo quando aumenta a sua regulação econômica e favorece a expansão das empresas estatais de maneira a diminuir as conseqüências ruins trazidas pelas multinacionais relativas aos interesses da nação. É o Estado defensor da nação contra os males que o advento do capital monopolista traria fora da sua vigilância e controle.³¹⁹ De acordo com esse ponto o tecnicismo verificado nas ações governamentais é, na visão de FHC, um vetor que torna “as questões políticas básicas” como “questões de Estado” e que, nesta medida, estão no âmbito exclusivo dos técnicos e burocratas controladores da esfera estatal. Esta é a razão pelo qual faz pensar em maneiras, FHC chama de contrapesos, que partindo da separação entre o plano político do plano civil, que valoriza o indivíduo, abram o caminho possível para a democratização. É necessário enfocar politicamente o indivíduo como ente autônomo do que enxergá-lo diminuído ou melhor anulado dentro de um coletivo, coisa que o regime atual, pós 64, como exemplo de uma grande estrutura burocrática não vê pela ausência de contrapesos a tendência autoritária. Este é o caminho para se evitar, na análise proposta por FHC, a transformação da participação política das classes dominadas como mero formalismo numa eventual situação de democratização futura.³²⁰

Outro aspecto, apresentado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, que reforça o patrimonialismo na política brasileira é o patrimonialismo senhorial, a dependência das camadas dominadas como escravos e homens livres ao mando particular do senhor. Neste trabalho, citado por FHC, a autora comenta que os homens livres não tiveram o mesmo papel social dos servos e vassalos europeus. “Em vez da vassalagem e servidão, submissão. Em vez do protesto social, a coragem pessoal.” De maneira que, segundo Franco, os homens livres não sustentavam sua existência no setor “mercantil da economia”, mas a sua

³¹⁸ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 154.

³¹⁹ Idem, p. 180.

³²⁰ Idem, p. 185-186.

vida e ascensão social se davam pelas dádivas de seus superiores, os senhores. Portanto, o caráter patrimonialista destruiu qualquer perspectiva de fomentar historicamente uma classe social autônoma e capaz de lutar pelos seus interesses relativos a uma vida melhor, constituindo antes um tudo social de baixo do mando e favores senhoriais. Este caráter é uma das especificidades do conceito de modo colonial de produção capitalista criado por FHC.³²¹

O modo colonial de produção capitalista é um conceito que explicaria para FHC o problema da aparente incompatibilidade da escravidão no Brasil ou das relações servis presentes em outros países latino-americanos com o capitalismo mercantil sem recorrer às teses formalistas que explicavam o fenômeno pelo feudalismo. Segundo ele, o capitalismo ao se desenvolver na Europa Ocidental resultou em algumas regiões do globo o ressurgir de “velhas estruturas produtivas”, como na Rússia a servidão e no Novo Mundo a escravidão. Estas velhas estruturas só têm em comum a forma com os modos de produção que existiram no passado, pois servem como resposta necessária ao desenvolvimento do capitalismo e comercialização a nível internacional. Se essas formas arcaicas limitaram para FHC o desenvolvimento do capitalismo nestas regiões, não deixaram de estar intrinsecamente correlacionadas com o processo de acumulação capitalista no âmbito do centro do sistema.³²²

É importante fazer algumas considerações sobre o modelo explicativo construído por FHC para tentar elucidar a tradição política autoritária brasileira. Considera-se que ele contrapôs a situação política liberal democrático-representativa européia como modelo, onde o indivíduo burguês se constitui no sujeito da prática política, com a situação do autoritarismo no Brasil fomentada pela subordinação do todo social ao controle do Estado, que trazia uma saudável coesão coletiva aos ditames políticos do pai benevolente estatal. Em seguida, FHC constata que os setores da burocracia militar e da tecnocracia que controlam o regime pós-64 reproduzem a missão tradicional do Estado de provedor e defensor dos interesses do todo nação, a coletividade acima do

³²¹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 112-113.

³²² CARDOSO, op. cit., 1975, p. 107-109.

indivíduo, que poderia ser demonstrada pelo caráter neutro (apolítico) das ações governamentais implementadas “evidentemente” técnicas e científicas que estimulam, portanto, o crescimento produtor do bem coletivo. A terceira consideração revela que o conceito chave para se superar a atual situação de poder burocrático autoritário, herança de um passado, se dará pela promoção do indivíduo como um agente político livre e autônomo – tendo como parâmetro o individualismo liberal europeu – para buscar defender pelos seus próprios meios os seus interesses.

A constatação de FHC que o mundo naquele contexto “aparentemente continuará sendo dominado pelas grandes burocracias”³²³ serve não apenas como crítica, mas o desafia a propor alternativas que diminuam a sua força sobre a esfera social. De acordo com FHC, a construção de contrapesos seria uma maneira de separar o plano civil do plano político de modo a assegurar a liberdade individual frente aos esquemas coletivos apregoados pela grande estrutura burocrática – estatal.

Já na fase política, em fins da década de noventa, o presidente FHC escreveu “Notas sobre a Reforma do Estado” no qual afirma que a tendência verificada no contexto histórico global passa pela reformulação do papel do Estado frente às mudanças ocorridas nas diversas sociedades. Diante da força do mercado como veículo de desenvolvimento econômico se faziam necessárias para FHC ações públicas que realizassem investimentos sociais como resposta a falta de “sensibilidade” do próprio mercado sobre as questões de natureza social. Porém, essa ação pública na sua visão não se confunde com ação estatal ou burocrática. É antes diante da racionalização do mercado uma nova ação pública nascida da reformulação da atuação política e do Estado como ocorreram nos EUA com a Nova Democracia promovida por Robert Reich no governo Clinton que pretende reformar o Estado e no contexto europeu com a alteração do paradigma político do governo exemplificada no novo trabalhismo do primeiro ministro inglês Tony Blair, no pragmatismo do

³²³ CARDOSO, op. cit., 1975, p.185.

socialismo português de Antonio Guterres, no socialismo francês de Leonel Jospin, etc.³²⁴

A principal ideia que FHC quer representar é que o mercado impõe a própria ação estatal burocrática e as tradicionais formas de reivindicação especialmente no contexto europeu limites, forçando novas configurações a ação estatal e social. De que maneira?

Como coloca FHC, o mercado traz uma nova racionalização que “(...) aloca recursos e benefícios sob o imperativo da eficiência capitalista, racionalizadora na técnica organizacional e produtiva (fundindo ciência, tecnologia e organização da produção) e acumuladora de riquezas.”³²⁵

Esse novo contexto global implica a necessidade de se buscarem formas de ajustar o Estado Brasil no “diapasão do tempo” que não sejam nem da maneira do Estado mínimo neoliberal ou do estilo centralizador e burocrático como estão, guardada as diferenças, ocorrendo nos EUA e em países europeus como sugere FHC. Implica, pois, a urgência de reformar o Estado que é uma tarefa que o próprio FHC já delineou repetidas vezes como obsessão desde o seu discurso de posse.³²⁶

Então, como seria para FHC essa nova ação pública que marcaria a sua proposta de reforma do Estado Brasileiro para adequá-lo ao contexto global e a força racionalizadora do mercado? A ação pública do Estado se basearia no espírito gerencial e não burocrático – centralizador de maneira a garantir a universalização do acesso a toda população ao serviço público prestado pelo Estado, como saúde e educação, em substituição dos privilégios que beneficiavam uma parcela que se atrelava ao corpo estatal. Na participação ativa e livre de cada indivíduo de maneira a assumir responsabilidades (deveres) e não esperar que o próprio Estado faça essa função ou controle (coopte) a sua participação. Se o Estado para FHC assume direitos é mais importante o indivíduo como cidadão assumir responsabilidades. A forma que o Estado os assumem (direitos) também é nova e sob os auspícios do espírito

³²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Notas Sobre a Reforma do Estado*, In: *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 1998, n.50. Disponível em http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=791

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

gerencial e descentralizador seguiriam de acordo com FHC as seguintes exemplificações: o repasse de verbas assumiria um caráter menos centralizador ao abranger outras esferas de poder que não a federal como a estadual e municipal e ao permitir o seu direcionamento rápido e direto para aquelas instituições em que a participação da sociedade fosse efetiva, a privatização de empresas e, sobretudo, dos serviços públicos no qual o Estado assumiria uma função menos burocrática e mais reguladora ao repassá-las a iniciativa privada; papel este realizado pelas agências reguladoras que seriam exemplos maiores dessa nova diretriz. O Estado deixa de atuar diretamente nos serviços públicos, passando para a iniciativa privada esta função enquanto assume o papel de fiscalizador de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados. É por isso que FHC não aceita as críticas que o colocam como um arauto do Estado mínimo e neoliberal, pois para ele o Estado não se isenta de seu papel apenas assume uma nova forma de assumi-lo.³²⁷

Por esta razão FHC defendia mudanças no serviço público diante da relevância do mercado no contexto global atual que imprime o caráter gerencial e descentralizador nas estruturas estatais. A burocracia e os privilégios, que segundo FHC estariam travestidos de direitos, deveriam ser substituídos por critérios de eficiência e meritocracia. O fim da estabilidade e a possibilidade de demissão diante de provada inépcia³²⁸ coroariam a marca desse novo serviço público prestado pelo Estado gerencial e descentralizador que, nos olhos de FHC, aproximariam o Brasil a racionalidade imposta pelo mercado na realidade global.³²⁹

Retomando a sua “fase mais teórica e intelectual”, a incompatibilidade do capitalismo de se desenvolver nos países periféricos dada pela estreiteza do mercado é outra tese equivocada defendida por muitos intelectuais de esquerda questionada por FHC em “Autoritarismo e Democratização”, através do dinamismo econômico promovido pelo paradigma chamado por ele de

³²⁷ CARDOSO, op. cit., 1998.

³²⁸ Este termo, que tem o mesmo significado de inaptidão, foi usado por FHC para justificar as necessidades de reformas do serviço público como a quebra da estabilidade, pois os servidores comprovadamente inaptos poderiam ser demitidos e isto conduziria a melhora do serviço público prestado. Idem.

³²⁹ Idem.

dependente associado. Segundo ele, não é necessário defender o socialismo como condição para se atingir o patamar de desenvolvimento econômico e social como queria a esquerda. O capitalismo na sua modalidade dependente associado está realizando na periferia do sistema, como no Brasil e demais países latino-americanos, uma grande modernização econômica promovida pelo capital monopolístico (estrangeiro) em parceria com o capital local, principalmente estatal, formando em consequência uma “burguesia internacionalizada” que se configura na associação ou “enfeudamento” dos empresários nacionais” com os “setores locais dos oligopólios multinacionais” que exige um novo ordenamento da economia e política. De acordo com este novo ordenamento, constrói-se na conjuntura nacional uma estreita ligação do mercado produtivo interno das economias capitalistas periféricas de maneira a responder as necessidades criadas pelas economias capitalistas centrais, onde a implementação das multinacionais em países periféricos tem uma atribuição central no que FHC chama de “internacionalização do mercado”.³³⁰

O novo ordenamento político-econômico dos países periféricos se vincula a divisão internacional do trabalho e as políticas de reorganização do espaço econômico que interessam as empresas multinacionais. Porém, o sucesso do processo de internacionalização do mercado interno verificado pelo dinamismo exportador da economia brasileira não beneficia apenas as multinacionais instaladas no país por se verificar que a maior parte do volume das exportações provinha das empresas locais, apesar das multinacionais controlarem os setores de alta tecnologia.³³¹

No novo modelo que substitui o anterior³³² caracterizado pela substituição de importações³³³ se define na produção associada a capitais

³³⁰ CARDOSO, 1975, op. cit., p. 34-35.

³³¹ Idem, p. 36.

³³² Cardoso no ensaio sobre “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” divide a história econômica brasileira linearmente em “períodos estruturais” como o modo colonial de produção, o desenvolvimento dependente nas fases agro-exportadora (constituída após a independência), substituição de importações (até a década de 60) e a atual “internacionalização do mercado interno”. Idem, p. 117-118.

³³³ Este modelo tem para FHC como ideologia o nacional-populismo anti-imperialista e vigorou até o golpe de 64, caracterizando-se numa política econômica que se fundamentava em investimentos

estrangeiros e na exportação de produtos industrializados, onde as empresas estatais ganham posições estratégicas no novo modelo e estão associadas aos capitais estrangeiros. Este modelo dá as indústrias locais estatais uma autonomia relativa. Assim, têm-se...

Em vez do nacional-populismo anti-imperialista, um nacional-estatismo que deve purgar os pecados do padrão objetivo prevalecente de associação crescente com os capitais forâneos [externos], da dependência do mercado externo e do financiamento externo crescente, como indica o aumento acelerado da dívida externa.³³⁴

Para FHC, esta é a ideologia fundamental de alguns setores da sociedade que controlam e se beneficiam do Estado burocrático-autoritário como a “burguesia de estado”, funcionários, técnicos e militares.³³⁵ A burguesia de estado é um termo formulado por FHC que apesar de ser contraditório dá inteligibilidade a faceta empresarial do Estado burocrático autoritário. Essa camada corresponde a um grupo que controla “politicamente os aparatos estatizados de produção das empresas estatais sem possuí-las, as mesmas são bens públicos, e “que servem de suporte para a acumulação capitalista”.³³⁶

Não houve uma destruição da burguesia “nacional” como viam os autores das teses equivocadas (esquerdistas), mas sim, seguindo as preposições de FHC, a morte da ideologia “nacional populista” supostamente capacitada em dar a burguesia nacional a liderança política via eleições para a implementação de uma revolução social como base para se criar as condições de desenvolvimento de uma nova economia capitalista autônoma, desenvolvida e imperialista. No entanto, quando a ideologia nacional-populista deixou de

estatais na indústria de base e na substituição das importações de bens de consumo popular e que foi de fato geradora de empregos, favorecendo o aumento real do salário mínimo e em conseqüência a ampliação do consumo de massas. Porém, FHC diz que estes ganhos salariais eram corroídos pela inflação constante que beneficiava os setores burocráticos e empresarias. Daí o fomento de campanhas político-salariais engendradas e estimuladas pelas lideranças populistas e do aparelho político que reforçavam o mito da promoção da “ativação da sociedade”, em que as massas populares participariam sócio-politicamente. CARDOSO, op. cit., 1975, p. 72.

³³⁴ Idem, p. 48.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem, p. 40-41

servir aos interesses, a burguesia brasileira local não hesitou em abandoná-la.³³⁷

Ao constatar a expansão do Estado ou “estatismo expansionista” dado pelo dinamismo verificado nas empresas estatais impulsionadas pelas condições de dependência associada, FHC procura lançar um problema. O Estatismo expansionista traria esperanças para o desenvolvimento social e político?³³⁸

O crescimento do mercado interno brasileiro num quadro de achatamento salarial se explica unicamente pelas características do mercado consumidor. De acordo com FHC, a economia na atual fase de desenvolvimento do capitalismo não depende do consumo da maioria (de massa), mas do consumo capitalístico. O consumo capitalístico é aquele que se dá no âmbito das classes médias e altas com renda elevada que as tornam capazes de consumir³³⁹ e também além desse âmbito, englobando também empresas e o próprio Estado.³⁴⁰

Mas, FHC sem negar a retração salarial quer ressaltar que está ocorrendo certo dinamismo social trazido pelo modelo nacional – estatista associado que, se não está integrando de maneira a diminuir as desigualdades regionais, traz uma redistribuição mais equânime da renda. É possível então a ocorrência de um processo de absorção parcial de “grupos sociais” no desenvolvimento capitalista e em tentativas de abertura social.³⁴¹ Há dados utilizados por FHC que demonstram que houve uma expansão do emprego urbano e industrial e corroboram com a absorção parcial.³⁴² Todavia, essa abertura social é tímida e falsa por se limitar as classes médias e em medidas simbólicas, como a extensão de direitos sociais as empregadas domésticas urbanas e a participação dos trabalhadores em fundos de capitalização como remédio para diminuir as desigualdades provocadas pelo achatamento salarial, as massas populares que são cooptadas (controladas) de cima para baixo pelo

³³⁷ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 126.

³³⁸ Idem, p. 41.

³³⁹ Idem, p. 50.

³⁴⁰ Idem, p. 32.

³⁴¹ Idem, p. 130.

³⁴² Idem, p. 50

Estado. E ainda, FHC afirma que a sua afirmação sobre a abertura social é apenas uma maneira de reforçar a crítica as teses formalistas que atrelam o regime implementado pela burguesia associada e o Estado como estimulador da estagnação econômica e repressão social.³⁴³

Entretanto, no âmbito propriamente político, é necessário que o regime burocrático – autoritário abra “avenidas” para a participação popular para que a “sociedade industrial de massa” se expresse ou então no futuro o mesmo cambiará para um autoritarismo crescente e anacrônico, como quer FHC.³⁴⁴ Além disso, não existem limites econômicos ou conjunturais³⁴⁵ que expliquem para FHC a manutenção do atual quadro autoritário, mas apenas políticas vindas de um grupo que se enraizou “no aparelho do Estado” em prol de seus interesses pessoais favorecidos pelo atual quadro de imobilismo político. Grupo este que acaba por pressionar e defender politicamente a manutenção do status quo.³⁴⁶

Segundo FHC, o dinamismo social promovido pelo desenvolvimento econômico dependente associado é o fator central para um futuro democrático efetivo no Brasil. Com ele novos grupos sociais³⁴⁷ completamente distintos da cooptação do Estado e nesta medida autônomos e independentes são um claro sinal de uma diferenciação que se forma entre a esfera política e a sociedade civil. São eles que ao não se sentirem representados pelo “Pacto de Dominação” atual capacitam “alternativas de organização política” diferentes ao próprio autoritarismo. Assim, a esperança de FHC para uma efetiva democratização reside na constituição de um “arranjo” político, conduzido por

³⁴³ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 130.

³⁴⁴ Idem, p. 236.

³⁴⁵ FHC entende que no contexto 63/64 a política autoritária de fechamento dos canais reivindicatórios populares foi necessário para um novo processo de acumulação. Mas não havia mais em 1974, como ele acreditava, um contexto externo que dava sentido a guerra subversiva e sustentava a doutrina de segurança nacional do regime, devido à redefinição da guerra fria. Idem, p. 230.

³⁴⁶ Idem, p. 237.

³⁴⁷ Segundo FHC, “estes novos grupos são a massa trabalhadora urbana, os segmentos técnicos do funcionalismo e das empresas que não se solidarizam com o regime, alguns setores das próprias empresas do Estado e da burocracia que dissentem da linha econômica seguida, a baixa classe média urbana, o estudantado universitário em expansão, etc.” Idem, p. 220.

baixo através da sociedade, que não reproduz o elitismo e o autoritarismo presentes na tradicional modelo conhecido no Brasil como modernização conservadora.³⁴⁸

Tem-se a resposta para o paradoxo colocado por FHC em relação ao pensamento político brasileiro. Ou se pensa como os autoritários que vêem o Estado mediador que encobre as classes e seus interesses em favor da coordenação de um organismo coletivo ou como os liberais numa utopia representativa sem cidadania que espera a resolução dos problemas sociais e políticos brasileiras apenas pela imposição de cima para baixo do modelo representativo liberal.³⁴⁹ A solução, como se viu em seu pensamento, se encontra com o dinamismo social promovido pelo desenvolvimento capitalista que fomenta novas classes autônomas ao Estado e capazes de pressioná-lo sem estar no seu âmbito de cooptação e controle.

Em resumo, o sistema político brasileiro para FHC tem duas faces: “a que expressa a agregação de interesses sociais e econômicos de uma parte da sociedade civil e a que resolve pela cooptação elitista os interesses corporativos da outra.”³⁵⁰

Sua apologética teórica em favor do capitalismo dependente associado, não apenas fator de dinamização social mas também veículo fomentador da democratização, por meio dos novos grupos autônomos da sociedade civil, precisa como condição básica criar formas políticas que superem o sufocamento pelo Estado burocrático – autoritário dos canais de expressão e participação social e popular. De forma que a legitimação do conflito e da discussão no âmbito político é o único caminho possível de acordo com FHC para romper com a tradicional política brasileira de valorização do “consenso coletivo”.³⁵¹

Para que essas condições se concretizem FHC coloca que...

“O argumento que estou sustentando aqui é de que as contradições existentes no próprio sistema de poder acabarão por fazer ruir este tipo

³⁴⁸ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 219-221.

³⁴⁹ Idem, p. 177-178.

³⁵⁰ Idem, p. 233.

³⁵¹ Idem, p. 232-233.

de racionalização do imobilismo burocrático-repressivo, se a eles se juntar a pressão dos grupos e classes que estão fora do Bloco de Poder...³⁵²

As “reivindicações específicas” e a “consciência de interesses” da face não cooptada da sociedade civil pelo estatismo burocrático – autoritário, podem ser sensibilizadas politicamente através da “intersecção entre os objetivos de igualdade social real e de liberdade concreta³⁵³” que trará um desdobramento capaz de levar a participação política dos atualmente excluídos, onde a posição política das oposições (“de esquerda ao centro”) no contexto do início dos anos setenta não via com clareza. Ela encontra-se presa em visões ideológicas equivocadas e distantes das preposições e interesses políticos e sociais da sociedade civil.³⁵⁴

E ainda conclui na última página do livro onde de fato estariam as suas esperanças quanto à democratização efetiva do país.

... para realmente se chegar à institucionalização de uma ordem isenta dos riscos do totalitarismo: uma ordem compatível com uma real democratização que parta da diversidade e da heterogeneidade e busque formas de convivência racional efetivamente arraigadas em valores capazes de criar uma Nação, tolerando e legitimando os conflitos.³⁵⁵

Em suma, a esperança nas preposições de FHC para a diminuição dos graves problemas sociais brasileiros reside no aspecto propriamente político de efetivação da democratização do país, de maneira a reduzir o patrimonialismo estatal constituído na época e tradicionalmente enraizado no pensamento político e social brasileiro, vetor autoritário de controle e manipulação das massas populares. A democracia seria efetivada pela ação política de alguns setores da sociedade civil autônomos e descontentes, surgidos na conjuntura daquele momento, perante o arcabouço repressor – cooptador do Estado. De

³⁵² CARDOSO, op. cit, 1975, p. 237.

³⁵³ De acordo com FHC, essa intersecção se radicaria em formas de organização e meios próprios de imposição de pontos de vista e interesses. Idem, p. 220.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Idem, p. 240.

maneira que a democracia para FHC dependia da atuação da base social, desses novos autores que seriam a peça chave para pressionar o Estado e suas estruturas, como os partidos, no sentido de produzir em consequência mudanças positivas relacionadas à participação política e justiça social.

O caráter transformador do capitalismo, mesmo dependente em regiões periféricas do sistema como no Brasil, é o dínamo responsável pela possibilidade real de democratização no país que para FHC o Estado implantado no pós 64 ao invés de favorecer a “modernização” empresarial e o seu “caráter de risco” (portanto não regulado pela burocracia estatal) teve em seu lugar o burocratismo do Estado pós 64. De acordo com sua visão, se o regime de 64 “purificou” o modelo anterior das estruturas burocráticas que viciavam e cooptavam a política e principalmente as estruturas econômicas (parasitando-as) não conseguiu se livrar delas, ao contrário combinou crescimento “capitalístico” com regulações burocratizantes autoritárias.³⁵⁶ Assim, para FHC, o fim das regulações burocráticas é a maneira pelo qual a democracia precisa para se instalar em definitivo no Brasil, uma instalação que não virá de cima³⁵⁷ e sim dos movimentos sociais vindos da sociedade civil e críticos livres do estatismo controlador.³⁵⁸

Diante do que foi apresentado, há em FHC o indício de um “espírito burguês” quase de *laissez-faire* que claramente lamenta a oportunidade que o regime burocrático autoritário em suas regulações e controles excessivos sobre a sociedade civil perdeu se permitisse de fato a total liberdade de ação burguesa como “óleo principal” do motor transformador econômico e também sócio-político trazido pelo desenvolvimento do capitalismo, pois se na época não falava muito sobre “liberalização e abertura de mercado” o próprio FHC transmite uma idéia de desregulação e autonomia sobre a ação econômica burguesa. Nesta medida, o desenvolvimento capitalístico e o protagonismo da

³⁵⁶ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 199.

³⁵⁷ FHC dizia no 5º Encontro Nacional de Economia que “as possibilidade de reposta a esse desafio [de reduzir a pobreza e realizar a redistribuição de renda] dependem menos da imaginação social criadora da tecnocracia (se é que essa imaginação existe) que de um processo político mais aberto, que permita a articulação, a mobilização e a expressão de interesses conflitantes, em particular daqueles hoje marginalizados”. CARDOSO, apud MARKUN, op. cit., p. 117.

³⁵⁸ CARDOSO, op. cit., 1975, p. 199.

liderança burguesa fomentam o modelo de FHC de revolução social capaz de levar a democratização pela ativação da mobilização social, no qual ele toma para si e projeta a sua ação política.

A visão política de FHC se altera tempos depois quando percebe que não adianta apenas esperar a pressão da mobilização da base pela necessidade de ocorrerem mudanças por dentro do aparelho estatal; mudanças que só seriam efetivadas pela participação direta na política como demonstra em um embate com Franco Montoro na convenção do MDB (Movimento Democrático Nacional) na época da sua (de FHC) candidatura ao senado em 1978. Neste embate a discussão se pauta no distanciamento da cúpula dos partidos e a base (a sociedade civil).

... acho que ambos os partidos, todos os partidos se afastaram realmente da sociedade. Devemos reconhecer que mesmo o nosso partido esteve a reboque dos acontecimentos em certos movimentos – por exemplo, os trabalhadores, ao revogarem na prática a lei de greve, estiveram à nossa frente. O que temos de fazer é nos esforçar para continuar a ser o que somos, o canal político para levar adiante o processo de transformação da sociedade.³⁵⁹

Em 1981, a segunda parte do artigo “Regime político e mudança social: a transição para a democracia”, FHC coloca que a “condição favorável” para a ativação do protagonismo social constitui-se com a implantação da democracia liberal ou mesmo das liberdades democráticas exercidas de fato e não reconhecidas pelas leis. Não bastaria reconhecer o peso da base advinda da sociedade civil sem a formulação de canais de ação e representação políticas de maneira a pressionarem os centros de decisão e poder. Os dois, a base e os canais de participação política, são simultaneamente fundamentais para FHC na efetivação da realidade democrática no Brasil.³⁶⁰

No mesmo artigo, FHC complementa que a partir do fim do milagre econômico de 1974 mudou a base de apoio dos grupos sociais ao regime

³⁵⁹ CARDOSO, apud MARKUN, op. cit., p. 122.

³⁶⁰ Reeditado como capítulo onze do livro “A Construção da Democracia: estudos sobre a política brasileira”. CARDOSO, Fernando Henrique. A Construção da Democracia: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993, p. 264-266.

autoritário, embora as mesmas elites mantivessem o controle sobre o Estado. No entanto, houve também transformações na “superestrutura política” sob o controle dos mesmos personagens que FHC teoriza como decorrente de uma visão estratégico-conservadora.³⁶¹ Não é o intuito aqui aprofundar as questões presentes neste artigo por sublinhar apenas aquilo que FHC chamou de crise de hegemonia, de maneira a complementar historicamente as considerações apresentadas em “Autoritarismo e Democracia”.

O processo de transição política (abertura política) iniciado com Geisel e continuado por Figueiredo, época em que o artigo foi escrito, respondeu para FHC a crise de hegemonia (que demonstra uma quebra na base de sustentação do regime) verificada pela questão política de 1976 – 1977 e a pressão social movida pela Igreja, intelectualidade, advogados etc.³⁶² Essa resposta aconteceu nos termos conservadores por iludir a sociedade numa espécie de participação política que no fundo não desbarata o controle do processo nas mãos do Estado autoritário e de seus setores controladores, principalmente mais próximos aos grandes monopólios e seus técnicos burocráticos do que a alta cúpula militar anteriormente hegemônica.³⁶³ Ficava claro para FHC que o regime estava disposto a realizar mudanças desde que não trouxessem a perda do controle do processo de transição como ocorreu com o Pacote de Abril em 1977.³⁶⁴

O Estado idealizado pela constituição de 1988 que seria o marco da redemocratização do país se configuraria, de acordo com FHC, num “híbrido de tendências heterogêneas” e que poderiam ser, em aspectos gerais, resumidas em três racionalizações: a era Vargas, a da Constituição de 1946 e a do período burocrático – autoritário dos governos militares. Para ele a era Vargas seria marcada pela intervenção no plano econômico, alguma abertura para a “proteção social” na área dos direitos trabalhistas e previdência e “certa desatenção” aos processos democrático – representativos, a da Constituição

³⁶¹ CARDOSO, op. cit., 1993, p.257.

³⁶² Idem, p. 263.

³⁶³ Estas questões estão presentes no artigo “Os anos Figueiredo”, capítulo oito do livro “Democracia: estudos sobre a política brasileira”. Idem, p. 205-210.

³⁶⁴ Idem, p. 191.

de 1946 com “acento” representativos típicos da democracia, e o burocratismo – autoritário do período Militar que³⁶⁵...

... enfatizou a tendência intervencionista no plano econômico (embora absorvendo a presença de capitais privados, sobretudo internacionais) e deu espaço a uma certa tecnocracia desenvolvimentista, mas que, obviamente, retrocedeu nos aspectos democrático-representativos, embora talvez tivesse até acentuado os aspectos de "proteção social" de grupos específicos da sociedade.³⁶⁶

Mas, a principal crítica de FHC à Constituição de 1988 é que seus articuladores não perceberam as mudanças ocorridas na sociedade ao manterem estruturas que refletiam uma configuração social de vinte anos atrás.

367

A afirmação de que a sociedade civil hoje está muito mais ativa do que no passado, não reduz a ação do Estado, mas a modifica. Desde a fase final do regime autoritário, melhor dito, desde o início das lutas pela redemocratização a sociedade brasileira dava sinais de que havia mudado.³⁶⁸

Com base nessa constatação FHC se via comprometido a democratizá-la efetivamente ao garantir a cidadania com a extensão dos direitos civis e sociais a toda a sociedade, retirando a regulação do Estado.³⁶⁹

Em suma, pode-se concluir que FHC via como sua principal missão política a tarefa de livrar o país, especialmente a sociedade, do centralismo burocrático estatal ainda presente, que como nó górdio impossibilitava de fato a concretização da democratização brasileira por atrelar as forças sociais ao modelo burocratizante – estatal.

Assim, para consolidar a democracia seria necessário, de acordo com FHC, políticas que possibilitassem a sociedade atuar como “protagonista” que hoje teria a tarefa facilitada pelas transformações ocorridas mundialmente,

³⁶⁵ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 7.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ CARDOSO, 2006, op. cit., p. 507-508.

³⁶⁸ Idem, p. 508.

³⁶⁹ Idem, p. 507-508.

trazidas pela globalização cuja marca seria a força do mercado. Esse protagonismo social necessitaria de um novo Estado que não atuasse inibindo a autonomia social pelo controle burocrático ao abrir condições para a sociedade atuar responsavelmente. O grande exemplo da nova atuação desse Estado reformista e promovedor da sociedade como protagonista seria a Comunidade Solidária, no qual seria um programa promovido pelo governo que buscaria “parcerias” (e “não cooptação”) com as parcelas “vivas” da sociedade para enfrentar questões de interesse público.³⁷⁰

Essas diversas questões teóricas levantadas por FHC na sua “fase mais intelectual” fundamentariam a sua atuação na “fase mais política” e teriam a sua obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica” como o principal instrumento de intersecção entre essas duas fases.

Na obra, FHC faz uma crítica as teorias (marxistas) que analisavam o desenvolvimento pelas considerações e efeitos sociais do sistema econômico que não dariam respostas satisfatórias, como, por exemplo, a falta de uma compreensão melhor da estrutura social de dada sociedade, do processo de sua formação e da forma de atuação das forças sociais que pressionariam para manter ou modificar essa mesma estrutura social. Por último, apresenta o uso possível dos tipos ideais para se compreender o desenvolvimento dos países da América Latina a partir da crítica das teorias que usavam esse tipo de metodologia mais de maneira limitada e insuficiente, como aquelas que faziam uso dos tipos de “sociedade tradicional” e “sociedade moderna”.³⁷¹

Segundo FHC, não se pode explicar o desenvolvimento “concreto” desses países com categorias por demais genéricas, sem considerar as particularidades de cada país e seus componentes estruturais, e, sobretudo, pelo “dualismo estrutural” presentes nas teorias que preconizavam que as sociedades latino-americanas caminhariam lentamente da condição de “sociedade tradicional” para a direção de uma “sociedade moderna”, sendo que os atuais países latino-americanos em desenvolvimento como Brasil, México e Argentina estariam numa condição de transição entre as duas categorias apresentadas anteriormente. O desenvolvimento dos países subdesenvolvidos

³⁷⁰ CARDOSO, 2006, op. cit., p. 564

³⁷¹ CARDOSO; FALLETO, 1981, op. cit., p. 16 -17.

(“periféricos” para FHC) teria como parâmetro, segundo essas teorias, as mesmas etapas de desenvolvimento passadas pelos países desenvolvidos, chamadas de “centrais” na visão de FHC. Portanto, nesses termos apresentados por FHC, o desenvolvimento dos países latino-americanos deveria superar o “atraso” em relação aos países centrais e permitiria que no futuro “as pautas dos sistemas político, social e econômico” dos últimos ocorressem também nos primeiros.³⁷²

A forma possível de se utilizar essa metodologia em tipos de sociedade seria possível “a partir das formas concretas [históricas] adotadas pelas diferentes fases do processo de desenvolvimento”.³⁷³ Dessa problematização, FHC constrói alguns tipos ideais – como “economias de entrave”, “sociedade com produção controlada nacionalmente”, “capitalismo de desenvolvimento associado”, por meio de uma leitura da conjuntura histórica de alguns países latino-americanos, que permitiriam aludir a formação e a atual situação de desenvolvimento e dependência. Tal tipologia possibilitaria na visão de FHC compreender as etapas estruturais reais de desenvolvimento percorridas pelos países latino-americanos que partiriam basicamente da etapa “colonial de produção”, passando pelas fases de desenvolvimento dependente “agrária exportadora”, “substituição de importações e consolidação do mercado interno” e culminando com a fase de “internacionalização do mercado interno”; estas intercaladas por “períodos de transição”.³⁷⁴

Todavia, a mudança ou melhor transição de cada tipo estrutural para outro não pode ser explicado de maneira acumulativa como se novas “variáveis” se incorporariam a configuração estrutural. Mas implica, nas palavras de FHC, “num processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor no conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria.”³⁷⁵ Portanto, o desenvolvimento para ele é um processo social.

³⁷² CARDOSO; FALLETO, 1981, op. cit., p. 17- 19

³⁷³ Idem, p. 18.

³⁷⁴ Idem

³⁷⁵ Idem, p. 18.

Das etapas de desenvolvimento preconizadas por FHC, aquela que interessa ao trabalho é a de “Internacionalização do Mercado”. Nesta última etapa, o processo de desenvolvimento é explicado nos países periféricos por duas dimensões a interna e externa que se influenciam mutuamente e determinam os seus fatores histórico-estruturais.³⁷⁶ Além disso, essas dimensões se expressariam na visão de FHC...

(...) no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social.³⁷⁷

Têm-se, portanto, a base teórica para se estabelecer aquilo que FHC chamou de “análise integrada do desenvolvimento” que seria uma abordagem teórico – metodológica capaz de determinar as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito da nação e é dada pela ação dos grupos sociais que integram na realidade a esfera econômica à política.³⁷⁸

Como procura demonstrar historicamente FHC, os países latino-americanos, que desde os tempos de vigência do pacto colonial tinham as suas economias e seu sistema político atrelados às suas respectivas metrópoles colonizadoras, sempre tiveram suas economias de caráter periférico vinculadas externamente aos países capitalistas hegemônicos centrais, mesmo após a conquista da autonomia política trazida pela independência desses países. Essa vinculação, chamada de dependência, se manteve ao longo da história, apesar de assumir novas roupagens de acordo com as mudanças das estruturas internas e externas e as forças sócio-políticas atuantes em cada etapa histórico – estrutural.³⁷⁹ Se historicamente a dependência se manteve, as condições atuais impossibilitariam, para FHC, o desenvolvimento autônomo que pressuporia atingir o mesmo patamar alcançado pelos países centrais, devido a dissemelhança de conjuntura que no passado, diante de um mercado capitalista mundial ainda em formação, permitiriam o desenvolvimento

³⁷⁶ CARDOSO; FALLETO, 1981, op. cit., p. 28-29.

³⁷⁷ Idem, p. 37.

³⁷⁸ Idem, p. 31.

³⁷⁹ Idem, p. 35-36.

autônomo dos países centrais. Portanto, as condições econômicas, em consequência da dependência, limitariam a possibilidade política – e é claro econômica – de se buscar um desenvolvimento autônomo nos países periféricos.³⁸⁰

A crítica central desta obra, girava em torno das visões, a exemplo do nacional-desenvolvimentismo, que apontavam o desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas como possível apenas nos moldes de uma economia capitalista autônoma, como defendia a CEPAL na década de 50, no qual FHC procurou demonstrar a sua limitação tanto historicamente quanto nas condições atuais. Mesmo diante de tais condições que desacreditam a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, devido a dependência econômica dos países periféricos em relação aos centrais, há, segundo FHC, capacidade de desenvolvimento ao contrário daquilo que demonstravam as teorias de desenvolvimento autônomo.

No âmbito da economia dependente, esse desenvolvimento produziria, na visão de FHC, “um elevado grau de diversificação da economia”, “saída de excedentes relativamente reduzida” que levaria a reinvestimentos, sobretudo, no setor de bens de capital, “mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário” que permitiria uma distribuição de renda mais equilibrada no setor industrial e, por fim, “um mercado interno capaz de absorver a produção” formado em consequência dos três primeiros fatores.³⁸¹

Se até agora procurou-se se explicar e levantar algumas considerações sobre a fase de “Internacionalização do Mercado”, que implicações têm esta fase para o problema criado que é a intercessão teórica das duas fases da vida de FHC nessa obra. Sobre isso algumas considerações serão feitas.

Segundo FHC, a fase anterior caracterizada pelo desenvolvimento do mercado interno criou uma ilusão da possibilidade de se construir politicamente as bases de um desenvolvimento capitalista autônomo. Isso foi facilitado pelas condições de crise externa do mercado mundial, recém saído de um quadro de guerra, e que favoreceu o Estado, dado insuficiência da burguesia industrial de impor o seu modelo de desenvolvimento liberal, como veículo de

³⁸⁰ CARDOSO; FALETTO, 1981, op. cit., p.32-37.

³⁸¹ Idem, p. 126 – 127.

implementação da industrialização por substituição de importações. Esse modelo de desenvolvimento industrial era uma forma de incorporar os setores populares urbanos e promoveu uma aliança com amplos setores da sociedade (classe média, latifundiários não exportadores, burguesia industrial já existente, etc.) como sustentação política. Mas, tão logo, as condições econômicas das forças produtivas dos centros hegemônicos capitalistas se recuperaram, as contradições internas da ampla aliança política construída em favor desse modelo de desenvolvimento começou a enfraquecer e a estagnação econômica do fácil processo de substituição das importações carente de melhores técnicas, maior acumulação e mais eficiência começou a se evidenciar. O Estado, responsável pelo impulso inicial de industrialização como um manejo político de incorporação das massas populares urbanas, passou a demonstrar seus limites (ou sua incompetência para FHC) como impulsionador deste modelo econômico. A estagnação do modelo somado ao crescente dinamismo dos setores produtivos vinculados (associados como diria FHC) aos capitais externos levaram-no a incapacidade de responder aos desejos hegemônicos dos grupos privados e também a crescente mobilização dos setores populares, especialmente as massas rurais excluídas da aliança, em favor dos seus interesses. Com isso, o modelo de desenvolvimento de substituição de importação e consolidação do mercado interno e assentado no esquema político populista, liderado pelo Estado, não consegue mais resistir as pressões hegemônicas dos setores produtivos.³⁸²

Uma das críticas de Theotônio dos Santos a FHC diz respeito aos limites que a situação de dependência traria para o desenvolvimento do Brasil e que não seriam econômicos e sim políticos. Em “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, FHC procura combater teoricamente as teorias deterministas pela idéia de que para se entender o desenvolvimento faz-se necessário estudá-lo como processo social no qual aos elementos econômicos (internos e externos em relação a cada país) são adicionados em igual importância os fatores políticos e sociais (os grupos ou classes sociais envolvidos no processo) internos que se influenciariam mutuamente, dentro de uma perspectiva histórica particular de cada nação. Para ele, este tipo de

³⁸² CARDOSO; FALETTO, 1981, op. cit., p. 104-108.

estudo chamado de análise global do desenvolvimento aproximaria a teoria da característica multifaceada da realidade e de suas múltiplas explicações.

As estruturas políticas e sociais se modificam na medida que um certo o grupo social se torna dominante e impõe os seus interesses sobre toda a sociedade. A constituição dessas estruturas sócio-políticas é um processo social, mas a sua conservação ou transformação depende de fatores sócio-econômicos que se relacionam com fatores externos no âmbito de um quadro de dependência entre os países periféricos aos países centrais. Diante de tal argumentação, FHC supõe que os fatores políticos internos de cada país são importantes e atuam na definição da estrutura social de cada país, mas é uma influência restringida pelo quadro de dependência econômica externa – que é também influenciado pelos fatores sócio-políticos de cada estrutura interna – decorrente de um sistema produtivo global e de suas características que imprimem a universalização dos mercados e formas de ordenamento supranacionais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Para tanto, o caso do Brasil, e também da Argentina, seria emblemático para FHC por demonstrar como houve naquele contexto a necessidade da reorganização do Estado brasileiro para se adequar a nova situação de dependência que exigira uma maior capacidade estatal de regulamentação da vida econômica como meio de sair da estagnação econômica para a retomada do desenvolvimento. Essa reorganização levaria a substituição do Estado democrático – populista pelo autoritário de caráter empresarial que favoreceu a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes.e assegurou a imposição dos interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade brasileira através da contenção da mobilização das massas. ³⁸³

Caberia, pois, de acordo com a concepção de FHC, as forças políticas e não as econômicas a tarefa principal de favorecer as condições para a consolidação do desenvolvimento econômico necessariamente afinado com as novas condições externas do capitalismo monopolista global. Portanto, não são os agentes econômicos externos os responsáveis pelo atraso no desenvolvimento e a estagnação econômica, mas as condições políticas internas, como por exemplo o corporativismo e o populismo que seriam

³⁸³CARDOSO; FALLETO, 1981, op. cit., p. 132.

características das sociedades tradicionais latino – americanas. A defesa teórica de uma certa limitação a atuação política que embora impossibilitasse, dada a situação de dependência, a construção de um capitalismo autônomo, permitiria, em seu lugar, fomentar políticas que deveriam ser orientadas para o favorecimento total do desenvolvimento trazido pelos investimentos estrangeiros de acordo com o modelo de capitalismo dependente associado.

Assim, como apresenta FHC, os fatores econômicos externos vinculados à dependência em relação às economias centrais impõem restrições a atuação política interna brasileira e de todos os países periféricos latino-americanos e esta situação era para ele um limite intransponível e ponto final, levando José Luís Fiori a considerar a sua visão como uma espécie de “realismo conformista”.³⁸⁴

Conclui-se que o principal elo na teoria de FHC sobre a dependência e o desenvolvimento que entrelaça as duas fases da sua vida é a convicção que as forças políticas, embora sejam delimitadas em sua atuação pela conjuntura externa dependente, devem agir a favor da constituição de políticas em prol da diversificação e desenvolvimento econômico como maneira de superar o atraso e a estagnação econômica, tomando como pressuposto para a consolidação de tal ensejo a visão de que são os fatores políticos internos e não as condições econômicas externas os grandes responsáveis pelo não aproveitamento das possibilidades de desenvolvimento.

Diante das considerações sobre os nexos entre a teoria e a prática política de FHC a partir de sua análise sobre o desenvolvimento e a dependência no contexto latino - americano, acredita-se que este estudo permitiria ainda algumas considerações críticas sobre o seu perfil intelectual visto por algumas representações como “neomarxista” ou “marxista eclético”. As críticas de Theotonio dos Santos sobre as limitações da abordagem explicativa de FHC ajudam a problematização de tal perfil.

Para Theotonio os limites da teoria de FHC sobre a dependência e o desenvolvimento das economias latino – americanas partiriam de cinco pontos. O ponto inicial partiria da tendência de FHC de não considerar em sua análise os efeitos desestruturadores das contradições criadas pela dependência

³⁸⁴ Fiori, op. cit., p. 109.

mundial devido as políticas sociais e o certo grau de absorção de mão de obra nas fases de crescimento que amenizariam a marginalização social e a concentração de renda e poder. O próximo aponta para uma indiferenciação entre as contradições existentes na acumulação capitalista dependente daquelas existentes nos países centrais. O ponto seguinte da análise de FHC consideraria que não haveria problema em conciliar desenvolvimento capitalista dependente ou associado aos regimes políticos liberais e democráticos. O penúltimo ponto apontado por Theotonio, como limitação da abordagem de FHC sobre a dependência, partiria da fundamentação que os regime militares ditatoriais (autoritários – burocráticos para FHC) não eram facistas e poderiam ser substituídos pacificamente por governos democráticos e colocaria como inimigos do desenvolvimento o populismo e o corporativismo, estatal ou das próprias instituições da sociedade civil, retomando para Theotonio as teses que vinham o atraso das nossas sociedades tradicionais e não o caráter do desenvolvimento capitalista as causas do subdesenvolvimento brasileiro. Por último, a consolidação da democracia no país não dependeria do rompimento da situação de dependência, da destruição do poder hegemônico do capital monopolista e muito menos de reformas sociais, como a reforma agrária.³⁸⁵

Existe na análise de FHC a ausência de conceitos marxistas como “superexploração da mais valia e do trabalho”, “imperialismo” e principalmente “luta de classes” que são amplamente utilizados pelas teorias críticas para apontar os efeitos sociais nefastos da situação de dependência enfrentados pelos países latino-americanos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, trazendo como consequência a amenização dos efeitos sociais no seu estudo sobre o desenvolvimento e dependência. Em seu lugar, há um esforço teórico que procura conciliar dependência, desenvolvimento e democratização.

A conciliação dessas três categorias se verificaria, para FHC, estruturalmente como processo no qual se articulariam as classes sociais, após a consolidação de um projeto de dominação pelas classes ou grupos dominantes, e os elementos externos em favor de um processo de desenvolvimento que trariam benefícios econômicos, como a industrialização e

³⁸⁵ DOS SANTOS, op. cit., p. 143-144.

a diversificação da economia, e sociais, que resultaria em mais ofertas de empregos e a incorporação de parte expressiva das massas populares. Portanto, o antagonismo de classe, os interesses contraditórios e a exploração das classes dominantes sobre as dominadas seriam destituídos de valor teórico em prol de uma integração social para o desenvolvimento dependente e associado com os centros hegemônicos do capital monopolista internacional.

Ao contrário da visão de algumas representações, o perfil metodológico do intelectual FHC, da maneira como se apresenta na análise sobre o desenvolvimento e a dependência não é marxista e muito menos marxista eclético ou neomarxista. O mesmo ocorre em “Autoritarismo e Democracia” quando se percebe a ausência de categorias como “luta de classes” e da “superexploração da mais valia e do trabalho” que façam qualquer vinculação entre a situação de desenvolvimento capitalista dependente e as condições sociais brasileiras cada vez mais excludentes e concentradoras de renda. Em seu lugar, FHC apresenta a defesa da democratização política em si mesma como fator possível de retorno da democracia e, sobretudo, de construção de uma sociedade mais justa a partir de políticas voltadas para esse fim.

Por fim, nas análises que se utilizam dos tipos sociais de sociedade tradicional e sociedade moderna para se referirem as sociedades latino-americanas, FHC procura, mesmo considerando essas tipologias sociais, trazê-las para a história de maneira a torná-las menos abstratas. É necessário, então, problematizar esses tipos ideais de forma a permitir a compreensão do sentido daquele tema que se procura estudar (o desenvolvimento e dependência), a fim de compreender a multiplicidade de causas e fatores presentes na realidade social, a semelhança da proposta metodológica weberiana.³⁸⁶

A semelhança de Weber que criticava em seus trabalhos o materialismo histórico pela redução da causalidade histórica aos processos materiais e tipos de produção a partir da sua discussão centrada na visão marxista de seu

³⁸⁶ Essa mesma crítica as teses marxistas sobre a teoria da dependência, Weber faz aquelas do seu tempo e procura responder ao determinismo econômico das mesmas com a prática teórica de “relacionar formas de organização social e de consciência a processos econômicos”. KOCKA, Jürgen. “Objeto, conceito e Interesse”. In GERTZ, René E (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34.

tempo e ausente sobre os escritos do próprio Marx, FHC também acusou, segundo Theotonio dos Santos, aos críticos marxistas sobre a teoria da dependência como um mero expoente do determinismo econômico por considerarem a marginalização crescente de parcela da população, a concentração de renda, o envio de remessas de lucros das regiões dependentes para as centrais, dentre outras premissas, como “componentes intrínsecos da situação de dependência.

As considerações weberianas sobre a burocracia influenciaram a crítica de FHC em relação a burocracia estatal brasileira. Segundo Weber, a implementação do capitalismo industrial nas sociedades européias daquele contexto e o fomento da democracia de massa seriam marcados pela burocratização que tenderia a valorização da meritocracia (a realização de uma tarefa independe da posição social ocupada pelo funcionário) e a destruição dos privilégios consangüíneos³⁸⁷, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, necessita da realização de exames de aferição técnica para o ingresso nas carreiras burocráticas que estimula a valorização de certos títulos educacionais adquiridos a partir desses exames – que conseqüentemente remete a vantagens econômicas para aqueles privilegiados que o possuem. Desta maneira, a burocracia tenderia a se fechar em si mesma como um estamento que se beneficia dos privilégios concedidos pelo diploma. Há, portanto, para Weber nas sociedades capitalistas burocratizadas modernas uma permanente tensão entre a democracia e o caráter estamental da burocracia.³⁸⁸

O caráter estamental da burocracia visto por Weber influenciou as considerações de FHC sobre a burocracia estatal brasileira e seus efeitos sociais. Respeitando o limite dessa aproximação, lembrando que Weber analisava a burocracia ocidental européia dos primórdios do século XX e que se fundamentava na meritocracia e na burocracia brasileira há tradicionalmente relações clientelísticas e ausência de uma tradição democrática, o caráter estamental da burocracia fez FHC ver a burocracia brasileira essencialmente fechada em si mesma nos seus interesses (agravada pelo clientelismo) e como um dos principais expoentes para se explicar o autoritarismo e a exclusão

³⁸⁷ Weber, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 260-264.

³⁸⁸ *Idem*, op. cit., p. 277-282.

social pela falta de políticas de fato de interesse público – as mesmas tinham interesses privados que satisfaziam apenas os grupos próximos ao Estado e principalmente a burocracia. O enclausuramento do Estado e de sua burocracia frente a sociedade se evidenciaria com o advento do regime burocrático – autoritário. Além disso, na interpretação de FHC, o controle corporativo sobre as classes realizado pelo Estado não favorecia as mesmas e sim, em última instância, aos interesses de seus controladores: fundamentalmente a tecnocracia e a burguesia atrelada ao Estado.

O perfil teórico do intelectual FHC extraído dessas obras é, portanto, de inspiração weberiana e o faz valer dos seus conhecimentos sobre Weber para fundamentar suas análises em relação ao autoritarismo e a democracia e o desenvolvimento dependente, em contraposição às análises marxistas criticadas em suas premissas deficientes (vistas por ele como deterministas) na explicação real do desenvolvimento e dependência.

Diante desse perfil intelectual weberiano e com premissas teóricas completamente distintas e críticas daquelas marxistas da esquerda, vistas como equivocadas ou deterministas, o intelectual FHC, na sua segunda fase de sua vida, se inscreve na política e procura representar-se numa postura política reformadora e que se aproximaria dos desejos de mudança presentes na sociedade. O grande trunfo seu, segundo FHC, foi o Plano Real que estabilizou a economia e foi uma ação política resultante de uma tomada de decisão sua e de toda a equipe econômica a partir da constatação “de que a sociedade estava cansada da inflação”. E ainda, para ele, a diferença do seu plano para todos os outros que o antecederam residia no fato de que “explicávamos passo a passo, o que ia acontecer”.³⁸⁹

Segundo FHC, embora o clima inflacionário não conduzisse ao quadro de hiperinflação, devido à indexação que freava a fuga de capitais, o mesmo trazia para o governo sérias dificuldades que levavam a desagregação do conjunto da sociedade pela impossibilidade de se fazer “planejamento” e “vislumbrar um horizonte e, portanto, a administração, o que desagregava o

³⁸⁹CARDOSO, Fernando Henrique. *Pronunciamento do Exmo. Sr. Presidente da República - Fernando Henrique Cardoso*, In: *O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização* – Posfácio. Brasília: IPEA/CEPAL, 1999, p.243-244.

conjunto da sociedade”, colocando em risco a própria governabilidade³⁹⁰. Aqui ele quer estabelecer um quadro em que a economia inflacionária traria reflexos sobre a ingovernabilidade na política.

As conseqüências gerais e importantes para o trabalho da estabilização promovida pelo Plano Real e a abertura econômica aos investimentos estrangeiros concedida pelo governo são duas para FHC. A primeira é a reestruturação do setor produtivo brasileiro que reage a nova situação de forma consonante ao que está ocorrendo internacionalmente. A segunda é a necessidade de reformas no setor público para retirá-lo do quadro “empantanado”, expressão usada por FHC que sinaliza um atolamento do Estado que não consegue ir adiante à adequação a nova conjuntura internacional.

O importante aqui é trazer as palavras “coesão” que FHC utiliza em “Notas Sobre a Reforma do Estado” e “desagregava” usada no “Posfácio”. Elas são indícios que apontam para uma questão maior e fundamental para se pensar o problema apresentado neste capítulo sobre a suposta afinação de FHC com as propostas políticas conservadoras que estariam escondidas por detrás do “cientificismo” teórico (não ideológico) e da prática política de centro, interligadas pela coerência entre as duas fases da vida de FHC.

Na sua fase mais intelectual, FHC reconhecia a tendência existente no Brasil e no mundo de um fortalecimento do Estado nos moldes centralizador e burocrático. Para a realidade brasileira na sua concepção isso seria um fator preocupante que impossibilitava a efetiva democratização. No entanto, já existia naquela época o fortalecimento de agentes sociais autônomos em relação ao centralismo estatal que na visão de FHC seriam a possibilidade real de democratização do país. Os limites de sua visão ficaram claros para ele quando percebeu que o caminho para libertar a sociedade brasileira das amarras do autoritarismo burocrático só aconteceria de dentro de suas próprias estruturas políticas – recorda-se aqui que o processo de abertura ocorreu sobre o controle do próprio regime. Assim, FHC decide participar diretamente na política para ajudar as próprias instituições no longo processo de redemocratização.

³⁹⁰ CARDOSO, 1993, op. cit., p. 244.

O envolvimento direto de FHC na política interpreta-se também como uma possível percepção sua de que o envolvimento direto na política era uma forma de assegurar e ampliar o alcance social da sua militância teórica em favor da democracia. Ele ocorreu simultaneamente com a tendência de perda do “status” político vivenciada pelos intelectuais que remete às considerações de Jacob Russel sobre os intelectuais contemporâneos em largarem a ação pública e política para se voltarem a um academicismo universitário e que no Brasil foi fortalecida pela existência de um quadro de atomização universitária promovido pela ditadura militar. Essa tendência foi amenizada nos tempos áureos do Cebrap em que a sociedade carecia de meios de representação e expressão, dada as circunstâncias políticas autoritárias, e seus intelectuais assumiram a posição de porta-vozes sociais críticos perante ao regime. Tão logo o processo de redemocratização tomou força, a reativação dos canais representativos e de expressão social reconduziram os intelectuais a situação de “ostracismo político-social” no qual estavam sendo submetidos. Com isso o intelectual de influência pública e política perdia espaço cada vez mais para o intelectual especializado e voltado para uma ação estritamente acadêmica. Diante desse quadro, FHC teria tomado a decisão de se envolver diretamente na política para garantir as suas pretensões pessoais e políticas em favor da democratização, eliminando os riscos de perda de alcance social e importância política.

Mas, para ele como ficou claro no seu discurso de posse como Presidente da República era necessário transformar muitas coisas que o Estado mesmo após a Constituição de 1988 não mudou. Se o mesmo garantiu a liberdade, não assegurou o desenvolvimento econômico e muito menos a justiça social. Se, de acordo com FHC, as inovações ocorreram através dos agentes sociais como os empresários e trabalhadores que souberam transpor as dificuldades surgidas no processo histórico, faltava trazê-las para a esfera pública e estatal. A sua missão como presidente era audaciosa e anunciava uma “ampla reorganização da máquina do governo” para livrá-lo dos “velhos esquemas ideológicos” e adequá-lo as necessidades do país em consonância com o rumo da História para efetivar de vez a democracia no Brasil e o crescimento econômico sustentável. Apesar de ampla essa reestruturação

aconteceria lentamente sem rupturas bruscas característica que FHC atrelava a todo Estado responsável.³⁹¹

Se no mesmo discurso FHC enfatiza o quanto a sociedade soube inovar para se adequar as situações mais adversas, há ainda questões que precisariam ser resolvidas como maneira de garantir a consolidação da democracia através do crescimento econômico sustentável e da superação das injustiças sociais. O foco central é a expressão “empantanado” usada no “Posfácio” para elucidar o quadro naquele momento do setor público (estatal) que ainda estaria preso a velhos esquemas dissonantes com a realidade global e pregados a privilégios e vícios políticos autoritários (clientelismo e fisiologismo) como sinaliza em seu discurso de posse.

O Plano Real para FHC foi a primeira condição para efetiva democratização do país. De acordo com ele, o Plano garantiu ao eliminar a inflação uma melhoria de vida dos mais pobres, diminuindo a exclusão. Em segundo, possibilitou dada a estabilidade econômica, configurar as condições para o desenvolvimento econômico sustentável do país. E, por último, viabilizou um horizonte visível de planejamento que garantiu a governabilidade e afastou o perigo da desagregação que poderia conduzir a uma anarquia social, principalmente diante de um curto-circuito. A coesão social em torno das propostas políticas e econômicas trazidas pelo Plano foi um sinal de como a sociedade estava cansada da situação inflacionária que beneficiava poucos e excluía muitos e deixava o governo sem rumo certo. Em suma, se a inflação desagregava a todos o Real trouxe coesão política e social por ser a resposta necessária tanto desejada à solução do problema.

A crítica às ações políticas realizadas pelo intelectual presidente FHC foram sempre muito mal recebidas por ele. Numa arrogância e impaciência como demonstrada em várias ocasiões FHC se referia as mesmas como “ideológicas”, “vanguarda do atraso situações”, entre outras. Essa postura de FHC em relação aos críticos sempre associados a movimentos e partidos de esquerda tem implicações que merecem ser verificadas.

³⁹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de Posse da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Governo Fernando Henrique* Cardoso. Brasília, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM

No “Posfácio”, ele acusa duramente os críticos de “manter o status quo” e proteger por detrás do discurso de defesa dos interesses populares os “desmandos do passado” clientelístico e fisiologista, sendo, portanto, agentes da vanguarda do atraso.³⁹²

Para FHC, ao contrário dos opositores, a defesa dos interesses públicos sempre estaria presente na sua política mesmo diante das críticas da oposição à Reforma da Previdência que acentuavam a sua impopularidade e mobilizavam grande parcela da sociedade a se posicionarem contra a sua realização. A sua resposta aos críticos, principalmete de esquerda, apontaria para o cansaço dos congressistas diante de tanta reforma, resultando numa pressão cada vez mais forte do governo por sua aprovação. A demora e a pressão do governo foram as principais responsáveis, segundo FHC, pela impopularidade das reformas, deixando a impressão que as mesmas eram impopulares e destituídas de interesse público. Ele pôs até em dúvida a popularidade das reformas, mas nega privilégios e interesses privatistas por detrás delas.³⁹³

Em outro momento ao responder as críticas da oposição feita pela esquerda sobre a atuação e efeitos práticos da Comunidade Solidária, o presidente FHC mantém o mesmo tom e conteúdo as mesmas, apesar da mudança de algumas palavras.

Como poderia o conjunto de propostas [feitas por seu governo] que pretendemos aplicar à administração pública ser considerado neoliberal, ou determinado pelo Consenso de Washington? Só na retórica pseudodemocrática, na verdade clientelista e conservadora (tudo que é moderno ou novo é suspeito), de uma ‘esquerda’ que perdeu o rumo (ressaltaria também o contraste entre o velho ‘aparelhismo’ das esquerdas antiquadas e o novo ativismo social representado por iniciativas do tipo do Comunidade Solidária).³⁹⁴

Conclui com uma severa crítica aos opositores que “agora, assumem como bom tudo o que foi acumulado de errado, sedimentado errado”. E na

³⁹² CARDOSO, 1997, op. cit.

³⁹³ CARDOSO, 2006, op. cit., p. 480-481.

³⁹⁴ Idem, p. 566-567.

frase seguinte FHC reafirma a sua missão: “Não. É preciso reformar, mudar, continuar lutando para a transformação do país”.³⁹⁵

O presidente FHC sempre rejeitou as representações que o associavam (e também o seu governo) à alcunha conservadora neoliberal. Ele rejeitava por se autorrepresentar desde a sua fase mais intelectual com posições progressistas. Acreditava que suas posições políticas sempre foram radicalmente comprometidas com a democratização de fato desse país e contrárias a qualquer forma de privilégios e cerceamento da liberdade social. O governo e seus defensores eram criticados por ele como os únicos beneficiados de um modelo estatal autoritário e burocrático que sufocava não apenas a participação representativa democrática da sociedade como também os seus próprios movimentos pela redemocratização. E ainda, FHC se colocava muito além de uma postura crítica e denunciadora ao buscar meios possíveis para mudar essa situação. Construtor de um consenso sem precedentes na sua fase política enquanto presidente, fato que se deve de acordo com ele aos méritos do Plano Real que estabilizou a economia e trouxe a justiça social pela participação dos excluídos e o reconhecimento das necessidades de reforma do Estado como meio de retirar o manto velho de privilégios e cooptação e por a roupa nova da eficiência e universalização de acesso aos serviços públicos. A resposta favorável que FHC julgava ter da sociedade em prol das mudanças propostas por suas políticas se deve ao reconhecimento que estas conduzem aos meios necessários e possíveis para assegurar a democratização, a justiça social e o fim de exclusão social.

Segundo FHC, as suas políticas ainda favoreceram outro fator que foi determinante para a consolidação da democratização no Brasil: a presença mais marcante e ativa dos representantes sociais. Na visão de FHC, a presença cada vez mais intensa desses representantes sociais foram consequência do dinamismo econômico promovido pelos investimentos externos que contrastava com a distância das estruturas políticas de suas bases por estarem ainda amarradas à burocracia do Estado. Se naquele contexto dos anos setenta ainda não estava completamente visível para FHC o distanciamento dos setores políticos em relação as suas bases sociais, após a

³⁹⁵ CARDOSO, 1997, op. cit.

promulgação da constituição de 1988 e a manutenção dessas velhas estruturas já estaria claro que a necessidade de eliminá-las para acabar com os obstáculos políticos (que só beneficiavam uma burocracia e setores ligados à ela) ao desenvolvimento promovidos pela inserção do país à economia globalizada e seus investimentos em potencial. Logo eliminar esses entraves a partir de uma reforma no Estado, para que o tornasse menos burocrático, privatista e excludente, e que garantisse um maior dinamismo ao setor produtivo a partir do aumento dos investimentos externos, seria o objetivo da política de FHC como maneira de garantir a democratização da sociedade com o fim do controle corporativo estatal. Assim, as políticas públicas executadas pelo seu governo deixariam de favorecer uma minoria encostada no Estado e passariam a colaborar para o desenvolvimento que beneficiaria a economia e a sociedade, trazendo uma maior liberdade de ação para os representantes e movimentos sociais que democratizariam de fato a política brasileira.

Diante das considerações apresentadas, poder-se-ia em parte classificar FHC, de acordo com as suas autorrepresentações, como algumas características de um intelectual *outsider*. Ele como um *outsider* estaria comprometido com a denúncia das injustiças e lutaria em favor da maioria contra a minoria privilegiada como afirmou no seu discurso de posse “se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.”³⁹⁶

Outro fator que poderia aproximá-lo do *outsider* é a sua queixa e possível mágoa presentes em um momento de sua autobiografia quando lamenta a desfiguração do seu projeto de reformas do Estado (especialmente a administrativa) pelo Congresso. Ou então quando se vê na impopularidade que o levaria a se sentir um presidente incompreendido, mas que na verdade o fez de novo queixar-se dos congressistas responsáveis pela lentidão das reformas e a conseqüente pressão do governo por sua aprovação; estas sim para ele as maiores causas da sua impopularidade e menos as reformas em si que seriam imbuídas de interesse público.

Mas, o pequeno “sofrimento” de FHC nem de longe se encontra com os sentimentos presentes no “espírito exilado” de um *outsider* que se sente,

³⁹⁶ CARDOSO, 1995, op. cit.

devido as suas posições teóricas e políticas compromissadas com a verdade e contrárias ao politicamente correto da maneira como são vinculadas pelo poder e mídia, eternamente sem pátria e solitário da maneira referida por Said. Pelo contrário, o próprio FHC constata que “a vida tem sido generosa comigo”³⁹⁷ e como afirma Reis...

Sem ter procurado, estive nas posições mais influentes que o tornaram conhecido e reconhecido. Como S. B. de Holanda, terá sido também um intelectual feliz: com muito sucesso até na adversidade brasileira e sempre procurando transferir o seu sucesso pessoal ao Brasil.³⁹⁸

Assim, a sua vida repleta de reconhecimento mesmo nas adversidades o poriam na qualidade de um *insider* que à maneira de Said recebe o reconhecimento e as honrarias do poder e dos poderosos por ser uma espécie de *condottiero* teórico e político como constata Fiori. Além disso, esse reconhecimento dos poderosos sobre FHC seria facilitado pela inscrição de classe e sentimento de pertença à elite.

Essa pertença à elite se configura na conclusão dada por Reis sobre a visão política de FHC ao argumentar que de tanto ele estudar o seu objeto de estudo, a burguesia, deixou-se tomar partido em favor dele, fazendo de sua visão particularista (burguesa) sobre a sociedade o modelo gestor e ideológico para a modernização econômica em prol de um ajustamento do país (nação) ao contexto globalizado, como um bem supremo ao desenvolvimento social não apenas dos excluídos mais “democraticamente” do todo social. As bases desse pensamento burguês de FHC já estariam presentes na sua fase mais intelectual como mais do que uma simples simpatia pela ação burguesa ao chegar a reconhecê-la como a principal protagonista social do dinamismo trazido pelo capitalismo dependente e veículo principal para a conseqüente ativação e mobilização da sociedade civil contra as regulações burocrático-autoritárias da tradição estatal brasileira.

O próprio Fiori não apenas aponta as afinidades da ação política de FHC com as da burguesia, mas procura entender as suas conseqüências para o

³⁹⁷ CARDOSO, apud. Reis, op. cit., p.240.

³⁹⁸ REIS, op. cit., p. 240.

país. Essas consequências o levariam a conclusão de que a política de FHC foi responsável por uma recomposição patrimonial que conduziu a saída da elite de uma teta para outra do Estado, parodiando a conclusão de Delfim Neto que dizia que o empresário brasileiro vivia na teta do Estado. Além disso, a mesma foi responsável pela retirada do Estado como locomotiva do desenvolvimento econômico brasileiro.

Longe de prover empregos e diminuir a desigualdade social – e neste ponto o governo de FHC herda o que havia de mais de nefasto do modelo anterior – a política presidencial a partir principalmente da privatização dos serviços públicos não produziria, segundo Fiori, nenhuma mudança significativa “na hierarquia tradicional dos nossos grandes grupos econômicos que sairão apenas mais concentrados e poderosos”. Como diagnostica Fiori, as privatizações que renderiam em torno de oitenta a noventa bilhões de dólares trariam implicações importantes entre os capitais nacionais e internacionais e nas relações entre as várias facções regionais do poder econômico e político brasileiro. Assim, a privatização das telecomunicações sob liderança do PSDB, um dos partidos principais ao lado do PFL de sustentação do governo FHC, e do setor elétrico controlado pelo PFL sob os auspícios do BNDES foram responsáveis por uma “dança de cadeira das elites” que foram retiradas da teta do Estado desenvolvimentista para o patrimonialista. Tudo isso movido por um realismo conformista que enxergava como medidas necessárias a atualização do capitalismo brasileiro frente à nova realidade globalizada.³⁹⁹

De acordo com Fiori, se no modelo anterior varguista o Estado ao lado do capital internacional eram o motor do desenvolvimento econômico e compensavam o lado mais fraco do setor produtivo brasileiro, o empresariado nacional, que vivia dos subsídios estatais.⁴⁰⁰ E nada indicaria para Fiori que a retirada do Estado e o advento do capital internacional promoveriam o desenvolvimento econômico e a inclusão social dado ao falta de dinamismo na economia e a incapacidade de gerar empregos. Na verdade, as medidas postas pelo governo FHC estão promovendo uma forte concentração de poder a poucos grupos econômicos com a conseqüente absorção das pequenas e

³⁹⁹ FIORI, op. cit., p. 106-109.

⁴⁰⁰ Idem, p. 196.

médias empresas e crescente desnacionalização das mesmas.⁴⁰¹ O perigo de acordo com Fiori é que se o modelo anterior garantia o desenvolvimento apesar da manutenção das injustiças sociais, o atual modelo implementado por FHC nem mesmo o desenvolvimento econômico pode assegurar.⁴⁰²

Portanto, a partir da visão de Reis e principalmente de Fiori, FHC seria um intelectual inscrito na política completamente comprometido com uma representação patrimonialista em favor dos interesses de um grupo específico (a elite dominante) e nunca poderia, como afirmava o presidente, estar em sincronia com o uma prática política apartidária em favor do interesse público de todos os cidadãos da sociedade brasileira. Isso só seria possível no campo das idealizações. Desta maneira, a sua ação teórica-política das suas duas fases de vida o condicionavam as representações elitistas que no Brasil são tradicionalmente colocadas no ideário da modernização conservadora.

A conceituação de FHC como um intelectual *insider* é provável e condizente com a realidade por manter em consequência de suas políticas o status quo em prol da modernização conservadora que reproduz políticas que sempre bajularam os interesses de uma minoria rica e poderosa em detrimento da maioria que continua excluída tanto materialmente de boas oportunidades quanto na possibilidade real de ser ouvida e defendida mesmo diante das pressões dos detentores do poder.

Todavia, a melhor forma de classificar o intelectual inscrito na política FHC seja o de um intelectual que se vê inscrito numa espécie de vanguarda democrática.

Na visão de FHC se antes o social na tradição política brasileira se atrelava ao Estado e permitia ser cooptado em troca dos benefícios do “pai benevolente” que resultava nos vícios clientelísticos e fisiologistas, hoje a sociedade desejaria autonomia em relação às estruturas estatais. Ele, FHC, não se via como líder capaz de propor algo de acordo com o capricho de sua vontade a maneira autoritária, mas queria se representar como um princípio, de acordo com a proposição gramsciana de príncipe, que abriria a sociedade, no limite do possível, via reforma do velho modelo estatal paternalista, toda a potencialidade de usufruir a sua autonomia que se fundamenta menos na

⁴⁰¹ FIORI, op. cit., p. 192.

⁴⁰² Idem, p. 108-109.

conquista de direitos e mais no assumir responsabilidades públicas. Essa sua política se fazia necessário para ele como maneira viável de garantir, já assinalada em suas premissas nas obras “Desenvolvimento e Dependência na América Latina” e “Autoritarismo e Democracia”, as condições de efetivação da democracia neste país.

A desejada inscrição de FHC neste modelo de vanguarda democrática é possível a partir das suas autorrepresentações. Ele seria o princípio que fomentaria, a partir da sua política de tornar possível o que é necessário, a efetiva democratização das práticas políticas do país que não aconteceria apenas pela adoção do sistema representativo democrático, mas por políticas que estabilizassem a economia, assegurando a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e realizassem a reforma do Estado para livrá-lo dos desmandos clientelistas, privatistas e burocráticos. Portanto, FHC acreditava que a sua política o colocava a frente do processo de democratização por enxergar não apenas as falhas do modelo anterior, mas os meios possíveis e necessários para a sua implementação definitiva no Brasil.

Em suma, se percebe ao ler as obras e analisar as autorrepresentações de FHC que predomina um espírito de autoconfiança tão forte a ponto de passar uma imagem ao mesmo tempo arrogante, orgulhosa e ativa em relação aos outros, principalmente diante de uma crítica que não reconhecesse as realizações feitas pelo seu governo, pois por detrás delas estavam suas autorrepresentações idealizadas e perfeitas de homem de visão concatenada com a realidade globalizada, o príncipe condutor da modernidade sócio-política-econômica brasileira e por fim o político consolidador da democracia neste país.

Considerações finais

Procurou-se demonstrar que houve uma coerência entre as duas fases da vida de FHC – a saber: a mais intelectual e a política, denotando a existência de uma sintonia em relação à obra e atuação política de FHC enquanto Presidente da República.

Neste sentido, entende-se que a sua prática política de forma alguma renegou ou traiu os seus princípios teóricos defendidos ao longo de sua carreira intelectual. Nestes termos, a conceituação de FHC relativa à dependência econômica dos países periféricos capitalistas, como o Brasil, e os países capitalistas centrais é apresentada como uma continuidade ou interação entre ambos e nunca como uma ruptura, fato claramente demonstrado pela sua atuação política como presidente.

A própria trajetória de FHC enquanto intelectual inscrito na política, que se circunscreve inicialmente como um cientista social pesquisador, docente renomado e reconhecido internacionalmente, com uma formação acadêmica consistente, e a posteriori assume uma promissora carreira política que começa como senador suplente e termina nos dois mandatos consecutivos como Presidente da República, demonstra um distanciamento das posições de esquerda próximas à ideia de mudança e não de continuidade.

A sua destacada participação como cientista social o leva a assumir para si cada vez mais uma representação de militante teórico em favor da democracia que defende propostas polêmicas e duramente criticadas por setores mais a esquerda como, por exemplo, a visão de que a dependência econômica brasileira não era entrave para o desenvolvimento econômico e também social.

A sua ida à política também se caracteriza por ideias não muito “tradicionais” da esquerda ao defender o ponto de vista que o único meio de garantir a democratização era aceitar as regras do jogo impostas pelos militares.

Então, diante de algumas representações e autorrepresentações de FHC, que alguns autores formulam a categoria de “príncipe dos sociólogos”. Este “título” suscita distintas interpretações: para determinados setores, é usado de forma pejorativa, em tom irônico, realçando um caráter “elitista”,

“arrogante” e “vaidoso” em FHC; contudo, para outros, trata-se mesmo de um elogio às características de FHC especialmente na prática política.

O ponto central de análise deste trabalho aponta para a crença de FHC que o leva a se autorrepresentar como um “príncipe”, não dos sociólogos, mais de acordo com os modelos de Gramsci e Maquiavel. Esta crença, ou melhor, idealização, o conduziu a declarar publicamente que se assemelhava politicamente mais ao príncipe gramsciano e menos ao maquiaveliano.

Todavia, a sua autorrepresentação de príncipe gramsciano que permitiria constituir as bases para a consolidação da democracia nesse país pela participação ativa e consciente da sociedade, eliminação do centralismo estatal e domínio da inflação é desacreditada com a constatação que o mesmo exerceu um papel político nos moldes do príncipe maquiaveliano que usou do poder para garantir um consenso social em favor de seus interesses e da classe representada por ele: a elite dominante.

Diante da situação apresentada, FHC se constituiu como um líder político de virtú que usou de todos os meios possíveis para se perpetuar no poder e aplicar o seu projeto político que nada tinha de novo, mas se baseava numa cópia de alguns modelos implantados no exterior com resultados econômicos pífios e sociais desastrosos.

Então, o grande mérito da virtú política maquiaveliana de FHC foi retificar os vícios políticos de maneira a manter o equilíbrio e a coesão entre as forças políticas em favor da tradicional modernização conservadora benéfica apenas dos setores dominantes, afastando qualquer possibilidade de mudança política brusca, chamada de curto – circuito por ele, e suas conseqüências imprevisíveis. De acordo com esta perspectiva, a atuação política de FHC não apenas se aproxima do príncipe maquiaveliano, mas também da “Política como Arte”, apresentada por Guilhon de Albuquerque.

A aproximação com os estudos efetuados pela historiografia a respeito da literatura “Espelho dos Príncipes” alude e reforça a idealização presente nas autorrepresentações de FHC. Permite entender melhor a relação estabelecida nas representações entre o intelectual inscrito na política FHC e seu público, sua receptividade social. Demonstra que a semelhança do príncipe da era Moderna que deveria ser cheio de virtudes cristãs (ou de virtú no caso de Maquiavel) para que a sociedade também assim o fosse – resultando numa

felicidade para todos, FHC supunha que as suas idéias e atuação política conduziram a sociedade brasileira para uma inserção sob medida na globalização que promoveria o desenvolvimento econômico e conseqüentemente a justiça social.

Por último, a análise das duas fases da vida de FHC – a saber, a teórica e a política – permite algumas conclusões. A coesão das duas fases contribuiu para que seus pontos de vista apresentados na fase mais intelectual fossem aplicados na prática por suas políticas, principalmente no período presidencial. A relação do intelectual FHC com a política pode ser melhor entendida por meio das categorias intelectual *insider* e intelectual *outsider* de Edward Said.

Na verdade, FHC, como se constatou no trabalho, inscreve-se melhor como um intelectual *insider*; contudo, para o próprio FHC, de acordo com as suas autorrepresentações, a sua identificação mais próxima era a de um intelectual de vanguarda democrática.

Por fim, as categorias *insider* e *outsider*, formuladas por Edward Said, não se configuram, nessa interpretação, enquanto “camisas de força”, mas tão somente enquanto *metáforas* que ajudaram a compreender melhor as movimentações realizadas por Fernando Henrique Cardoso tanto como um intelectual acadêmico, como também em relação à inserção na Política, como Senador e depois, por duas vezes, como Presidente da República. Há, portanto, toda uma dialeticidade existente entre o *FHC insider* e o *FHC outsider*, e talvez, o mais importante, para este trabalho, é que se identifica uma sintonia entre o *FHC intelectual* e o *FHC político*.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Sobre o modelo político brasileiro na era FHC*. Disponível na internet via [1http://www.achegas.net/numero/sete/aluizio_alves_02.htm](http://www.achegas.net/numero/sete/aluizio_alves_02.htm)
- BARBOZA Filho, R. "FHC: os paulistas no poder". In: Amaral, Roberto (coordenador). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995: 99.
- BOTELHO, André. *Anatomia do medalhão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2002, vol.17, n. 50.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio F. *Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1961.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A Construção da Democracia: estudos sobre a política brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1993.
- _____. *Arte da Política: A história que vivi*. Rio de Janeiro e São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Discurso de Posse da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Governo Fernando Henrique Cardoso*. Brasília, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM
- _____. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.
- _____. *Notas Sobre a Reforma do Estado*, In: *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 1998, n.50, p 4-12. Disponível em http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=791
- _____. *Pronunciamento do Exmo. Sr. Presidente da República - Fernando Henrique Cardoso*, In: *O Plano Real e outras*

experiências internacionais de estabilização – Posfácio. Brasília: IPEA/CEPAL, 1999, p.243-252.

_____. *Reforma e Imaginação*. Folha de São Paulo, São Paulo: 10 jul. 1994.

CHAGAS, H. “Relações Executivo – Legislativo”. In: Figueiredo, Rubens; Lamounier, Bolívar. *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Resenha de: Chaves Flores, Elio. *Politeia: Hist e Soc, Vitória da Conquista*, v.2, n.1, p.207-219, 2002. Disponível em http://www.uesb.br/politeia/v2/resenha_02.pdf

FERRONI, Giulio. *Gramsci e os modelos intelectuais no século XX*. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=700>

FIORI, José Luís. *60 Lições dos 90: uma Década de Neoliberalismo*. São Paulo: Record, 2001.

_____. *Os moedeiros falsos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 30. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

HAHN, Fábio André. *Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero espelhos de príncipes na Idade Moderna*. *Revista Varia Scientia*. Cascavel, v.6, n.12, dez. 2006.

KOCKA, Jürgen. “Objeto, conceito e Interesse”. In GERTZ, René E. (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- LEITE, Marcelo. "O efeito Gutenberg". Folha de São Paulo, São Paulo: 25 dez. 1994.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARKUM, Paulo. *O sapo e o príncipe, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARTINS, Elaine de Almeida. *O agudo Acorde do Violino: Governabilidade e Estabilidade na Gestão Fernando Henrique Cardoso*. Niterói: UFF, 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Schwarcz, 2002.
- MIUCCI, Simoni. "O Sociólogo na Presidência". Revista de Sociologia e Política, Curitiba: jun. 1999.
- MORAES, Dênis. *Partido e expressão da vontade coletiva*, 2000. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=324>.
- NASSIF, Luís. *Uma obra de arte política*. Folha de São Paulo, São Paulo: 9 mar.2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento". In: Oliveira, Francisco de; SISEK, Cibele Saliba, orgs. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PIERESAN, Alexandre; Dias, Érika R. A. *Luís XIV: A idéia do governante perfeito*. Disponível em http://www.prp.ueg.br/06v1/ctd/pesq/inic_cien/eventos/sic2005/arquivos/humanas/luis_xiv.pdf.
- REIS, J. C. *De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SAID, E. W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1987.

- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SERRA, C. H. A. *História das idéias jurídicos-penais no Brasil 1937-1964*. Niterói: UFF, 1997. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.
- SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em www.bvce.org
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo: Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

Anexos

Reproduz-se aqui na íntegra o trabalho de sistematização de Danile Ardaillon sobre as bibliografias relacionadas a FHC e que pode ser acessado pelo sítio (www.ifhc.com.br) do Instituto Fernando Henrique Cardoso. É sempre bom lembrar que a catalogação de Ardaillon considera as suas obras publicadas até o ano de 2005.

Ela, que é arquivista de FHC, realizou um excelente trabalho de sistematização, onde expõe as dificuldades de se realizar tal trabalho pela extensão das bibliografias de FHC e pela publicação de um mesmo artigo em diversas versões e traduções, às vezes com títulos diferentes. Ardaillon relacionou mais de 200 artigos, livros e resenhas de livros — alguns aparecem até em doze versões e traduções — além de centenas de discursos e entrevistas. A bibliografia de FHC foi publicada em Fernando Henrique Cardoso, *Charting a New Course: The Politics of Globalization and Social Transformation*, organizado por Mauricio Font, Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2001, pp. 297-319.

Nesta bibliografia selecionada, Ardaillon procurou incluir os trabalhos acadêmicos, discursos e entrevistas julgados mais importantes de Fernando Henrique Cardoso, além das fontes de informação mais significantes a seu respeito. Outros trabalhos foram escolhidos por ilustrarem, segundo ela, a evolução do pensamento dele ou porque são freqüentemente citados e reproduzidos.

A bibliografia foi dividida por Ardaillon em quatro partes:

1. Trabalhos publicados sobre Fernando Henrique Cardoso ou o Brasil de Fernando Henrique Cardoso — listados alfabeticamente pelo sobrenome do autor.
2. Fernando Henrique Cardoso na Web — um guia de acesso ao material de Fernando Henrique Cardoso na Rede Mundial de Computadores.
3. Entrevistas, Discursos e Memórias — listados alfabeticamente pelo título.
4. Publicações acadêmicas de Fernando Henrique Cardoso, em ordem cronológica com exceção das antologias.

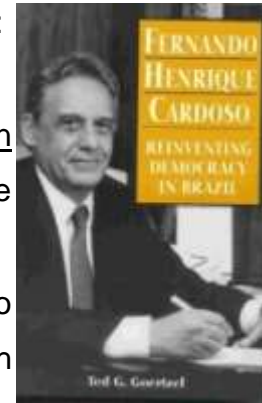
1. Trabalhos Publicados sobre Fernando Henrique Cardoso ou o Brasil de Fernando Henrique Cardoso - works about FHC or the Brazil of FHC.

- Aguiar, Neuma. "Brazilian Sociology: Trends and Challenges". *American Sociologist* 26, Winter 1995, pp. 55ff.
- Alcoforado, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a Nova (des)Ordem Mundial*". São Paulo: Nobel, 1988.
- Amman, Edward and Werner Baer. "The Illusion of Stability: The Brazilian Economy Under Cardoso," *World Development* 28: 1805-1819, October 2000.
- Anderson, Perry. "FHC deixou saldo negativo, diz historiador." Folha de São Paulo, November 11, 2002. Available at: <http://crab.rutgers.edu/~goertzel/PerryAndersonFHC.html>.
- Angeli. *FHC: Biografia não autorizada, charges de Angeli*. São Paulo: Ensaio, 1995. Uma coleção de charges editoriais publicadas originalmente na *Folha de São Paulo*.
- Angeli. *O Presidente que Sabia Javanês*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Arantes, Paulo Eduardo. *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- Barbosa Filho, Rubem. "Governo Fernando Henrique: Primeiro Ano", em *O Primeiro Ano do Governo de Fernando Henrique Cardoso*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Relatório n^o 53, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Instrução, fevereiro, 1996.
- Barreto, Kátia Marly Mendonça. "Anos FHC: o Imaginário Político e o Não-olhar," *Cultura Vozes* 91(6): 29-49, 1997.
- Barros, Alexandre. *The Brazilian Economic Crisis: Political and Economic Implications*. Washington: Woodrow Wilson Center, 1999.
- Baumann, Renato (ed.). *Brazil in the 1990s: An Economy in Transition*. Nova York: Palgrave, 2002.
- Beaudoin, Viviane. "Fernando Henrique Cardoso et la 'Theorie de la Dependance': Essai d'Evaluation Critique". Ottawa: Bibliotheque Nationale du Canada, 1984. Microfilme.
- Bianchi, Alvaro et al., eds. *A Crise Brasileira e o Governo Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: La Editora, 1997.

- Branford, Sue e Kucinski, Bernardo. *Brazil: Carnival of the Oppressed; Lula and the Brazilian Workers' Party*. Londres: Latin American Bureau, 1995.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos. *Economic Crisis and State Reform in Brazil*. Boulder: Lynne Rienner, 1996. Uma excelente análise do programa político de Fernando Henrique Cardoso.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos. "Estratégia e Estrutura para um Novo Estado," *Revista de Economia Política* 17(3): 23-38, Jul-Set, 1997.
- Campos, Roberto. *A Lanterna na Popa: Memórias*, 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- Cardoso, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista: O Projeto de Criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- Chaer, Márcio. "O Plano FHC", em Correa Villas-Boas, *Os Presidenciáveis: Vida, Obra e Promessas dos Candidatos ao Palácio do Planalto*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1994.
- Cunningham, Susan. "Made in Brazil: Cardoso's Critical Path from Dependency via Neoliberal Options and the Third Way in the 1990s," *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 67: 75-87+, Dec 1999.
- Cysne, Rubens Penha. "Macro and Microeconomic Aspects of the Reforms", em Baumann, op. cit., pp 39-40
- de Onis, Juan. "Brazil's New Capitalism." *Foreign Affairs* 79(3): 107-119, 2000.
- de Souza, Amaury. "Cardoso and the Struggle for Reform in Brazil". *Journal of Democracy* 10(3): 49-63, July 1999.
- Dimenstein, Gilberto e Souza, Josias de. *A História Real: Trama de uma Sucessão*. São Paulo: Editora Ática, 1994. Uma excelente abordagem da carreira de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda e sua campanha eleitoral em 1994.
- dos Santos, Theotonio. "The Theoretical Foundations of the Cardoso Government: A New Stage of the Dependency-Theory Debate," *Latin American Perspectives* 25: 53-70, Jan 1998.
- Draibe, Sônia. "Social Policies in the Nineties," em Bauman, 2002, pp. 89-131.

- Faria, Vilmar e Graeff, Eduardo. *Preparando o Brasil para o século XXI - Uma Experiência de Governo para a Mudança*. Brasília: Presidência da República, Assessoria Especial, 2000.
<http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.
- Filho, Expedito. *Nos Bastidores da Campanha: Crônica de uma Vitória*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.
- Fiori, Jose Luiz. "Cardoso Among the Technopols," *NACLA Report on the Americas* 28(6): 17-22.
- Fiori, Jose Luiz. "Social Liberalismo: la Brújula Rota de Fernando Henrique Cardoso," *Nueva Sociedad*, 138: 23-30, Jul-Aug 1995.
- Fleischer, David. "Brazil's 1994 General Elections: An Alliance of Social Democrats and Social Liberals Takes Power". Washington, D.C.: Universidade George Washington, Instituto de Estudos Brasileiros, janeiro de 1995.
- Fleischer, David. "The Cardoso Government's Reform Agenda: A View from the National Congress, 1995-1998." *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 40:119-136, 1998.
- Fleischer, David. "Reelection Brazilian Style: The General Elections in 1988,"
At:<http://www.clas.berkeley.edu:7001/Library/scholarpapers/fleisher1.pdf>.
- Flynn, Peter. "Brazil: The Politics of the 'Plano Real'," *Third World Quarterly* 17: 401-26, 1996.
- Flynn, Peter. "Brazil: The Politics of Crisis," *Third World Quarterly* 20(2): 287-317, April 1999.
- Font, Mauricio. "A Sociologist Turns to Politics," *Hemisphere* 6(1): 20-24, Winter-Spring 1994.
- Font, Mauricio. "To Craft a New Era: The Intellectual Trajectory of Fernando Henrique Cardoso," em Fernando Henrique Cardoso, *Charting a New Course*, Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2001, pp. 1-34.
- Goertzel, Ted. "Fernando Henrique Cardoso: Theory and Practice," in Robert Levine, ed., *The Brazil Reader*, Durham, N.C.: Duke University Press, 1999, pp. 289-294.

- Goertzel, Ted. Fernando Henrique Cardoso: Reinventing Democracy in Brazil. Boulder: Lynne Rienner, 1999. An update chapter available online (and in print in the Portuguese edition) covers Cardoso's second term. Some highlights are available online from Brazzil magazine.
- Goertzel, Ted. Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução de democracia no Brasil, São Paulo: Saraiva, 2002.
- Goertzel, Ted. "Eight Years of Pragmatic Leadership in Brazil," English text of the last chapter of the Portuguese edition of the biography.
- Goertzel, Ted. "O Saldo Positivo de FHC," Folha de Sao Paulo, 23 November, 2002, p. Especial A9. English original available at: <http://goertzel.org/ted/FHCsaldopositivo.doc>.
- Goto, Roberto. *Para Ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração, 1998.
- Grosfugel, R. "Developmentalism, Modernity and Dependency Theory in Latin America," Napantla: Views from the South, Vol 1, No 2, pp. 347-374, July 2000.
- Graeff, Eduardo. "The Flight of the Beetle: Party Politics and the Decisionmaking Process in the Cardoso Government" or "O Vôo do Besouro: Política Partidária e Processo Decisório no Governo Cardoso."
- Graziano, Francisco. *O Real na Estrada: A Campanha de Fernando Henrique à Presidência*. São Paulo: Paulicéia, 1995.
- Gregori, José. "The Fernando Henrique Cardoso Administration's Human Rights Policy". San Francisco: Consulado Geral do Brasil, 1996.
- Hooper, Alan. "Social Democratic Consolidation in Brazil The Cardoso Presidency: 1994-1998." <http://www.psa.ac.uk/cps/1999/hooper.pdf>
- Hudson, Rex A. *Brazil: A Country Study*. Washington, D.C.: Biblioteca do Congresso, 1998. Informações factuais atualizadas e referências sobre sociedade brasileira, economia e política.



- *Jornal do Brasil*, seção biográfica sobre Fernando Henrique Cardoso acompanhando sua eleição, 7 de outubro de 1994. Outras revistas e jornais brasileiros também publicaram seções biográficas nessa data.
- Kahl, Joseph. *Modernization, Exploitation and Dependency: Germani, González Casanova and Cardoso*. New Brunswick, NJ.: Transaction, 1976.
- Kanitz, Stephen. *O Brasil que Dá Certo*. São Paulo: Makron, 1995.
- Kanitz, Stephen. *Brazil: The Emerging Economic Boom: 1995-2005*. São Paulo: Makron, 1995.
- Kinzo, Maria e da Silva, Simone. "Politics in Brazil: Cardoso's Government and the 1998 Re-election." *Government and Opposition* 34(2): 243-262, Spring 1999.
- Korzeniewicz, Miguel e Macías, Thomas. "Economy and Society in Brazil: Cardoso's Presidency and Its Possibilities," *Latin American Research Review*, 33:226-238, 1998.
- Lamounier, Bolivar e Figueiredo, Rubens. *A Era FHC: Um Balanço*. São Paulo: Cultura Editora Associados, 2002.
- Leoni, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: Le Brésil du Possible*. Paris: L'Harmattan, 1997; em português como *Fernando Henrique Cardoso: O Brasil do Possível*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- Lesbaupin, Ivo. *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Loureiro, Maria Rita Garcia e Abrucio, Fernando Luiz. "Política e Burocracia no Presidencialismo Brasileiro: o Papel do Ministério da Fazenda no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso," *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41): 69-89, Oct 1999.
- Martínez-Lara, Javier. *Building Democracy in Brazil*. Londres: Macmillan, 1996.
- Martins Filho, João e Zirker, Daniel. "The Brazilian Military Under Cardoso: Overcoming the Identity Crisis", *Journal of Interamerican Studies & World Affairs* 42(3): 143-170



- Mello, Rodney (como Emerson Luís). "The Cardoso Era Starts". *News from Brazil*, Ano 6, n^o 110, fevereiro de 1995.
- Miceli, Sérgio. "Betting on an Emerging Scientific Community: The Ford Foundation and the Social Sciences in Brazil", em Sérgio Miceli (ed.), *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.
- Michiles, Carlos. *Ciência e Política sob a Perspectiva do Realismo Utópico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003
- Nassif, Luís. "Uma Obra de Arte Política," Folha de São Paulo 9 de março de 2002. Em inglês a: <http://crab.rutgers.edu/~goertzel/NassifFHC.htm>
- Neri, Marcelo e Camargo, José Márcio. "Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms", em Baumann, Renato (ed.). *Brazil in the 1990s: an economy in transition*. Nova York: Palgrave, 2002, p. 307.
- Nicolau, Jairo Marconi. "Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-1998." *Dados* 43(4): 709-735, 2000.
- Noblat, Ricardo. *Céu dos Favoritos, O Brasil de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- Ohno, Massao (ed.). *Real, Ano 1. O Dia-a-Dia do Plano Real*. São Paulo: 1995.
- Packenham, Robert. *The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- Padgett, Tim. "The Cost of Change". *Time Magazine* (edição latino-americana), reportagem de capa, 25 de agosto de 1997.
- Peltier, Christine. "The Cardoso era in Brazil: shaky economy skillfully managed," *Conjoncutre*, June 2002, pp. 18-30. christine.peltier@bnpparibas.com.
- Petras, James, Rampinelli, Walder e Ouriques, Nildo (orgs.): *No Fio da Navalha : Crítica das Reformas Neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1998.
- Petras, James e Velmeyer, Henry. *Brasil de Cardoso: a Desapropriação do País*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 14.



- Pires-O'Brien, Joaquina. "The Uphill Struggle of Brazil's Reforms," *Contemporary Review* 279(1627): 92-100, August 2001.
- Porter, Eduardo. "Doble o Nada: Fernando Henrique Cardoso Retarda la Reforma y Apuesta a la Estabilidad para Ganar la Reelección," *América Económica*, Octubre 1997, pp. 58-60+.
- Power, Timothy J. "Blairism Brazilian Style? Cardoso and the 'Third Way' in Brazil," *Political Science Quarterly*, v 116, no 4, pp. 611-636, January 2002.
- Purcell, Susan Kaufman e Roett, Riordan (eds.). *Brazil Under Cardoso*. Boulder: Lynne Rienner, 1997. Uma coleção útil de artigos em Inglês sobre as ações políticas de Fernando Henrique Cardoso.
- Reich, Gary. "The 1988 Constitution a Decade Later: Ugly Compromises Reconsidered," *Journal of Interamerican Studies & World Affairs* 40(4): 119-136, Winter 1998.
- Resende-Santos, João. "Fernando Henrique Cardoso: Social and Institutional Rebuilding in Brazil," pp. 145-194 in Jorge Domínguez, ed, *Technopols: Freeing Politics and Markets in latin America in the 1990s*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997
- Sader, Emir et al. (eds.). *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996. Uma coleção de ensaios de críticos da esquerda.
- Sallum Júnior, Brasília. "Brasil Bajo Cardoso: Neoliberalismo y Desarrollismo," *Foro Internacional* 40(4): 743-775, 2000.
- Sallum Júnior, Brasília. "Brasil: Las Dificultades de Cardoso," *Nueva Sociedad* 156: 6-14, Julio-Agosto 1998.
- Samuels, David. "Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism and Governance in Brazil," *Comparative Politics* 33:1-20, 2000.
- Santiso, Javier. "Du Bon Revolutionnaire au bon Liberal? A Propos d'un Etrange Camelon Latino-Americain," work presented at the Colegio de Mexico, October 1999.
- Schwarz, Roberto. "Um Seminário de Marx". *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 8 de outubro de 1995, seção 5, pp. 4-7. Também em *Novos Estudos CEBRAP* 50: 99-114, março de 1998.

- Secretaria de Estado de Comunicação do Governo. *Brazil 1994-2002: The Era of the Real*. Brasília: SECOM, 2002. Also available in Portuguese. Can be ordered from secom@planalto.gov.br.
- Segatto, José *et al.* (eds.). *FHC: Os Paulistas no Poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.
- Seidman, Gay. "Former President of Brazil, Fernando Henrique Cardoso: A Most Public Sociologist," Footnotes, March 2004. Publication of the American Sociological Association.
- Smith, William C. e Messari, Nizar, "Democracy and Reform in Cardoso's Brazil: Caught Between Clientelism and Global Markets?" em Stark, Jeffrey (ed.). *The Challenge of Change in Latin America and the Caribbean*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2001, ou on-line em <http://www.miami.edu/nsc>.
- Soares, Gláucio. "Programas de Estabilización y Presidencialismo Imperial: Argentina, Brasil y Perú," *Estudios Sociológicos*, 18(52): 3-23, Jan-Apr 2000).
- Sociedade de Estudos Constitucionais. "Fernando Henrique na Constituinte". São Paulo: Sociedade de Estudos Constitucionais, 1986.
- Sociedade de Estudos Constitucionais. "Fernando Henrique, o Senador de São Paulo: PMDB 86". São Paulo: Sociedade de Estudos Constitucionais, 1986.
- Sontag, Heinz R. "Review" of *Charting a New Course: The Politics of Globalization and Social Transformation*, edited by Mauricio Font. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2001 in *International Sociology*, June 2002, Vol 17, No 2, pp 305-328.
- Sorj, Bernardo, com Antonio Mitre. *Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap a as Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: CEBRAP, Versão Preliminar, 1985. Este valioso estudo em formato livro do CEBRAP é disponível na biblioteca do CEBRAP em São Paulo. Muito dele foi incluído em Bernardo Sorj, *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: Da Resistência à Ditadura ao Governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

- Sorj, Bernardo, "Fernando Henrique Cardoso, o Sociólogo e o Político," in Bernardo Sorj, *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: Da Resistência à Ditadura ao Governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Souza, Nilson. *"Plano" FHC: Economia em Marcha a Ré*. São Paulo: Instituto do Trabalho Dante Pelacani, 1994.
- Suassuna, Luciano e Novaes, Luiz Antônio. *Como Fernando Henrique foi Eleito Presidente*. São Paulo: Editora Contexto, 1994. Uma descrição superficial, mas polêmica.
- Valença, Marcio Morais. "The Lost Decade and the Brazilian Government's Response in the 1990s," *The Journal of Developing Areas* 33: 1-52, 1998.
- Vasconcelos, Gilberto Felisberto. *O Príncipe da Moeda*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.
- Veja. "O Presidente," *Veja*, 27: 28-58+, 12 Oct 1994.
- Zaverucha, Jorge. *Frágil Democracia : Collor, Itamar, FHC e os Militares : (1990-1998)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

2. Entrevistas, Discursos e Memórias - Interviews, Speeches and Memoirs

- "Agenda Para o Século XXI", em *Presidência da República — A Utopia Viável: Trajetória Intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Secretaria de Documentação Histórica — Gabinete Pessoal do Presidente da República, 1995; também disponível como "Agenda para el Siglo XXI", *Política Internacional: Revista Venezolana de Asuntos Mundiales y Política Exterior* 42: 1-4, abril-junho de 1996, e como "Brasilien: Unser Programm für das 21. Jahrhundert", em G. Würtele (ed.), *Agenda für das 21. Jahrhundert: Politik and Wirtschaft auf dem Weg in eine neue Zeit*. Frankfurt am Main: Frankfurter Allgemeine, 1996, "Agenda for the New Century," *Charting a New Course*, Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2001, pp. 289-296.
- "The Cardoso Agenda," *Outlook Journal*, 12(1): 1-13, 2000. http://www.accenture.com/xd/xd.asp?it=enWeb&xd=ideas\Outlook\1.2000\over_cardoso.xml.
- "Considerações sobre a Situação do País: as Razões da Oposição". Publicado como folheto pelo Congresso Nacional, Brasília, 1983; também no *Diário do Congresso Nacional*, 28 de abril de 1983.

- *A Democracia Necessária*. Campinas: Papyrus, 1985. Três discursos sobre a transição para a democracia.
- *A Democracia Para Mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de Entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1978. Uma coleção de entrevistas e pronunciamentos publicados entre 1974 e 1978; editado por Eduardo Graeff.
- Discurso ao Senado Brasileiro, 22 de junho de 1988, publicado no *Diário do Congresso Nacional* da mesma data.
- "Entrevista: Fernando Henrique Cardoso", *Veja*, 29 de junho de 1988 pp. 5-8.
- "Entrevista com José Carlos Cafundó e Luís Fernando Emediato", *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1985.
- "Entrevista com Lourenço Dantas Mota", publicada originalmente no *Estado de São Paulo*, 7 de agosto de 1983; reproduzida pelo Senado Federal, Brasília, 1985.
- "Entrevista a Mino Carta", *Carta Capital*, outubro de 1994.
- "Entrevista a Miriam Leitão", *Playboy* (edição brasileira), setembro de 1984.
- "FH Diz que Vence de Novo", *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1996.
- "FHC Põe suas Idéias no Lugar", uma coleção extensa de entrevistas concedidas a Vinicius Torres Freire no *Caderno Mais!*, *Folha de São Paulo*, 13 de outubro de 1996.
- "Fulfilling Brazil's Promise: A Conversation with President Cardoso", J. Hoge, *Foreign Affairs* 74, n.º 4: 62-75, julho-agosto de 1995.
- "Manifesto dos Fundadores do PMDB", *Revista do PMDB* 1, no. 1 (julho de 1981), p. 11-16. Uma declaração assinada por dezenas de parlamentares e não parlamentares, incluindo Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique Cardoso desempenhou papel chave na elaboração do documento.
- "Mãos à Obra, Brasil", *Proposta de Governo*, Brasília, 1994.
- "Memórias da Maria Antônia", em L. Santos (ed.), *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- *O Mundo em Português: Um Diálogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; uma série de conversas com Mário Soares.

- *A Outra Face do Presidente: Discursos do Senador Fernando Henrique Cardoso*, organizado por B. Calheiros Bomfim. Rio de Janeiro: Destaque, 2000.
- "A Paixão pelo Saber", em M. A. Dianaco (ed.), *O Saber Militante: Ensaaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1987.
- "Passages à la Démocratie: Leçons de l'Est et du Sud", *Le Courier de l'UNESCO*, novembro de 1992; reimpresso como "Freedom for the Have-Nots", *UNESCO Courier*, novembro de 1992, "Libertad y Penuria", *EL Correo de la UNESCO*, novembro de 1992; "Freiheit für Habenichtse", *UNESCO Kurier*, novembro de 1992; "Libertad a Penuria", *Correo da UNESCO*, dezembro de 1992; "Vapautta Vähäosaisille", *UNESCO Kuriiri* 12: 21-25, dezembro de 1992; "Vrijheid in Armoede", *Koerier* 233: 17-21, janeiro de 1993; "O Desafio da Democracia", *Correio da UNESCO* 21, no. 1: 19-31, janeiro de 1993; "La Sfida Democrática", *Corriere dell'UNESCO* 1: 21-33, janeiro de 1993.
- *Perspectivas: Idéias e Atuação Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Uma coleção de colunas de jornais, discursos e ensaios curtos, a maioria na *Folha de São Paulo* em 1981 e 1982; editado por Eduardo Graeff.
- "O Presidente e o Candidato", *Isto É*, 18 de junho, 1997; uma extensa entrevista.
- *O Presidente Segundo o Sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; 20 horas de entrevistas concedidas ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo.
- "As Razões do Presidente", entrevista com Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 10 de setembro de 1997.
- Transcrição de entrevista coletiva, 21 de agosto de 1995; reproduzida na *Folha de São Paulo*, 22 de agosto de 1995.
- Transcrição de entrevista coletiva, *Folha de São Paulo*, 2 de setembro de 1997.
- "Um ex-Aluno", em M. A. D'Incao e E. F. Scarabutolo (eds.), *Dentro do Texto, Dentro da Vida: Ensaaios sobre Antonio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- "Globalization and Democracy: An Interview with Fernando Henrique Cardoso," by Heinz R. Sontagg. October 19, 2003. In the original Spanish. Also on the WEB site of the Political Sociology Section of the American Sociological Association.

3. Publicações Acadêmicas e Relatórios Presidências de Fernando Henrique Cardoso - *Fernando Henrique Cardoso's Academic Publications and Presidential Reports.*

- ***Antologias - Anthologies***

- A Construção da Democracia: Estudos sobre Política. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.
- *As Idéias e Seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento.* Petrópolis: Vozes, 1980; reimpresso em 1993 com material adicional; traduzido para o francês como *Les Idées à Leur Place.* Paris: A. M. Métailié/Maison des Sciences de l'Homme, 1984.
- Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- *Charting a New Course: The Politics of Globalization and Social Transformation,* organizado por Mauricio Font. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2001. Reviewed by Heinz R. Sontagg in *International Sociology*, June 2002, Vol 17, No 2, pp 305-328.
- *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio.* São Paulo: Difel, 1972; traduzido para o espanhol como *Estado y Sociedad en America Latina.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

- ***Listagem Cronológica - Chronological Listing.***

1952

- "Um Falso Retrato do Brasil", *Fundamentos*, abril, 1952. Disponível em microfilme na Biblioteca Municipal de São Paulo ou em goertzel@camden.rutgers.edu.

1955

- "Antropologia Econômica", *Anhembi* 5: 570-573, fevereiro de 1955. Resenha de um livro de M. J. Herskovits.
- "As Elites de Cor", *Anhembi* 5: 121-124, junho de 1955. Resenha de um livro de Thales de Azevedo.

1957

- "De Comunidade a Metrópole", *Anhembi* 7: 351-353, abril de 1957. Resenha de um livro de Richard Morse.
- "Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo", *Revista Brasiliense* 12: 88-99, julho-agosto de 1957.
- "Higiene Mental e Relações Humanas na Indústria", *Anhembi* 7, 1957. Resenha de um livro de Ling e Pachecho e Silva.
- "O Estudo Sociológico das Relações entre Negros e Brancos no Brasil Meridional", com R. Moreira e O. Ianni. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*, p. 88-98, 1957.

1958

- "Educação e Desenvolvimento Econômico", *Revista Brasiliense* 17: 70-81, maio-junho de 1958.
- "O Café e a Industrialização", *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 19 de janeiro de 1958, p. 5.
- "O Negro e a Expansão Portuguesa no Brasil Meridional", *Anhembi* 8: 16-21, setembro de 1958.
- "Polarização dos Interesses de Patrões e Operários numa Indústria Paulistana", *Ciência e Cultura* 10: 213-214, dezembro de 1958.

1959

- "Condiciones y Efectos de la Industrialización en São Paulo", com O. Ianni. *Ciências Políticas y Sociales* 5: 577-584, outubro-dezembro de 1959.
- "Estabilidade no Emprego", *Revista Brasiliense* 23: 162-169, maio-junho de 1959.

1960

- "A Estrutura da Indústria de São Paulo, a Partir de 1930", *Educação e Ciências Sociais* 7: 29-42, fevereiro de 1960; primeira publicação no *Diário de São Paulo*, 30 de abril de 1959; em inglês como "The Structure and Evolution of Industry in São Paulo: 1930-1960". *Studies in Comparative International Development* (folheto), 1965.
- "Atitudes e Expectativas Desfavoráveis à Mudança Social", *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais* 3: 15-22, agosto de 1960.
- "Condições Sociais da Industrialização de São Paulo", *Revista Brasiliense* 28: 31-46, março-abril de 1960.

- *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações Entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional*, com O. Ianni. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

1961

- "As Tensões Sociais no Campo e a Reforma Agrária", *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 12: 7-26, outubro de 1961.

- "Condições e Fatores Sociais da Industrialização de São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 11: 148-163, junho de 1961.

- "Estabilidade no Emprego", *Revista Brasiliense* 23: 162-169, maio-junho de 1961.

Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral, editado com O. Ianni. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- "Le Prolétariat Brésilien: Situation et Comportement Social", *Sociologie du Travail* 3: 60-65, 1961.

1962

- *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962; reeditado pela Paz e Terra em 1977; primeiro capítulo editado em espanhol como "El Método Dialéctico en el Análisis Sociológico". México, DF.: ABIIS/UNAM, 1962.

- "Educação e Mudança Social", *Pesquisa e Planejamento* 5: 55-65, junho de 1962.

1963

- "Das Hautfarbevorurteil in Brasilien". São Paulo, Instituto Hans Staden, Staden-Jahrbuch, Band 11-12: 9-17, 1963. Reproduzido em "Le Préjugé de Couleur au Brésil", *Présence Africaine* 53: 120-128, 1965.

- "Dispersão e Unidade: Rio Grande do Sul e Santa Catarina", em S. B. Holanda (ed.), *O Brasil Monárquico. Volume 2 de História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1963.

- "El Empresario Industrial en América Latina: Brasil". Mar del Plata, Uruguay, Consejo Económico y Social, CEPAL, fevereiro de 1963; em francês como "Hégémonie Bourgeoise et Indépendance Économique", *Les Temps Modernes* 257, outubro, 1967; em espanhol como "Empresarios Industriales y Desarrollo en Brasil", *Revista Paraguaya de Sociología* 10: 94-117, setembro-dezembro de 1967, em *Revista do Instituto de Desenvolvimento Económico y Social* 29, abril-

junho de 1968; em *Desarrollo Económico* 8: 31-60, abril-junho de 1968, e em *Brasil Hoy*. México, D.F.: Siglo XXI, 1968; em português em *Brasil nos Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, e em *Revista Civilização Brasileira* 4, n.º 17, janeiro-fevereiro de 1968; em alemão como "Bürgerliche Hegemonie and Wirtschaftliche Unabhangigkeit. Strukturelle wurzeln der politischen krise Brasiliens", em C. Furtado (ed.), *Brasilien Heute*. Frankfurt: Athendum Verlag, 1968; reeditado em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

1964

- "Industrialização e Sociedades de Massa", *Sociologia* 26, n.º 2, 1964.

1965

- "El Proceso de Desarrollo en América Latina: Hipotesis para una Interpretación Sociológica". Santiago: ILPES, 1965.

- *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965; capítulo 4 traduzido como "Tradition et Innovation: La Mentalité des Entrepreneurs de São Paulo", *Sociologie du Travail* 7: pp. 209-224, 1965. Segmentos também são encontrados em espanhol em *Cuestiones de Sociologia del Desarrollo*. Santiago: Editorial Universitaria, 1968, e em francês em *Sociologie du Développement en Amérique Latine*. Paris: Anthropos, 1969.

- "Las Elites Empresariales en Latinoamérica", *Revista Paraguaya de Sociologia* 4: 49-68, setembro-dezembro de 1965; em inglês como "The Entrepreneurial Elite in Latin America", *Studies in Comparative International Development* 10: 148-159, 1966, em *América Latina* 10: 22-47, outubro-dezembro de 1967, e como "The Industrial Elite", em S. M. Lipset e A. Solari (eds.), *Elites in Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 1967; em francês como "Des Élités: Les Entrepreneurs d'Amérique Latine", *Sociologie du Travail* 3, julho-setembro de 1967.

1966

- "Industrialización, Estructura Ocupacional y Estratificación Social en América Latina". Santiago: ILPES/CEPAL, 23 de agosto de 1966; em português como "Industrialização, Estrutura Ocupacional a Estratificação Social na América Latina", *Dados* 2, n.º 3; em inglês como "Industrialization, Occupational Structure and Social Stratification in Latin America", com J. L. Reyna, em C.

Blasier (ed.), *Constructive Change in Latin America*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1968.

1967

- "Los Agentes Sociales de Cambio y Conservación en América Latina". Santiago: ILPES, agosto de 1967; em francês em *L'Amérique Latine par Elle Même*. Paris: Christianisme Social, 1969.

1969

- *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, com E. Faletto. México, D.F.: Siglo XXI, 1969, e edições posteriores; em português como *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, e muitas edições posteriores; em inglês como *Dependency and Development in Latin America*. Los Angeles: University of California Press, 1979, e edições posteriores; também disponível em francês, alemão e italiano.

- "La Contribution de Marx à la Théorie du Changement Social", em *Marx et la Pensée Scientifique Contemporaine*. Paris: Mouton, 1969. Reeditado em inglês em *Marx and Contemporary Scientific Thought*. Haia: Mouton, 1970.

1970

- *América Latina: Ensayos de Interpretación Sociológico-Política*, editado com F. Weffort. Santiago: Editorial Universitaria, 1970.

- "Aspectos Políticos do Planejamento no Brasil", em B. Mindlin (ed.), *O Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970; em espanhol como "Aspectos Políticos de la Planificación", *Revista Latinoamericana de Ciência Política* 1: 120-136, April 1970; reeditado em *O Modelo Político Brasileiro a Outros Ensaio*. São Paulo: Difel, 1972 e parcialmente em "Planejamento a Política: os Anéis Burocráticos". *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

- "Industrialización, Dependencia y Poder en América Latina", *Revista Paraguaya de Sociología* 7, n.º 19, 1970; em inglês como "Industrialization, Dependency and Power in Latin America", *Berkeley Journal of Sociology* 17: 79-95, 1972; reprinted in *O Modelo Político Brasileiro a Outros Ensaio*. São Paulo: Difel, 1972.

- "'Teoria de la Dependência' ou Análises Concreto de Situações de Dependência?" México: ABIIS, DTI, 1970; em francês em *L'Homme et la*

Société 33-34: 111-123, July-December 1974; reeditado em *O Modelo Político Brasileiro a Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972.

1971

- "Comentários Sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade", *Estudos Cebrap* 1: 99-130, 1971; reproduzido em *O Modelo Político Brasileiro a Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972; em espanhol como "Commentário Sobre los Conceptos de Sobrepopulación Relativa y Marginalidad", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* 24/25, June-December 1972, p. 57-71.

- *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971; em francês como *Politique et Développement dans les Sociétés Dépendant*. Paris: Anthropos, 1971; em espanhol como *Ideologias de la Burguesia Industrial en Sociedades Dependentes*. México, D.F.: Siglo XXI, 1971.

- "Political Systems and Social Pressures in Latin America in the 1970s Decade", em *Conference on the Western Hemisphere: Issues for the 1970s*. Nova York: Center for Inter-American Relations, abril-maio de 1971; reeditado em *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972, como "Alternativas Políticas na América Latina".

1972

- "Althusserianismo o Marxismo? A Propósito del Concepto de Clases en Poulantzas", *Sociedad y Desarrollo* 2: 77-89, abril-junho de 1972; reeditado em *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972; em francês em *Homme et la Société* 24-25: 57-71, abril-setembro de 1972; em espanhol em *Las Clases Sociales en America Latina*. México, D.F.: Siglo XXI, 1973.

- "Brasil: el Régimen Político", *Aportes* 25: 6-31, Julho de 1972; em inglês como "Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications", em A. Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973, e em S. Haggard (ed.), *The International Political Economy and the Developing Countries*. Hants, UK Edward Elgar, 1995, e em Ronald Chilcothe (ed.), *Imperialism: Theoretical Directions*. Amherst, NY: Humanity Books, 2000; reeditado com o título "O Modelo Político Brasileiro" in *O Modelo Político*

Brasileiro a Outros Ensaios. São Paulo: Difel, 1972; e em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

- "Dependent Capitalist Development in Latin America", *New Left Review* 74, July-August 1972; reeditado em *O Modelo Político Brasileiro a Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972; também em F. Bonilla e R. Girling (eds.), *Structures of Dependency*. Stanford: Institute for Political Studies, 1973, e em H. Alvi e T. Shanin (eds.), *Sociology of "Developing Societies"*. Londres: Macmillan, 1982; também publicado em francês, espanhol e alemão.

- "Imperialismo e Dependência na América Latina", primeira publicação em *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972, apresentado em uma conferência em 1972.

- "La Ciudad y la Política", *Revista Estudios Sociales Centro-Americanos* 1, Junho-agosto de 1972, e como "A Cidade e a Política: Do Compromisso ao Inconformismo", em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- "Notes Sur l'État Actuel des Études sur la Dépendance". Dakar: Institut Africain de Développement Économique et de Planification, September 1972; em inglês como "Dependency Revisited". Austin: ILAS, Hackett Memorial Lecture, University of Texas, 1973; em espanhol em *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* 4: 3-31, dezembro de 1972, e em outras fontes; reeditado em *As Idéias e Seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- "Participação e Marginalidade: Notas para uma Discussão Teórica", publicado primeiramente em *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difel, 1972, apresentado em uma conferência em 1969.

1973

- "Ciencia y Consciencia Social", with F. Weffort, em A. M. Frassinetti e G. B. Morales (eds.), *América Latina: Dependencia y Subdesarrollo*. San José: Editorial Universitária Centroamericana, 1973.

- "Cuba: Lesson or Symbol?" in D. Barkan and N. Manitzas (eds.), *Cuba, the Logic of the Revolution*. Andover, Mass.: Warner Modular Publications, 1973.

- "Das 'Brasílianische Entwicklungsmodell': Daten and Perspektiven", *Problemes des Klassenkampfes* 6: 75-97, March 1973; em português como "O 'Modelo Brasileiro' de Desenvolvimento", *Debate e Crítica* 1, no. 1: 18-47, julho-

dezembro de 1973; reeditado em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- "Las Contradicciones del Desarrollo Asociado", *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, junho-agosto de 1973; em inglês como "Current Theses on Latin America Development and Dependency: A Critique". Nova York: New York University, Occasional Papers 20, maio de 1976; também disponível em alemão e italiano; reeditado como "As Novas Teses Equivocadas", em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, e como "As Contradições do Desenvolvimento Associado", em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

1974

- "A Questão da Democracia", *Debate e Crítica* 3: 1-15, julho de 1974; reeditado em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; e em P. J. Krischke (ed.), *Brasil: Do "Milagre" à "Abertura"*. São Paulo: Cortez, 1982.

- "A Questão do Estado no Brasil", *Dados*, abril de 1974; reeditado com o mesmo título em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, e como "A Formação do Estado Autoritário", em *A Construção da Democracia*; em espanhol como "La Cuestión del Estado en Brasil", *Revista Mexicana de Sociología* 37: 603-630, julho-setembro de 1975; em italiano como "Il Quadro Politico: le Diverse Vie All'Autoritarismo", *Politica Internazionale* 3: 31-44, 1976; em francês como "La Question de l'État au Brésil", em *Le Progrès en Question*. Paris: Anthropos, 1978.

- "Estado e Sociedade: Notas Preliminares", em C. Mendes (ed.), *Crise e Mudança Social*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974; reeditado como "Estado e Sociedade no Brasil", em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

1975

- "Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas", publicado primeiramente em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; apresentado em uma conferência no México em 1973.

- "Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales", em B. Fausto (ed.), *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1975; reeditado como "Implantação do Sistema Oligárquico (dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales)", em *A*

Construção da Democracia: Estudos sobre Política. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

- *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, editado com B. Lamounier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975; em inglês como *São Paulo: Growth and Poverty*. Londres: Bowerdean, 1978; em co-autoria com Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Frederico Mazzucchelli, José Alvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinícius Caldeira Brant.

1976

- "Les États Unis et la Théorie de la Dépendance", *Revue Tiers Monde* 17: 805-825, outubro-dezembro de 1976; em inglês como "The Consumption of Dependency Theory in the United States", *Latin American Research Review* 12: 7-24, 1977; em espanhol como "El Consumo de la Teoría Sobre Dependencia en los Estados Unidos", *EL Trimestre Económico* 44: 33-52, janeiro-março de 1977 e outros periódicos.

1977

- *Amazônia: Expansão do Capitalismo*, com G. Müller. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

- "Desenvolvimento Capitalista e Estado: Bases e Alternativas", em C. E. Martins (ed.), *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977; em inglês como "Capitalist Development and the State: Bases and Alternatives", *Ibero Americana* 7, n.º 2, 8, n.º 1: 7-19, 1978.

- "The Originality of the Copy: ECLA and the Idea of Development". Documentos de trabalho 27. Cambridge: Cambridge University, Center of Latin American Studies, junho de 1977; reeditado em *As Idéias e Seu Lugar: Ensaíos sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980; em espanhol em *Revista de la CEPAL* 2: 7-40, 1977; reeditado em *Toward a New Strategy for Development*. Nova York: Pergamon, 1979.

- "Quels Styles de Développement?" *Etudes* 346: 7-25, janeiro-junho de 1977; em inglês como "Latin America: Styles of Development and Their Limits", *Journal of Social Studies* 1: 97-115, janeiro de 1978.

- "Towards Another Development", em M. Nerfin, *Another Development: Approaches and Strategies*. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1977;

reeditado em *As Idéias a Seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980; e em M. Nerfin (ed.), *Hacia Otro Desarrollo: Enfoques y Estratégias*. México, D.F.: Siglo XXI, 1978, e em R. Falk et al. (eds.), *Toward a Just World Order*. Boulder: Westview, 1982.

1979

- "Después de Geisel: La fronda conservadora", *Cuadernos de Marcha, Segunda Época* 2, n.º 8: 21-27, julho-agosto de 1980; publicado inicialmente na *Folha de São Paulo*, 21 de janeiro de 1979; reeditado como "A Frente Conservadora: O Brasil depois de Geisel", em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

- "El Desarrollo en el Banquillo", *Caderno do ILET*, boletim, México, agosto de 1979; em inglês como "Development Under Fire", em H. Makler et al. (eds.), *The New International Economy*. Londres: Sage Studies in International Sociology, 1982; reeditado como "O Desenvolvimento na Berlinda", em *As Idéias e Seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980; e em alemão como "Die Entwicklung auf der Anklagebank", *Peripherie* 5-6: 6-31, verão de 1981; e em italiano como "Contributo alla Critica del Concetto di Sviluppo", *Laboratorio di Scienze dell'Uomo* 1: 25-42 e 2: 123-136, março-junho de 1981.

- "Les Impasses du Régime Autoritaire: Le Cas Brésilien", *Problèmes d'Amérique Latine, LIV, Notes et Etudes Documentaires* 4545-4546: 89-107, dezembro de 1979; em português como "Os Impasses do Regime Autoritário: O Caso Brasileiro", *Estudos Cebrap* 26: 169-194, 1980; em espanhol como "El Atolladero de los Regímenes Autoritarios: El Caso de Brasil", *Revista Mexicana de Sociología* 42: 1145-1165, julho-setembro de 1980, e como "La Cuadratura del Círculo", *Nexus* 3: 11-23, 1980; em inglês como "The Authoritarian Regime at the Crossroads: The Brazilian Case". Washington, D.C.: Wilson Center, Documentos de trabalho 93, 1981; reeditado em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

- "On the Characterization of Authoritarian Regimes in Latin America". Cambridge: Cambridge University, Série documentos de trabalho 30, 1979; e em D. Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

- *Política e Sociedade*, Vol. 2, editado com C. E. Martins. São Paulo: Nacional, 1979.

1980

- "Perspectiva de Desarrollo y Medio Ambiente: el caso de Brasil", *Revista de la CEPAL* 12: 115-133, dezembro de 1980; em inglês como "Development and the Environment: The Brazilian Case", *Cepal Review* 12: 21-35, dezembro de 1980.

- "The Surprises of Development in Latin America", *IFDA Dossier* 16: 33-37, março-abril de 1980.

1981

- "Os Anos Figueiredo", *Novos Estudos Cebrap* 1: 4-11, dezembro de 1981; em espanhol como "La Apertura Política en el Gobierno Figueiredo", *Revista Interamericana de Planificación* 16: 195-204, setembro-dezembro de 1982; reeditado em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- "Regime Político a Mudança Social: Algumas Reflexões a Propósito do Caso Brasileiro", *Revista de Cultura e Política* 3: 7-27, novembro-janeiro de 1981; em inglês como "Political Regime and Social Change: Some Reflections Concerning the Brazilian Case", *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe* 30: 3-20, junho de 1981 e em *Occasional Papers in Latin American Studies*, no. 3. Berkeley: University of California Press, agosto-outubro de 1981; em espanhol em *Revista Centroamericana de Administración Pública* 2, no. 5: 7-31, julho-dezembro de 1984; reeditado em *A Construção da Democracia: Estudos sobre Política*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

1982

- "As Eleições e o Resto", *Novos Estudos Cebrap* 1, n.º 4: novembro de 1982. *O Novo Socialismo Francês e a América Latina*, editado com H. Trinidad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

"Reflexiones Sobre la Estructura Social y Política de los Países más Industrializados de América Latina", em R. Greed (ed.), *En Tomo dl Estado y el Desarrollo*. México, D.F.: CEESTEM/Ed. Nueva Imagen, 1982.

1983

- "Las Políticas Sociales en la Década de los Años Ochenta: Nuevas Opciones?" *EL Trimestre Económico* 197: 169-189, janeiro-março de 1983; em

inglês como "Social Policies in Latin America in the Eighties: New Options?" *Alternatives, a Journal of World Policy* 8: primavera de 1983.

- "O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro", *Dados* 26: 9-27, 1983; em inglês em G. O'Donnell *et al.* (eds.), *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986; reeditado em *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

1984

- "A Democracia na América Latina", *Novos Estudos Cebrap* 10: 45-57, outubro de 1984; em inglês como "Democracy in Latin America", *Politics and Society* 151: 23-42, 1986.

- "La Sociedad y el Estado", *Pensamiento Iberoamericano* 5: 25-36, janeiro-junho de 1984.

- "O Poder Legislativo Moderno no Estado: Declínio ou Valorização", *Revista de Informação Legislativa* 21, n.º 81: 1984.

1985

- *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, editado com B. Sorj e M. Font. São Paulo: Brasiliense, 1985.

1986

- "Problemas de Mudança Social, Outra Vez?" *Novos Estudos Cebrap* 16: 54-62, dezembro de 1986; em inglês como "Problems of Social Change, Again?" *International Sociology* 2, n.º 2: junho de 1987.

- "Democracy in Latin America," *Politics & Society* 15(1): 23-41, 1986/1987.

1987

- "Mudanças na Sociedade Brasileira", em A. Carboncini (ed.), *A Virada do Século*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra e Universidade de São Paulo, 1987.

1988

- "Dependência e Democracia", em D. Fleischer (ed.), *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988; em inglês como "Associated-Dependent Development and Democratic Theory", em A. Stepan (ed.), *Democratizing Brazil*. Nova York: Oxford University Press, 1988.

1989

- Introdução a P. R. Souza, *Quem Paga a Conta? Dívida, Déficit e Inflação nos Anos 80*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

1990

- "Congresso, Desenvolvimento e Democracia: Perspectivas a Ação Imediata", em J. P. Velloso (ed.), *As Perspectivas do Brasil e o Novo Governo*. São Paulo: Nobel, 1990.

- "Desafios da Social-Democracia na América Latina", *Novos Estudos Cebrap* 28: 29-49, outubro de 1990; em inglês como "The Challenges of Social Democracy in Latin America", em M. Vellinga (ed.), *Social Democracy in Latin America*. Boulder: Westview, 1993.

- "La Construcción de la Democracia", em J. Cotler (ed.), *Estrategias para el Desarrollo de la Democracia: En Perú y América Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos and Fundación Friedrich Naumann, 1990.

1991

- "A Implantação do Parlamentarismo", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 32: 19-28, 1991.

- "Falsa Democratização", *Revista USP* 8: 39-42, dezembro-fevereiro de 1991.

- "Las Relaciones Norte-Sur en el Contexto Actual: Una Nueva Dependencia?" *El Socialismo del Futuro — Revista de Debate Político* 3: 135-143, 1991; em inglês como - "North-South Relations in the Present Context: A New Dependency?" em M. Canoy *et al.* (eds.), *The New Global Economy in the Information Age*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1993.

- "The Crisis of Development in Latin America", em Pablo González Casanova *et al.*, *Eight Essays on the Crisis of Development in Latin America*. Amsterdã: Centrum voor Studie en Documentatie van Latinjs Amerika, 1991.

1992

- "Inesperado Processo de Formação Política", em *Brasileiro: Cidadão?* São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

- "Reflexões Sobre o Brasil e o Fórum Hoje", em J. P. Velloso (ed.), *Visões do Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

1993

- "Alternativas Econômicas para a América Latina", publicado inicialmente em

As Idéias e Seu Lugar. Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

- "Communication for a New World", em J. Marques (ed.), *Communication for a New World: Brazilian Perspectives.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993, e como - "Comunicação para um novo mundo", *Vozes Cultura* 87: 7-13, maio-junho de 1993.

"Livros que Inventaram o Brasil", *Novos Estudos Cebrap* 37: 21-35, novembro de 1993.

1994

- *Política Externa em Tempos de Mudança: A Gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty.* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1994. Inclui uma série de discursos e análises de política exterior.

- "Postface", *Revue Tiers Monde* 35, n.º 138, abril-junho de 1994.

"Plano Fernando Henrique Cardoso," *Revista de Economia Política* 14(2): 114-131.

1995

"- From 'Dependencia' to Shared Prosperity", *New Perspectives Quarterly* 12: 42-43, 1995.

- "Introduction" em R. Sevilla e D. Ribero (eds.), *Brasilien: Land der Zukunft?* Unkel: Horlemann, 1995.

- "Prefácio" e "Posfácio", em Gustavo Franto, *O Plano Real.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- "Social Democracia: Uma Alternativa Viável", *O Estado de Sao Paulo*, 26 de agosto de 1995, p. D3.

- "The Ethics of Conviction", *Hemisfile, Institute of the Americas* 6: 4-5, novembro-dezembro de 1995.

- "Democracy and Development," *CEPAL Review* 56: 7-12.

- "El Pensamiento Socioeconómico Latinoamericano: las Ultimas Cuatro Décadas," *Nueva Sociedad* 139: 19-25, Set-Oct, 1995.

- "Pour un Bresil Plus Juste," with Stephane Montclair, *Politique Internationale*, 67, pp 9, 27, Spring 1995.

- "Los Retos Teóricos del Cambio Social," *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Vol. 33, Issue 127, p. 111, January-March 1987.

1996

- "Fulfilling the Promise: South America's Road to Development", *Harvard International Review* 19(1): 36-38, 1996.
- "The Impact of Globalization on Developing Countries: Risks and Opportunities." Conferencia à Colegio de Mexico, 20 de febrero 1996. Em Mauricio Font (org.) *Charting a New Course*, pp. 257-270, e a http://www.presidencia.gov.br/publi_04/colecao/impact.htm.
- "In Praise of the Art of Politics," *Journal of Democracy*, 7: 7-19 (July 1996).
- "A Demanda por Equidade," *Digesto Economico* 52: 6-8, July, August 1996.

1997

- "Estamos Reorganizando o Capitalismo Brasileiro", *Lua Nova* 39: 21, 1997. Entrevista a Brasílio Sallum Jr.
- "Posfácio", em *O Plano Real e Outras Experiências Internacionais de Estabilização*. Rio de Janeiro: IPEA 1997.
- "The State, the Community and Society in Social Development," *CEPAL Review* 62: 7-14, August 1997.
- "Radicalizing Democracy," em Mauricio Font, (org.), *Charting a New Course*, pp. 284-288.
- "La Globalización y el Nuevo Orden Mundial," *Estudios Sociológicos* 15: 261-276.
- "Política de Defesa Nacional," *Revista Argentina de Estudios Estratégicos* 16: 69-77, July 1997.
- Presidência da República. *Reforma Agrária: Compromisso de Todos*. Brasília: Presidência da República, 1997. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.
- Presidência da República. *Por Que Reformar A Previdência? Livro Branco da Previdência Social*. Brasília: Presidência da República, 1997. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

1998

- "More Than the Market," com Leon Brittan and John Sweeny. *New Perspectives Quarterly* 15(2): 27+, spring 1998.
- "Notas Sobre a Reforma do Estado", *Novos Estudos Cebrap* 50: 5-14, março de 1998.
- "L'Utopie et le Politique: du Professeur au President," em Solange Passaris and Krystyna Vinaver, (orgs.), *Pour aborder le XXIeme siecle avec le*

developpement durable, (Paris: Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Developpment, 1998. Em inglês em Mauricio Font (org.) *Charting a New Course*, pp 181-185.

- "Introduction", *Valuing the Global Environment: Actions and Investment for a 21st Century*, Washington: Global Environment Facility, 1998. <http://www.gefweb.org/mte2.htm>.

- Presidência da República. *Construindo a Democracia Racial*. Brasília: Presidência da República, 1998. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

- Presidência da República. *Comunidade Solidaria: Três Anos de Trabalho*. Brasília: Presidência da República, 1998. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

- Presidência da República. *Nova Política Industrial: Desenvolvimento e Competitividade*. Brasília: Presidência da República, 1998. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

- Presidência da República. *Sociedades Indigenas e Ação do Governo*. Presidência da República, 1998. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

- Presidência da República. *Trabalho Infantil No Brasil: Questões e Políticas*. Presidência da República, 1998. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.

1999

- "Reforma Política: Prioridades e Perspectivas para a Nação Brasileira," *Parcerias Estrategicas* 6:5-20, March 1999.

- "Brésil: um Nouveau Miracle?" Entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso a Stéphanie Montclair. *Politique Internationale*, Paris, 84: 197-219, été.

2000

- "On the Age of Enfranchisement," *Foreign Policy*: 119: 40-43, 2000.

- "Debate Entre os Chefes de Estado e de Governo na Reunião de Florença", Em Lúcio Alcântara e Carlos Cardim (orgs.), *Globalização e Governo Progressista – Novos Caminhos, Reunião de Florença*, pp. 3100-104, 141-144, 165-169, 180-182.

- "Progressive Governance for the Twenty-first Century", em European University Institute, *Progressive Governance for the Twenty-first Century*, Florence, Italy: European University Institute, 2000, pp. 31-34, 43-45, 67-70, 80-82.

- "Las Tareas de la Diplomacia Brasileña Contemporánea," *Revista Mexicana de Política Exterior*, 60: 244-299.

2001

- "Message to the XIVth World Congress of Sociology." *International Sociology* 16(1): 7-10.
- "Democracy as a Starting Point," *Journal of Democracy* 12, 1, January 5-15.

2002

- Presidência da República *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Presidência da República, 2002 e outros anos. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>.
- Presidência da República *7 Anos do Real - Estabilidade, Crescimento e Desenvolvimento Social*. Brasília: Presidência da República, 2002. <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>. Também em inglês: *7 Years of the Real Plan: Stability, Growth and Social Development*.
- "Depois de FHC," untitled interview in Álvaro Pereira, *Depois de FHC: Personagens do Cenário Político Analisam o Governo Fernando Henrique Cardoso e Apontam Alternativas para o Brasil*, São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- "O Discreto Charme da Competência, Uma Homenagem a Vilmar Faria" *Novos Estudos* 62: 7-9, March, 2002.
- "Discurso ao Receber o Prêmio Mahbud ul Haq por Contribuição Destada ao Desenvolvimento Humano," United Nations, New York, December 10, 2002.
- "Introduction" to Secretaria de Estado de Comunicação do Governo. *Brazil 1994-2002: The Era of the Real*. Brasília: SECOM, 2002. Also available in Portuguese.

2004

- "Globalization vs. Democracy," *New Perspectives Quarterly* 21(1): 46-49.

2005

- "Political Parties", *Foreign Policy*, September/October 2005, p. 41